



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO

## **Rotinas produtivas sobre meio ambiente e perspectivas do jornalismo ambiental no Brasil**

Andreia de Matos Peixoto Fanzeres

Rio de Janeiro  
2004



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO

## **Rotinas produtivas sobre meio ambiente e perspectivas do jornalismo ambiental no Brasil**

Andreia de Matos Peixoto Fanzeres

Monografia apresentada ao curso de graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Comunicação (Habilitação Jornalismo).

Orientador: Prof. Dr. William Dias Braga,  
Doutor em Comunicação, Professor-Adjunto,  
ECO-UFRJ.

Rio de Janeiro  
2004

**Rotinas produtivas sobre meio ambiente e perspectivas  
do jornalismo ambiental no Brasil**

Andreia de Matos Peixoto Fanzeres

Orientador: Prof. Dr. William Dias Braga – UFRJ

Monografia apresentada ao curso de graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Comunicação (Habilitação Jornalismo).

Aprovada por:

---

Prof. Dr. Milton José Pinto – UFRJ

---

Prof. Dr. Evandro Vieira Ouriques – UFRJ

---

Profa. Dra. Ivana Bentes Oliveira – UFRJ (suplente)

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2004

Fanzeres, Andreia de Matos Peixoto.

Rotinas produtivas sobre meio ambiente e perspectivas do jornalismo ambiental no Brasil./ Andreia de Matos Peixoto Fanzeres – Rio de Janeiro: UFRJ/ ECO, 2004.

114 f.: il.; 31 cm.

Orientador: William Dias Braga

Monografia – UFRJ/ Escola de Comunicação/ Graduação, 2004.

Referências: f. 109-114.

1. Jornalismo ambiental. 2. Ecologia. 3. Desenvolvimento sustentável  
4. Regionalização da notícia. Braga, William Dias. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Graduação.

Aos meus pais, Sergio e  
Cristina, pela orientação que  
dão à minha vida.

## **Agradecimentos**

As minhas irmãs, Fernanda e Letícia, pela cumplicidade, pelo respeito e, principalmente, pela paciência ao acompanhar a realização deste trabalho.

Aos meus tios, primos e avós, por acreditarem na sobrinha, prima e neta, em todos os sentidos.

Ao meu namorado Rafael, pelas palavras de apoio e críticas construtivas à minha formação.

Ao amigo e grande incentivador André Trigueiro, por revelar, em entusiasmantes conversas, a beleza da comunicação ambiental.

A Alicia Ivanissevich e Bernardo Esteves, pelas primeiras oportunidades de atuação no jornalismo e aproximação com temas científicos e ambientais na comunicação.

Ao professor William Dias Braga, pela confiança no desenvolvimento desta pesquisa.

A Lacy Barca, pelo aprendizado sobre divulgação científica.

Ao professor e geógrafo Roberto Paixão, uma das primeiras pessoas a me conscientizar sobre a importância do desenvolvimento sustentável.

Aos amigos Guilherme Martins, Diego Rebouças, Clarissa Machado, Renata Caminha, Ana Carolina Casagrande, Aline Moura e Déborah Marques, por estarem sempre a postos.

E a todas as outras pessoas que, de alguma forma, foram importantes para a minha formação profissional e pessoal.

FANZERES, Andreia de Matos Peixoto. Rotinas produtivas sobre meio ambiente e perspectivas do jornalismo ambiental no Brasil. Orientador: Prof. Dr. William Dias Braga. Rio de Janeiro, 2004. 114 p. Monografia. (Hab. Jornalismo). Escola de Comunicação – UFRJ.

## RESUMO

A pesquisa tem por objetivo mostrar a urgência de uma comunicação ambiental mais presente no Brasil, a história desse movimento e estratégias possíveis para sua efetivação. A autora apresenta as justificativas para a *práxis* de um jornalismo ambiental voltado para as políticas públicas da área e que acompanhe o agravamento dos conflitos sociais e ecológicos do planeta. Isso não implica necessariamente a abordagem de aspectos negativos ou catástrofes apelativas. O reconhecimento de iniciativas sustentáveis e o esforço midiático de torná-las populares é um dever – ainda mal cumprido – pela maioria dos meios de comunicação brasileiros. A proposta para o exercício do jornalismo fundamenta-se em uma mudança de concepção para a disseminação de informações que contribuam para o pleno exercício da cidadania – o que envolve não apenas um relacionamento mais responsável com o meio ambiente, mas com assuntos das esferas política, econômica, cultural etc. O modelo compartimentado de informação não auxilia o público a perceber as interconexões políticas, culturais e econômicas dos saberes, que resultam em consequências ambientais. Estratégias eficazes e coerentes diante das demandas mais essenciais da humanidade se fazem urgentes e significam mudanças de linguagem, conteúdo e formatação das notícias. A autora apresenta ainda um estudo de caso das notícias publicadas sobre a Baía de Guanabara para demonstrar a importância da informação regional para a sustentabilidade em longo prazo. A informação localizada proporciona participação política e social, viabiliza a cidadania, promove conscientização e responsabilização sobre os atos que afetam o ambiente comum. Em um país com sérias restrições educacionais, a mídia pode exercer seu papel social da maneira mais concreta ao se deixar guiar pelo lema primordial da ecologia: agir localmente e se comprometer globalmente.

FANZERES, Andreia de Matos Peixoto. Rotinas produtivas sobre meio ambiente e perspectivas do jornalismo ambiental no Brasil. Orientador: Prof. Dr. William Dias Braga. Rio de Janeiro, 2004. 114 p. Monografia. (Hab. Jornalismo). Escola de Comunicação – UFRJ.

### **ABSTRACT**

This study intends to reveal the urgency of a more efficient environmental communication in Brazil, the history of this movement and possible strategies towards its occurrence. The author presents reasons in order to justify this new *praxis*, which is headed to public policies and which pursue the severing of social and ecological conflicts on Earth. It does not necessarily mean the coverage of negative aspects of the environment, such as appealing disasters. The recognition of sustainable initiatives and the media effort to make them popular is a duty to most of Brazilian means of communication – lacking, so far. The proposal to the practice of journalism is based on a change of conception that contribute effectively to profits in terms of citizenship – which involves not only a more responsible relationship towards the environment, but also towards issues such as politics, economics, culture, etc. The fragmented model of communication do not help the knowledge's interconnections between culture, politics and economics ones, which, in the end, result on environmental consequences. Efficient and coherent strategies towards some of the most essential demands of humanity are urgent and mean language, subject and graphic news' changes. The author also presents a case study about published news concerned to the Guanabara Bay, in order to demonstrate the importance of the regional information in a long term sustentability plan. The localized information provides politic involvement, citizenship, acknowledgment and responsibility concerning acts which affect the common environment. In a country with serious educational restrictions, the media is up to develop much better its social roll if let itself guide through the prime slogan of ecology: acting locally and regarding globally.



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABJC	Associação Brasileira de Jornalismo Científico
AE	Agência Estado
Agapan	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
Alerj	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Apedema	Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente
BBC	British Broadcasting Corporation
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Cedae	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ECO-UFRJ	Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fadeg	Fórum de Acompanhamento do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
Fecam	Fundo Estadual de Conservação Ambiental
Feema	Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente
Fenaj	Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais
FICA	Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental
GEDEG	Grupo Executivo da Despoluição da Baía de Guanabara
GO	Goiás
Ibope	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IFEJ	International Federation of Environment Journalists
Ipur	Instituto de Planejamento Urbano Regional
ISWA	International Science Writers Association
JBIC	Banco Japonês para Cooperação Internacional
Mape	Movimento Arte e Pensamento Ecológico
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas

OPA	Observatório de Políticas Ambientais do Estado do Rio de Janeiro
PDBG	Programa de Despoluição da Baía de Guanabara
PR	Paraná
Proureb	Pós-Graduação de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro
RBJA	Rede Brasileira de Jornalistas Ambientais
Reduc	Refinaria Duque de Caxias
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Umesp	Universidade Metodista de São Paulo
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, A Ciência e a Cultura
WCSJ	The Third World Conference of Science Journalists
WFSJ	World Federation of Science Journalists

## SUMÁRIO

	<b>p.</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2. CONCEITUAÇÃO</b>	19
2.1 Conceito de Jornalismo Ambiental	19
2.1.1 <i>Quatro conceitos num só: comunicar para sobreviver</i>	19
2.1.2 <i>Uma linha que permeia as ciências da vida</i>	21
2.1.3 <i>Jornalista educador: um binômio saudável e possível</i>	22
2.1.4 <i>Sem entrelinhas</i>	24
2.2 Jornalismo ambiental e jornalismo científico: desafios comuns	28
2.2.1 <i>Semeando interesses: a ciência embasa a comunicação ambiental</i>	31
2.2.2 <i>Dos centros de pesquisa até a sua casa</i>	33
2.3 Jornalistas ambientais no Brasil e no mundo	35
2.3.1 <i>Mundo fragmentado, jornalismo isolados</i>	35
2.3.2 <i>Jornalistas ambientais brasileiros</i>	39
<b>3. ROTINAS PRODUTIVAS SOBRE MEIO AMBIENTE</b>	43
3.1 Trajetória das preocupações ambientais no Brasil	43
3.2 Repercussão do movimento ambientalista nas redações	47
3.3 Rio-92 - o "milagre" da mídia ambiental	51
3.4 Depois da euforia, a ressaca: espaço que o meio ambiente ocupa na mídia	54
3.5 Qualidade do jornalismo ambiental que se pratica nas grandes redações	61
<b>4. O HOMEM E O MEIO AMBIENTE</b>	66
4.1 Mensagens captadas	66
4.2 O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente?	66
4.2.1 <i>A natureza lá e eu aqui</i>	69
4.3 Perda das referências ecológicas e sensibilização pelas causas ambientais	71
4.4 Busca pela natureza, busca pela espiritualidade	74
4.5 Consumismo selvagem	77

4.6 Insight jornalístico: a percepção da natureza em nível local	82
<b>5. JORNALISMO AMBIENTAL REGIONAL: O CASO BAÍA DE GUANABARA</b>	<b>86</b>
5.1 Esquema metodológico do estudo de caso	86
5.2 Importância do ecossistema e história de degradações	86
5.3 Programas de saneamento para a melhoria do ecossistema	89
5.4 Programa de Despoluição da Baía de Guanabara: uma fachada para o descaso	89
5.5 Problemática da Baía de Guanabara repercutida nos jornais	94
<b>6. CONCLUSÃO</b>	<b>104</b>
<b>7. REFERÊNCIAS</b>	<b>109</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Uma monografia que abranja um campo inteiro do jornalismo – esse é o meu desafio. Seria muita pretensão tentar resumir em pouco mais de 100 páginas um conteúdo que abarcasse toda a história, as motivações e a concretização das produções jornalísticas voltadas para questões sócio-ambientais no Brasil. Quisera um dia conseguir fazê-lo. Por enquanto, o que proponho é uma visão simples, porém, abrangente sobre a pertinência dessa área nos meios de comunicação. E não só neles. A valorização desse nicho do jornalismo nas próprias universidades e instituições diversas se faz urgente para o fortalecimento da área. No mercado empresarial, o meio ambiente já virou moda. E, mesmo que se possa questionar tecnicamente uma publicidade ecologicamente correta, pelo menos assim as temáticas ambientais ganham importância.

Infelizmente, essa valorização não vem sendo registrada com tanto vigor nas entidades acadêmicas. A lacuna que existe nas escolas de comunicação quanto teoria e prática do jornalismo ambiental foi a principal motivação para este trabalho. Por ser tão interessada no ramo, não poderia concluir quatro anos de estudo numa das mais prestigiadas instituições de ensino do país sem deixar esta semente para as próximas gerações de estudantes ou, quem sabe, de professores.

Ao propor algumas possibilidades para uma abordagem crítica do jornalismo ambiental no Brasil corro o risco ser equivocadamente mal interpretada. Muitos dos meus argumentos sobre o que seja dever e característica do jornalismo ambiental podem ser perfeitamente adequados a outros campos da comunicação – se todos eles fossem tratados com ética e responsabilidade. Contudo, enquanto o jornalismo econômico está solidamente preso às repercussões do mercado financeiro e aos números da indústria ou comércio – e quase sempre não pode se dedicar a uma análise mais abrangente sobre os rumos do consumismo ou da escassez de matérias-primas – o jornalismo ambiental existe para lembrar a todos que não se faz política, economia, cultura ou esportes sem os recursos da Terra. Essa especialidade da comunicação não pretende substituir discursos, mas quer revelar que todos os campos do conhecimento de interesse da comunicação são

interligados e, para continuarem existindo, precisam ser retratados dessa forma pelos veículos de informação.

Essa característica da comunicação ambiental é propositalmente abastecida por valores ecológicos. Como define Leonardo Boff, “a singularidade do saber ecológico está na transversalidade, no relacionar pelos lados, frente, trás, etc.”<sup>1</sup> Como um saber das relações, interconexões e interdependências, a ecologia pode orientar uma comunicação voltada para o que é essencial e, ao mesmo tempo, comum a todas as pessoas. Independentemente de etnia, de religião, de regime político ou econômico, os seres humanos e as demais formas de vida na Terra compartilham da busca pela sobrevivência – expressão, aliás, que já se tornou lamentavelmente pejorativa ao ser relacionada à vida selvagem, como se o homem ‘urbano’ não precisasse se preocupar em permanecer alimentado, vestido, respirando, vivo.

O jornalismo ambiental é a área que nasce com a pretensão de não querer ser apenas factual, de buscar sempre a reflexão sobre as atitudes do homem em relação ao solo e ao ar que lhe possibilitam a vida. Trata-se de um ramo que já teve várias caras e, ainda hoje, é percebido por alguns como necessariamente ativista, alarmista, denunciante, quando, ultimamente, tem se esforçado para mudar sua imagem diante da opinião pública. É um tipo de jornalismo que dispensa o superficialismo e não tem medo do didatismo. Que reconhece as falhas na educação do país e chama para si a responsabilidade de suprir – pelo menos em parte – as demandas de uma sociedade degradada e refém da voracidade do mercado. As características e as particularidades do jornalismo ambiental estiveram sob o foco da minha análise no primeiro capítulo deste trabalho.

Também nas páginas iniciais, procuro mapear a organização dos jornalistas ambientais no Brasil e no mundo. O perfil do profissional que atua nessa área deve condizer com uma militância – sem armas, sem badernas, com razão e espiritualidade. Os comunicadores ambientais perceberam, ao longo da recente história desse nicho, que para existirem como classe deveriam se organizar em grupos. No mundo todo, mesmo nos países pobres, os jornalistas ambientais atuam em equipe. Trocam experiências e debatem novas estratégias de comunicação através de encontros regionais, nacionais ou internacionais.

---

<sup>1</sup> BOFF, 2004. p.17.

No Brasil não é diferente. Até meados da década de 90, praticamente todas as tentativas de organização e mobilização dos jornalistas ambientais brasileiros haviam sido em vão. Mas, com o fortalecimento da comunicação pela Internet, e, em virtude da iniciativa de profissionais organizados no Rio Grande do Sul, o Brasil inaugurou uma rede nacional de jornalistas ambientais que tem conseguido congrega a maioria dos interessados nesse ramo. Participam estudantes, jornalistas, cientistas e ambientalistas – todos com o objetivo de valorizar as questões ambientais na mídia, debater políticas de impacto sobre o meio ambiente e trabalhar em conjunto para elevar a qualidade das reportagens produzidas sobre esses temas.

Não por acaso, a produção jornalística de questões ambientais acompanha a trajetória do pensamento ecológico. Tem sido sempre a partir da percepção de pesquisadores, políticos, empresários, jornalistas ou simplesmente amantes da natureza que o jornalismo ambiental procura se encontrar. Até o início do século passado, era praticamente unânime o pensamento conservacionista e ufanista a respeito dos recursos naturais do planeta. O Brasil conta com registros literários e históricos que mostram com detalhes muitas características das florestas, dos rios e dos animais exóticos do país. Para ser ambientalista, naquela época, bastava defender essa concepção de natureza. Hoje isso é não apenas insuficiente, como condenável pelos próprios agentes de valorização do meio ambiente. Em consequência, a produção jornalística sobre temas ambientais ganhou nova forma e conteúdo.

Para fazer um retrato das primeiras iniciativas de comunicação ambiental no Brasil foi preciso conhecer o movimento ecológico e todo o processo de conscientização social, a fim de que se tornasse, finalmente, objeto midiático. Os pioneiros do jornalismo ambiental e o percurso dessa nova concepção de comunicação foram contemplados no segundo capítulo. Ali, foi imprescindível destacar ainda o impacto de um encontro internacional que mudou para sempre a orientação do jornalismo ambiental brasileiro. A II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, foi uma oportunidade única para que grandes e pequenos veículos de comunicação se preocupassem em realizar uma cobertura essencialmente ambiental. O vocabulário das redações foi aprimorado com novas nomenclaturas científicas, sendo espetaculares a produção de reportagens e a resposta do público. Jornalistas se viram diante do enorme desafio de abordar questões ecológicas e dar a elas importância informacional como

nunca se tinha visto no jornalismo brasileiro. Foi uma época próspera, mas o fato de se tratar de uma novidade provocou falhas. O despreparo de muitos profissionais impediu que trabalhos ainda melhores e mais engajados acontecessem.

O exagero das notícias ambientais nos meios de comunicação pode ter cansado o público, na visão de alguns jornalistas da época. Apesar de ter sido louvável o esforço das redações em tentar dar conta de um tema tão novo e importante, a maneira como ocorreu a cobertura, por diversas razões, foi determinante para o futuro próximo do jornalismo ambiental no país. O desaparecimento desse tipo de pauta nos anos seguintes foi um sintoma que revelou como os meios de comunicação não souberam aproveitar as chances apresentadas durante a conferência, no sentido de orientar os jornalistas a produzirem mais e melhores reportagens ambientais. As temáticas ecológicas foram engolidas por assuntos que se faziam mais apelativos naquele momento. E a sensibilidade dos editores chefes – que têm o poder de pautar os assuntos do cotidiano de enorme parcela dos brasileiros – não foi tocada pela continuidade do debate sócio-ambiental.

Apesar da ‘ressaca’, a semente da comunicação ambiental estava plantada. E não demorou muito para que, ainda nos anos 90, reportagens orientadas para esse fim reaparecessem – não com a frequência ou com a abrangência das que marcaram o período da Rio-92, mas com uma vontade de aprofundamento cada vez maior. O resultado dessa tendência ainda está em curso. E o que se pode notar, hoje, é uma grande quantidade de novos empreendimentos ambientais, inclusive, publicações e produções jornalísticas com esse interesse. Tais questões também foram motivo de análise no segundo capítulo desta monografia.

Mesmo com a cobertura da Rio-92, a consciência ecológica dos brasileiros não sofreu um pico de ascensão, como ocorreu com a imprensa. Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião encomendada pelo Ministério do Meio Ambiente revelou, entre outras temáticas, que o entendimento sobre o que seriam questões ambientais não implicava mudanças de atitudes individuais nem coletivas por parte dos brasileiros. A consciência ambiental estava relacionada à condenação de posturas a favor de prejuízos ambientais visíveis e pouco concretos no imaginário popular. A destruição da Amazônia ou a captura de animais silvestres foram destaques na pesquisa como medidas identificadas pela população brasileira que prejudicam o meio ambiente. Vale



lembrar que, no início da década de 90, mesmo com a efervescência das notícias ambientais decorrentes da Rio-92, quase metade dos brasileiros entrevistados não era capaz de identificar um só problema ambiental na sua cidade nem no seu país.

A gravidade desse tipo de constatação começou a pesar sobre a consciência de alguns comunicadores. Ao perceber a urgência na mudança de paradigmas quanto ao consumismo e quanto ao aproveitamento energético do planeta e, ao reconhecer que uma das principais ameaças à sobrevivência do homem está ligada ao aumento da temperatura no planeta, alguns jornalistas ficaram incomodados com o problema. Na ocasião, foi identificada a necessidade de informar o público sobre a parcela de culpa que todos temos quanto aos desequilíbrios ambientais regionais, nacionais ou globais. Unir as questões sociais com as ambientais e tentar reforçar a idéia de que meio ambiente não significa fauna e flora ainda persistem como alguns dos principais desafios do 'novo' jornalismo ambiental.

O objetivo agora é deixar claro que falar do meio ambiente é abordar uma complexa teia de relações envolvendo sociedade, padrões de consumo, política, economia, ética e mídia. Fazê-lo de modo integrador, não assustador, é um desafio à parte. É muito fácil se impressionar com previsões catastróficas de cientistas sobre o fim do mundo em poucos anos. O apelo garante vendagem ou audiência que empresa de comunicação nenhuma quer perder. No entanto, o medo também é efêmero. E a falta de continuidade dessas temáticas afasta ainda mais o indivíduo do debate. Se o jornalista pretende exercer seu papel social, em qualquer nicho da comunicação, deve sempre refletir sobre a maneira que produz: de modo mobilizador e não imobilizante.

Para agir dessa maneira, algumas estratégias devem ser racionalmente definidas. E, no terceiro capítulo deste trabalho, proponho duas. Existem dois caminhos diferentes, porém, não excludentes, que podem ajudar na orientação de reportagens que, em alguma esfera, abranjam questões ambientais: a educação e a aproximação espiritual. Em linhas gerais, o conhecimento científico é capaz de provar com bases exatas o que determinados comportamentos podem provocar no meio ambiente. Não é preciso crer em correntes religiosas ou filosóficas para reconhecer que muitas atitudes da humanidade são extremamente nocivas à continuidade da vida no planeta. E as ciências mostram isso, assim como ajudam na elaboração de estratégias alternativas para que se possa viver com qualidade sem prejudicar tanto o ambiente comum. Uma outra maneira

de ser motivado às mudanças de postura está ligada à crise de identidade do ser humano, especialmente nas sociedades ocidentais. A efemeridade das coisas e o excesso de valores superficiais vendidos pela mídia afastam o homem de suas referências mais fundamentais, como o contato com o ambiente natural, a observação e a integração com a natureza. Por motivos diversos, ao se perceber em momento de crise identitária, surge a necessidade de buscar fontes reais de pertencimento e de localização espaço-temporal – elementos que bens materiais passageiros quaisquer não podem fornecer. Apenas aí os valores naturais são resgatados e respeitados.

No entanto, a decisão de mudar aspectos do cotidiano e orientar a vida de maneira mais próxima da natureza não implica mudanças efetivas. Por isso, os meios de comunicação se tornam os protagonistas dessa missão. Passam de intermediadores da informação para atores e mobilizadores por causas que dependam de ações coletivas, como as ambientais. E têm toda condição de exercer esse papel seguindo a orientação básica das atitudes ecológicas: agindo localmente para obter resultados globais.

Uma das formas de traduzir esse pensamento é através do fortalecimento das mídias regionais. As reportagens que explicam claramente o que cada um pode fazer para atingir determinado objetivo provocam maior mobilização. E ser didático fazendo uso de bases científicas para convencer a sociedade dos benefícios da mudança não é uma medida condenável. Num país com cada vez menos analfabetos convencionais, porém cada vez mais analfabetos funcionais, investir no jornalismo regional é uma importante alternativa para proporcionar o envolvimento com questões sócio-ambientais e, a partir disso, esperar melhorias na qualidade de vida da coletividade.

No último capítulo deste trabalho, apresento um estudo de caso sobre a regionalização das notícias ambientais. Entre tantos exemplos possíveis, identifiquei na região metropolitana do Rio de Janeiro um problema sócio-ambiental: a degradação dos ecossistemas da Baía de Guanabara. Meu objetivo é saber se na mídia impressa as questões relativas à despoluição da região – e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida das comunidades do entorno – estão sendo retratadas de acordo com alguns dos valores do jornalismo ambiental apresentados no primeiro capítulo.

Essa análise englobou os anos de 2002 a 2004, e as reportagens selecionadas foram retiradas, basicamente, dos dois maiores jornais destinados à população do Rio de Janeiro: O Globo e Jornal do Brasil. Trata-se de publicações que não podem ser

caracterizadas como regionais, pois abarcam assuntos de interesses nacional e internacional. No entanto, são os jornais que pretendem fazer boa cobertura da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Uma vez apreciado o material de estudo, é possível refletir com bases mais sólidas sobre a validade de muitas informações publicadas nos meios de comunicação. Não é apenas porque aborda um tema ambiental que uma determinada matéria pode impactar efetivamente a vida do público. Não basta ‘investigar’ fraudes ambientais ou denúncias contra a qualidade de vida das populações através de estatísticas e números sem um significado prático ou contextualização. Independentemente da mídia onde o comunicador atua, o comprometimento com o público passa pela abordagem responsável do meio ambiente. E, ao se deixar aproximar pela urgência, pelos benefícios e pela beleza dos temas, mediadores e receptores da notícia potencializam um novo olhar e atitudes mais responsáveis diante dos recursos da vida.

## 2. CONCEITUAÇÃO

### 2.1 Conceito de Jornalismo Ambiental

#### 2.1.1 *Quatro conceitos num só: comunicar para sobreviver*

No universo do jornalismo atual, tenta-se abraçar uma interminável gama de temas sem que seu entendimento seja garantido ao receptor. O aprofundamento de certos conceitos não é compatível com o que a produção frenética das redações oferece. No jornalismo diário nem sempre é possível comunicar da forma mais simples, completa e correta. Por isso, ao longo de sua existência, o jornalismo tem seguido a tendência de se globalizar e compartimentar. E abriu ‘brechas no tempo’ para o surgimento de partes especializadas em assuntos estratégicos para cada empresa de comunicação. O jornalismo ambiental é apenas uma delas. Mas, diferente das outras, não cabe em si mesma na tentativa de seu próprio conceito.

Alguns erros são facilmente cometidos ao se arriscar uma definição para essa especialidade do jornalismo. Reduzi-la à cobertura da natureza nos meios de comunicação é um deles. É, no entanto, plenamente compreensível encontrar o porquê.

O exercício ético do jornalismo ambiental, em qualquer parte do mundo, pressupõe militância, cidadania, educação, e, finalmente, meio ambiente. Essas são, certamente, dimensões pouco convencionais de uma especialidade jornalística. Mas, ao apurar os propósitos da área com aqueles que se autodenominam jornalistas ambientais, é possível desvendar um conceito mais completo.

A descoberta de um tipo de jornalismo diferenciado sem (ao menos no Brasil) um vasto respaldo teórico só acontece porque essa área praticamente acabou de nascer. Além disso, conta com raríssimas referências bibliográficas e com os esforços pessoais de cada profissional para conquistar uma posição privilegiada entre as demais modalidades de notícia. Jornalistas interessados nesse nicho podem ser encontrados em diversos tipos de entidades de comunicação, como em órgãos governamentais, em assessorias de imprensa de vários setores, em organizações não governamentais (ONGs), em veículos alternativos e até na grande mídia.

Essa enorme variedade de meios condiz com a pluralidade de interpretações dos próprios jornalistas sobre as atividades que desempenham e sobre o que seja, de fato, jornalismo ambiental. A idéia de um conceito globalizado ainda não é um consenso.

Ainda assim, seja qual for a atividade e a forma de comunicação, esses jornalistas fazem parte do grupo de pessoas guiadas por uma palavra: sustentabilidade. Naturalmente, não é preciso ter formação acadêmica para executar e investigar ações sustentáveis no mundo. No caso dos jornalistas, a maioria não só acaba se envolvendo pessoalmente em alguma atividade do ramo, como se esforça para divulgar planos e idéias que prevêm aprimoramento social e cuidados com os recursos naturais. É a busca incessante pela concretização do termo sustentabilidade a razão do trabalho dos jornalistas ambientais.

Tão difícil quanto definir o jornalismo ambiental é tentar ser breve na abordagem do conceito de sustentabilidade. Segundo consta na legislação brasileira – a primeira no mundo a reservar um capítulo inteiro ao meio ambiente – o termo sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável quer dizer: “compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a manutenção do equilíbrio ecológico.”<sup>2</sup>

A bióloga Patrícia Mousinho contribui com uma explicação mais ampla:

Novo modelo de desenvolvimento, em processo de construção, que surge no final do século 20 como resposta ao esgotamento de um modelo que o relatório brasileiro para a Rio-92 descreve como ‘ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto’. Requer um horizonte de planejamento que vai além das necessidades e aspirações das populações atuais e exige, de imediato, a integração das questões ambientais, sociais e econômicas. A adoção de um ponto de vista multigeracional no cuidado com o capital natural e a imposição de limites ao crescimento foram idéias amadurecidas no decorrer do século passado, culminando em 1987 na definição clássica de desenvolvimento sustentável anunciada no relatório de Brundtland, onde este é apresentado como o ‘desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades’. Se inicialmente o desenvolvimento sustentável pretendia ser abrangente ao englobar não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e ambientais, hoje esta perspectiva é bastante mais ampla, e a noção de sustentabilidade adotada pela Agenda 21 Brasileira incorpora as dimensões ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial. Trata-se de um conceito cuja definição suscita muitos conflitos e mal entendidos, refletindo as diferentes visões de mundo dos diversos atores envolvidos no debate. Muitas vezes é focado numa visão reformista, de reafirmação do modelo atual,

---

<sup>2</sup> BRASIL, 2003. p. 211.

apenas como melhor gerenciamento de seus custos sociais e ambientais sem incorporar a participação pública. Apesar de dar margem a múltiplas interpretações, o conceito de desenvolvimento sustentável tem se mantido em cena, e as disputas teóricas que provoca contribuem para ampliar e aprofundar a compreensão da questão ambiental<sup>3</sup>.

A busca pela sustentabilidade das atividades humanas é o que incentiva e move os jornalistas ambientais. Tanto na militância, identificando e denunciando condutas que provocam problemas sócio-ambientais, ou reconhecendo e divulgando comportamentos exemplares que contribuem para uma melhoria na qualidade de vida dos povos, esses são os objetos do jornalismo ambiental.

### *2.1.2 Uma linha que permeia as ciências da vida*

Trata-se de um trabalho de apuração e investigação, característico de qualquer atividade jornalística, mas que demanda um engajamento que vai além da esfera ambiental e abrange esferas como a política, a social e a cultural. Em todas as áreas de atuação humana é possível cooperar com a valorização dos recursos da Terra e com a conseqüente mudança que se reflete, especialmente, na diminuição da desigualdade social, nas relações internacionais, nas políticas energéticas e econômicas de um país, nas artes, nas empresas, na agricultura, no consumo, etc.

Foi justamente num trabalho de mapeamento de 21 áreas diferentes do conhecimento que o jornalista André Trigueiro forneceu as ferramentas para um diálogo multilateral sobre a questão ambiental entre áreas aparentemente isoladas. Especialistas de renome revelaram 21 facetas da causa sócio-ambiental, seus desafios e dificuldades e conseguiram mostrar definitivamente que este conceito não tem limites – ele se infiltra e influencia todos os outros campos. No livro “Meio ambiente no século 21” ele deixa claro que o meio ambiente é bem mais plural na sociedade do que o senso comum supõe. Portanto, para cobrir uma área assim, o jornalismo deve ter diversas vozes e formas.

No mundo moderno, onde o conhecimento encontra-se fragmentado, compartimentado em áreas que muitas vezes não se comunicam, a discussão ambiental resgata o sentido holístico, o caráter multidisciplinar que permeia

---

<sup>3</sup> MOUSINHO in TRIGUEIRO, 2003. p. 348-349.

todas as áreas do conhecimento, e nos induz a uma leitura da realidade onde tudo está conectado, interligado, relacionado <sup>4</sup>.

Esse caráter transversal da questão torna uma editoria de meio ambiente um espaço restrito para a discussão desse tema tão amplo. O ideal seria que, uma vez conquistado o espaço que o meio ambiente merece nos meios de comunicação, num segundo momento não fosse preciso lutar por uma editoria de meio ambiente, mas que a questão ambiental estivesse realmente presente em todas as outras áreas. Mas, até lá, o jornalista Wilson da Costa Bueno identifica certa fragilidade nas coberturas ambientais em função da fragmentação excessiva imposta pelo sistema de produção jornalística.

O jornalismo ambiental anseia por um conceito que extrapole o do jornalismo científico tradicional, que não se confunda, em nenhuma hipótese, com o jornalismo econômico e que não se apóie no jornalismo cultural, quase sempre tipificado pelo diálogo surdo das elites. [...] O jornalismo ambiental deve construir o seu próprio 'ethos', ainda que compartilhe parcela significativa de seu DNA com todos os jornalismo (especializados ou não) que se praticam por aí <sup>5</sup>.

### *2.1.3 Jornalista educador: um binômio saudável e possível*

O movimento demanda mais um importante aspecto para que a informação chegue efetivamente ao público: educação. Definitivamente, essa não é uma função que o jornalismo gosta de desempenhar. Mas, no caso do jornalismo ambiental, que precisa falar a pessoas dos mais variados níveis de instrução, é uma questão vital.

Nas escolas de jornalismo e nas grandes empresas de comunicação do país, a relação entre jornalismo e didatismo é praticamente abominável. Teme-se que, ao informar educando, haja um exagero nas explicações. Especialmente no jornalismo diário, em que o tempo é precioso, quanto mais rápida e sucinta for a notícia, melhor, já que logo cabe mais uma. A partir dessa lógica, o jornalismo – que não cabe na designação diário e passa a se tornar horário, instantâneo – responde a inúmeras críticas sobre alcance e repercussão reais do que divulga.

Mesmo tendo a notícia efeitos questionáveis ao atingir o público-alvo, essa forma de se comunicar segue ano após ano, com a mesma fórmula de fazer mais com menos.

---

<sup>4</sup> TRIGUEIRO in TRIGUEIRO, 2003. p.77-78.

<sup>5</sup> BUENO. Disponível em <[www.agricoma.com.br/artigowilbuenojornalismoambiental.htm](http://www.agricoma.com.br/artigowilbuenojornalismoambiental.htm)>.

O professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), Muniz Sodré, mostrou claramente em seu livro “O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil” os efeitos nocivos dessa prática:

A multiplicidade de fatos informativos não resulta no aperfeiçoamento do cidadão nem em seu conhecimento sobre o mundo. Quanto mais você é informado do inessencial, menos você sabe sobre si mesmo e mais você é controlado pela lógica do medo <sup>6</sup>.

Esse afastamento do público das questões mais fundamentais para a sobrevivência e o conhecimento de si mesmo são exatamente tudo que o jornalismo ambiental não pode admitir. Além de ser essencialmente calcada em pesquisas científicas que podem ser relevantes para o entendimento de questões ambientais (e precisam ser contextualizadas, traduzidas para o público), essa especialidade do jornalismo, para se fazer valer, tem a missão de reforçar conceitos de cidadania. Afinal, espera-se que, com a informação disponível, as pessoas sintam-se capazes de se questionar e melhorar sua qualidade de vida.

Entretanto, mesmo munidas das informações, as comunidades acabam não sabendo ao certo como realizar alguma mudança. Falta (não só a elas, mas também aos próprios comunicadores) uma ‘cultura ambiental’, como diz a jornalista Liana John:

É extremamente difícil explicar a uma população os efeitos em longo prazo do lixo indevidamente despejado no meio ambiente, quando se trata de uma população que ainda joga lixo nos próprios pés, na rua, na praia, pela janela do carro, no mesmo rio de onde tira água para beber, alheia à relação entre esta atitude e as doenças contagiosas ou as enchentes das quais ela mesma é a principal vítima <sup>7</sup>.

Liana dá ainda mais exemplos.

[...] E soa absolutamente utópica a tarefa de defender o Direito de Saber – assim mesmo, com maiúsculas, significando o direito de ser informado sobre produtos fabricados, químicos manipulados, resíduos potencialmente tóxicos, vazamentos ocorridos, vantagens e desvantagens de empreendimentos potencialmente danosos ao meio ambiente e à saúde, etc – quando boa parte dos cidadãos ‘deixa pra lá’ muitos dos seus direitos mais simples, como o

---

<sup>6</sup> SODRÉ, 1981. p. 74.

<sup>7</sup> JOHN, 2001. p. 88.



direito de reclamar se um produto está estragado ou se um serviço foi mal feito<sup>8</sup>.

Os veículos que promovem a comunicação ambiental precisam, portanto, mostrar mais do que o factual. Se o receptor da notícia não consegue captar um sinal de mudança, se não recebe os instrumentos de conscientização, a missão do jornalismo ambiental não é cumprida. Por isso, Liana John chama de ‘quixotesco’<sup>9</sup> o tamanho dos desafios do jornalismo ambiental, principalmente num país como o Brasil.

#### *2.1.4 Sem entrelinhas*

Uma antiga ferramenta para facilitar esse trabalho está nas mãos dos jornalistas, mas eles raramente são incentivados a usá-la de maneira clara. Os livros de comunicação contam que nos primórdios da atividade jornalística não era raro interferir nas notícias de maneira nevrálgica, especialmente em abordagens políticas. Hoje em dia, é notável que, por trás de um discurso que se diz imparcial haja uma série de fatores que comprovadamente tornam qualquer produção jornalística questionável, seja por uma imposição (velada ou não) da empresa de comunicação ou pela censura do próprio jornalista.

No entanto, essa prática de ‘mostrar aqui, mas esconder ali’ é executada com brilhantismo, pois consegue disfarçar deliberadamente alguns momentos de interferência, como é o caso da escolha de um assunto em detrimento de outro na rotineira reunião de pauta de um jornal, por exemplo. O editor-chefe seleciona o tema com base em critérios particulares e nas condições operacionais da empresa em conseguir noticiar um determinado fato. Às vezes, uma informação de grande interesse público não é divulgada por problemas técnicos dos jornais. Outras, porque pode prejudicar a imagem da própria empresa ou de empresas patrocinadoras. E assim por diante. Mas o que sempre chega à população é o discurso de um grupo de pessoas que dominam técnicas e conceitos de informação sob forma de verdade. Aos olhos do público, informações supostamente neutras fazem o papel de ferramentas para que o juízo de valor seja feito individualmente, por cada sujeito que recebe as notícias.

---

<sup>8</sup> *Idem.*

<sup>9</sup> *Ibidem.* p. 89.

O caráter engajado histórico do jornalismo ambiental, por sua vez, não condiz com essa postura. Para o jornalista Roberto Villar Belmonte, a qualidade humana do sujeito que elabora uma reportagem implica na reconstituição dos fatos com emoção, mas, sobretudo, opinião. “A neutralidade da imprensa é uma bobagem que inventaram para enganar os leigos. O que existe, e deve ser perseguida, é a honestidade”<sup>10</sup>.

Para muitos profissionais do ramo, o jornalismo que pretende conscientizar o público para questões essenciais à sua sobrevivência e qualidade de vida não admite uma visão que dê aos agentes prejudiciais das causas ambientais o mesmo tempo e o mesmo espaço concedidos à investigação, aos seus resultados e efeitos.

Obviamente, há que se tomar bastante cuidado nessa atividade. É de conhecimento de qualquer jornalista profissional que, durante as apurações, seja preciso escutar muito bem e ter um conhecimento mínimo sobre os elementos da notícia, sobre quem acusa e quem se defende para não cometer injustiças.

É preciso investigar com a ajuda de fontes oficiais, insistir na descoberta de uma verdade, a que seja benéfica para a maioria. E, sobretudo, uma vez encontradas as informações e preparadas para divulgação – seja lá em que tom – é necessário assumir o que se diz. Assumir não uma verdade qualquer, mas deixar claro nas reportagens que aquele é sim um discurso parcial, num tratamento mais honesto possível com o público e com os princípios dos jornalistas. Como, na prática, explica André Trigueiro:

O jornalismo ambiental quebra o dogma da imparcialidade, tão propalada e discutida nos cursos de comunicação, ao tomar partido em favor da sustentabilidade, do uso racional dos recursos naturais, do equilíbrio que deve reger as relações do homem com a natureza, do transporte coletivo, da energia limpa, dos três ‘erres’ do lixo – reduzir, reutilizar e reciclar – e de tudo aquilo que remeta à idéia de um novo modelo de civilização que não seja predatório e suicida, onde o lucro de poucos ainda ameaça a qualidade de vida de muitos e os interesses dos consumidores se sobrepõem aos interesses dos cidadãos<sup>11</sup>.

Roberto Villar Belmonte lembra que opinar não pode ser sinônimo de julgar, de jogar preconceitos no ar. E acredita que, mesmo com as imposições do jornalismo, é possível ter bastante liberdade sobre qualquer pauta.

---

<sup>10</sup> BELMONTE. Disponível em: <[www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm](http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm)>.

<sup>11</sup> TRIGUEIRO in TRIGUEIRO, 2003. p.88-89.

É preciso bom senso para perceber a realidade, e não o que muitas vezes achamos que a realidade é. Um antídoto pra evitar erros é ouvir o máximo de opiniões dentro do tempo disponível pra fazer a matéria. Nunca é demais ouvir mais alguém. Um cara chamado Ferdinand de Saussure, considerado o pai da lingüística, costumava dizer nas suas aulas no início do século 20 uma frase que pra mim resume toda esta conversa: ‘O ponto de vista cria o objeto’. O resto é conversa fiada. Em primeira ou terceira pessoa <sup>12</sup>.

O jornalista é um dos fundadores da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA) e um dos mais atuantes profissionais da área no país. Nesse cenário, ele faz questão de ressaltar que a cobertura do campo não pode ser feita segundo a fórmula ‘de sucesso’ do jornalismo diário convencional. Para ele, a opinião do jornalista deve ser propositalmente colocada numa matéria do início ao fim, desde a escolha da pauta, dos entrevistados, da manchete, etc.

A opinião do jornalista está naquilo que ele escolhe pra estudar além do que os professores mandam, naquilo que escolhe pra ler e compreender além do que o editor manda. Está na capacidade de perceber que não existe razão sem emoção, e nem emoção sem razão. [...] A opinião está na procura da boa metáfora para usar na matéria, no esmero com o texto e a edição <sup>13</sup>.

Esse espírito militante – algumas vezes evidenciado ao se falar de grandes temas com conseqüências globais – está também presente em pequenas iniciativas, na investigação de questões locais. E, em todas as dimensões, a cobertura de projetos ambientais, descobertas científicas e estudos de qualquer área da ciência nos meios de comunicação continuam sendo atividades extremamente relevantes para a sociedade.

O jornalismo ambiental luta diariamente pela ampliação do grau de conhecimento do público sobre questões que interferem direta ou indiretamente na sua vida, na sua sobrevivência. Pretende fornecer os instrumentos para que cada vez mais pessoas entendam as mazelas sociais do país e do mundo e, assim, possam também ajudar a melhorar o ambiente em que vivem. O exercício do jornalismo tem como propósito informar corretamente para que o público consiga se formar política, econômica, cultural e socialmente. E informar as ciências naturais é aproximar a população das soluções para os problemas mais cotidianos, desfazer estereótipos e reduzir o abismo social entre os

---

<sup>12</sup> Entrevista de Roberto Villar Belmonte concedida à autora em 13 de agosto de 2004.

<sup>13</sup> *Idem*.

que dispõem do conhecimento e os marginalizados por consequência de um sistema educacional deficiente.

Se, por um lado, crescem os investimentos em estudos científicos no mundo inteiro, a capacidade de recepção do público amplo continua baixa. E, sem informação, a exclusão se agrava – exclusão política, do conhecimento de meios alternativos de vida, do uso de tecnologias limpas, num ciclo vicioso capaz de desfazer a esperança de uma melhoria geral na condição humana.

Todo esse discurso enfático sobre a urgência de uma comunicação ambiental eficiente, se não for conduzido com bom senso, investigação e um texto agradável (no caso de veículos audiovisuais, uma edição bem feita, etc.) pode conter uma armadilha para os comunicadores.

Apesar de uma aparente evolução na perspectiva do grande público de que seja pelo menos importante falar de meio ambiente na mídia ainda é perigoso tentar emplacar matérias com o antigo apelo do radicalismo, do catastrofismo.

Tradicionalmente, o homem trava uma relação de respeito e interesse diante dos recursos naturais. Especialmente num país de exuberância natural como o Brasil, as florestas, os rios, os mares e os animais são considerados símbolos da nação. Mas são símbolos que remetem à riqueza material. As madeiras exóticas, o ouro do garimpo, as fontes minerais e várias outras preciosidades brasileiras têm sido fundamentais para a própria construção da identidade do país.

A idéia do desenvolvimento econômico como resultado da exploração dos recursos ambientais reside ainda no inconsciente de muitos brasileiros. Mas, como acredita Roberto Villar Belmonte, “ninguém mais de sã consciência questiona as evidências dos problemas ambientais”<sup>14</sup>. De qualquer maneira, todo o cuidado é pouco no tratamento de notícias sobre meio ambiente, principalmente nos grandes veículos de comunicação. Os gritos, os esperneios, os exageros e a intransigência característicos dos grupos radicais, remete, numa visão estereotipada, aos ecologistas. Por historicamente tentarem ‘barrar’ o crescimento do país com denúncias e com ações extremadas para impedir a realização de obras prejudiciais ao meio ambiente, apesar de todos os esforços, os ‘eco-chatos’ foram, durante décadas, um rótulo aplicado a qualquer cidadão que questionasse a política ambiental do país e do mundo. Inclusive os jornalistas.

---

<sup>14</sup> *Idem.*

## 2.2 Jornalismo ambiental e jornalismo científico: desafios comuns

Felizmente, esse estereótipo tem sido quebrado ao longo dos últimos anos. A sociedade mudou a percepção sobre as questões ambientais e, lentamente, os meios de comunicação permitiram que essa transformação fosse visível.

Em pleno regime militar, o estudante Carlos Dayrel chamou a atenção do país ao subir numa acácia que seria cortada pela prefeitura de Porto Alegre para a construção de um viaduto. O protesto foi noticiado e fotografado por jornalistas de vários estados e, a partir de então, esse tipo de manifestação passou a ser amplamente coberto pela imprensa. Era a imagem de uma época que marcou o aumento de visibilidade dos problemas ambientais no Brasil.

Apesar de ter conseguido chamar a atenção, o episódio não contribuiu para que a sociedade percebesse a real intenção daquele militante. Mesmo apresentando razões fundamentadas para protestar, ele não passou de mais um ‘ecochoato’.

A aproximação do jornalismo ambiental, genuinamente militante e denunciante, a uma vertente científica transformou sua imagem diante da sociedade. E a isso se somou uma série de fatores que propiciaram esse movimento. Para citar alguns: a sensibilização social diante de desastres ecológicos de impacto mundial, como a seca na África que atingiu 35 milhões de pessoas, o vazamento de gases tóxicos em Bhopal, na Índia, a explosão de tanques de gás na Cidade do México, o reator nuclear que explodiu em Chernobyl, na Ucrânia, a descoberta do buraco na camada de ozônio, na década de 80, as conferências sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente que aconteceram com mais frequência a partir da década de 90 e o próprio posicionamento de empresas que buscavam mudar a sua imagem diante da questão ambiental. Em síntese, em função dos avanços dos estudos científicos sobre clima, agricultura, meio ambiente e qualidade de vida, o conceito de ambientalismo foi abrandado.

Tudo isso porque a ciência ainda é mostrada nos meios de comunicação como sinônimo da verdade. As discrepâncias entre os integrantes das comunidades científicas e as dúvidas dos próprios pesquisadores – características vitais para o desenvolvimento das ciências – são aspectos não revelados ao público na grande mídia. Ainda que, também aos poucos, esse pensamento esteja mudando, os produtos saídos dos centros de

pesquisa carregam consigo mais do que a técnica e o processo científico – eles têm credibilidade.

Foi exatamente essa a fonte de que se nutriu o jornalismo ambiental a partir da década de 80. Numa aliança praticamente indistinguível, as reportagens sobre meio ambiente passaram a adotar um respaldo científico cada vez mais poderoso, o que lhes conferiu a credibilidade de que tanto precisavam.

Por mais que o jornalismo ambiental nunca tivesse perdido a característica investigativa e denunciante, tudo ficou diferente a partir de 80. E, hoje, pela qualidade da cobertura que jornalistas especializados nessas ‘duas’ áreas realizam, eles mesmos têm dificuldade para distinguir a diferença entre jornalismo ambiental e jornalismo científico. Em revistas eletrônicas, publicações especializadas ou em assessorias de imprensa, os procedimentos de procura por pautas, apuração e redação são muito semelhantes.

Liana John, que até 2003 era editora de Ciência e Meio Ambiente da Agência Estado (EA) e hoje é diretora executiva da revista Terra da Gente, acredita que jornalismo científico e jornalismo ambiental são temas indissociáveis. Em uma entrevista concedida à Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC), ela menciona duas fases do jornalismo ambiental:

Tivemos um primeiro momento em que os jornalistas que cobriam Meio Ambiente eram mais militantes e lidavam com as denúncias, refletindo a necessária agressividade de um movimento ambientalista emergente. Isso prevaleceu nos anos 70 e início da década de 80. Eu me considero de uma segunda geração de jornalistas ambientais brasileiros, que, sem deixar de fazer as denúncias, optou mais claramente por uma aproximação com a Ciência. – ou as Ciências, no plural<sup>15</sup>.

Bernardo Esteves, editor-chefe da Ciência Hoje On-line tenta delimitar diferenças e semelhanças entre as duas áreas do jornalismo.

Os dois têm áreas de convergência e interseção, mas guardam uma certa autonomia. Isso porque boa parte do conhecimento que fundamenta o nosso entendimento do meio ambiente é gerado no ‘esquemão’ científico (artigos publicados em revistas especializadas e submetidos à avaliação de peritos, etc.). Mas o jornalismo ambiental tem que ir além disso, não pode se prender ao debate na esfera acadêmica, tem que estar mais colado à sociedade (mas no

---

<sup>15</sup> JOHN, Liana. Disponível em <[www.agirazul.com.br/jornalismoambiental/liana.htm](http://www.agirazul.com.br/jornalismoambiental/liana.htm)>

fundo o jornalismo científico também...). Em comum, acho que ambos têm a necessidade de grande rigor e clareza, assim como uma missão bastante parecida: desmistificar uma série de inverdades e mitos bastante difundidos entre a sociedade sobre ciência, ecologia e meio ambiente <sup>16</sup>.

Para a jornalista Fabíola de Oliveira, o jornalismo científico e o jornalismo ambiental se assemelham por marcarem um estilo de cobertura que preza pela contextualização, por uma abordagem mais ampla das questões que invadem, naturalmente, as demais áreas do conhecimento. A cobertura mais ou menos aproximada das questões científicas mais ‘pesadas’ poderia ser um fator de distinção entre as duas formas de jornalismo.

O jornalismo ambiental, como nas áreas de biotecnologia, aeroespacial, políticas públicas de C&T, astrofísica, etc., é ou pode ser parte do jornalismo científico. É científico quando aborda questões que incluem o conhecimento científico sobre o meio ambiente - não é científica uma notícia alarmante sobre o desenvolvimento de um clone humano, sem nenhum dado científico que a comprove, e não faz muito tempo a imprensa internacional e brasileira caíram nessa esparrela. Vejo que no jornalismo ambiental, ou qualquer outro, até mesmo na moda, esporte, culinária, você pode praticar o jornalismo científico. É uma questão de abordagem e conteúdo. A química e propriedades dos alimentos pode estar presente em uma boa reportagem de gastronomia; a textura, tecnologia de tecelagem, pode compor uma matéria sobre moda; a fisiologia do esforço físico, as contusões e suas conseqüências, está nos esportes, e por aí vai <sup>17</sup>.

‘Ciências a serviço da sustentabilidade’ – esse talvez seja, portanto, o lema que explique os reais ganhos da interação ciência-comunicação-meio ambiente. Durante a 3ª Conferência Mundial de Jornalistas Científicos (WCSJ), realizada em São José dos Campos, em 2002, o representante da Unesco no Brasil, Ari Mergulhão, mencionou exatamente essa relação. Ele defendeu, para uma platéia de estudantes de jornalismo e escritores de ciências do mundo inteiro, que não basta valorizar a divulgação do desenvolvimento científico-tecnológico se ele não for sustentável. Por isso, os jornalistas devem ter cuidado redobrado ao ressaltar a importância de determinadas ‘inovações’ de interesse econômico que podem não se converter em melhoramento das condições de vida das populações – devem fazer um uso ético do conhecimento que transmitem.

---

<sup>16</sup> Entrevista de Bernardo Esteves concedida à autora em 13 de setembro de 2004.

<sup>17</sup> Entrevista de Fabíola de Oliveira concedida à autora em 14 de outubro de 2004.

“Qualquer desenvolvimento que não seja sustentável não é mais desenvolvimento, mas retrocesso, pois ameaça a vida nesse planeta, o qual estamos destruindo”.<sup>18</sup>

Apesar das cada vez mais recorrentes discussões sobre o que seja notícia científica, interesse público e modelos de comunicação, não há consenso sobre a melhor maneira de realizar a divulgação desse conteúdo. Cartilhas já foram elaboradas, como o “Pequeno manual de divulgação científica – dicas para cientistas e divulgadores de ciência”<sup>19</sup>, mas embora dêem orientações básicas sobre as principais nuances da atividade, não abarcam (e talvez essa nem seja a proposta) a diversidade de formas e de públicos-alvos. Isso dá ao jornalista ainda mais liberdade para explorar o conhecimento e definir a maneira de disseminá-lo – seja através de narrativas, personagens, comparações, infográficos ou ilustrações. Sem o rigor do academicismo. Fazendo jornalismo.

### 2.2.1 Semeando interesses: a ciência embasa a comunicação ambiental

O interesse infanto-juvenil para o estudo das ciências naturais está intimamente ligado à qualidade da educação nos níveis regional e nacional. O fascínio pelo conhecimento da terra, dos mares, das relações entre seres vivos e inanimados carrega, desde os primeiros anos de desenvolvimento escolar, o potencial de tornar a criança um futuro defensor dos recursos do planeta – por meio de pesquisas próprias ou como um divulgador, um conscientizador.

No entanto, o desestímulo ao conhecimento das ciências na adolescência e na fase adulta é flagrante. As dificuldades de infra-estrutura das escolas, as deficiências na formação dos professores, o modelo de ensino das ciências naturais (voltado quase exclusivamente para a aprovação no vestibular) e a baixa perspectiva de remuneração imediata ao exercer atividades científicas na fase adulta são alguns dos fatores que inibem a vontade de aprofundamento das ciências<sup>20</sup> ao longo da vida escolar.

Ao ler um jornal diário, uma revista informativa qualquer, ao ligar a televisão ou o rádio, o jovem tem dificuldade para reencontrar as notícias referentes àqueles primeiros

---

<sup>18</sup> Anotações pessoais da 3ª Conferência Mundial de Jornalistas Científicos (WCJC) realizada em novembro de 2002 em São José dos Campos, São Paulo.

<sup>19</sup> VIEIRA, 1999.

<sup>20</sup> O termo ‘ciências’ refere-se aos conteúdos exatos e tradicionais apreendidos nas escolas, não sendo considerados assuntos como economia e política, apesar de se englobarem também nesse escopo.



conceitos científicos da época do colégio. E, diante da avalanche de matérias sobre política, economia, artes e esportes, por exemplo, deixa a ciência – estática – nos bancos escolares e segue para tentar encontrar a carreira que melhor atenda suas necessidades.

Sem diminuir a responsabilidade da educação primária e secundária no incentivo à formação científica dos brasileiros, há uma lacuna dos meios de comunicação em noticiar as ciências da natureza de maneira séria, completa e acessível. Na maioria das vezes, ela aparece para o grande público como curiosidade, como espetáculo.

A jornalista Graça Caldas, professora e pesquisadora da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), reconhece na mídia um papel insubstituível na divulgação do conhecimento científico e apresenta falhas cruciais na cobertura desse setor.

É através dela, de seus múltiplos canais, que a população é informada sobre o que se passa nos laboratórios de pesquisa ou nos gabinetes dos dirigentes de cada país. [...] Normalmente, as reportagens veiculadas nos meios de comunicação limitam-se a relatar o produto acabado da ciência ou da tecnologia<sup>21</sup>.

O jornalista que se acomoda e divulga tão somente o resultado das pesquisas incorre em um erro grave. Há grandes riscos de a matéria não ser compreendida. O público precisa de explicações adicionais e contextualização para entender conseqüências, vantagens e desvantagens do estudo em questão a fim de que a informação se transforme, efetivamente, em conhecimento. Assim, o jornalista que aceita tudo que vem do pesquisador pode ser facilmente enganado e divulgar uma fraude, o que não é raro.

Existem algumas ‘pérolas’ na literatura da divulgação científica no Brasil que, por tamanha inocência do jornalista ou por total despreparo, merecem ser citadas. O caso do ‘boimate’ é um dos mais impressionantes. A maior revista de circulação do Brasil, a *Veja*, cometeu uma falha conhecida no jornalismo como ‘dar barriga’ no dia 27 de abril de 1983. Os jornalistas brasileiros acreditaram na tradicional brincadeira que a imprensa britânica faz em todo o dia 1º de abril, o dia da mentira. A revista *New Scientist* – fonte para jornalistas brasileiros que buscam pautas científicas internacionais – divulgou o que seria a inédita fusão de células de vegetais com animais. A carne do boi fundida com a

---

<sup>21</sup> CALDAS. Disponível em :  
<[www.jornalismocientifico.com.br/comtexto/telaartigojorciengraçarelacienjornal.htm](http://www.jornalismocientifico.com.br/comtexto/telaartigojorciengraçarelacienjornal.htm)>.

carne do tomate teria dado origem ao ‘boimate’. Na época, os responsáveis pela editoria de ciência da revista *Veja* quiseram ainda entrevistar um biólogo para dar repercussão à notícia, além de ilustrar o suposto ser na revista. Apesar das dicas dadas pelos próprios redatores da *New Scientist* de que se tratava de uma gozação, a seção de ciência da *Veja* divulgou a matéria e foi ridicularizada.

A habilidade de driblar esse tipo de armadilha depende do conhecimento mínimo do jornalista sobre o assunto que pretende cobrir e de algo que não se ensina nas universidades: bom-senso. No entanto, as dificuldades para falar das ciências nos meios de comunicação vão além do espaço restrito que é concedido a matérias dessa natureza e da busca por notícias que tenham impacto suficiente para chamar atenção e obter algum destaque.

Na opinião de Liana John, falta mais leitura e acesso a artigos científicos para que o jornalista ambiental tenha capacidade de investigar a matéria que pretende fazer, especialmente se o assunto for complexo como falar de aquecimento global ou sobre transgênicos. “É difícil porque não dá tempo de estudar no dia a dia de um jornal, mas é necessário.”<sup>22</sup>

### 2.2.2 Dos centros de pesquisa até a sua casa

O jornalista científico precisa saber romper preconceitos. Eles mesmos não têm nada de científicos. São simplesmente profissionais que investigam, perguntam, resumem e publicam notícias para diferentes veículos. E têm em mente que o público a quem a notícia se destina também não é composto por intelectuais. Por isso, o trabalho de entender a importância e o funcionamento da pesquisa científica é redobrado.

A rotina das redações de veículos de comunicação diários é intensa. Em poucas horas, o jornalista precisa apurar, entender e escrever uma notícia, para que, então, ela seja divulgada. Esse, definitivamente, não é o tempo do cientista. Mesmo os jornalistas de revistas especializadas estão sujeitos a um tempo que, até assim, é bem mais acelerado do que o dos cientistas.

Quando procurados por jornalistas, muitos pesquisadores não se mostram simpáticos à idéia de divulgar seu trabalho. Às vezes, por desconhecerem a importância

---

<sup>22</sup> Entrevista de Liana John concedida à autora em 27 de outubro de 2004.

da própria pesquisa para o público. Outras, por não confiarem no jornalista, que pode deturpar uma pesquisa de anos numa reportagem mal escrita. Faz-se necessário ultrapassar outro desafio, o da linguagem.

O vocabulário dos pesquisadores é rebuscado e obedece a um rigor bastante específico para que determinado estudo seja reconhecido entre os pares. Como as publicações escritas pelos próprios cientistas destinam-se, *a priori*, a outros especialistas, muitas vezes a contextualização e as conseqüências do estudo são dispensáveis. Os pesquisadores detêm-se aos fatos e aos resultados do estudo de forma objetiva e direta.

Mas, para que o público leigo consiga entender a importância da pesquisa e para que ela reflita no seu modo de vida, algumas alterações vocabulares devem ser feitas. Cabe ao jornalista investigar as implicações do estudo e apurar mais para que a notícia esteja completa. É exatamente aí que ele desempenha a função mais nobre do jornalismo: a social. Ele precisa traduzir com qualidade e precisão informações técnicas em uma linguagem formal e acessível, além de apontar conseqüências para o cotidiano do público. Mas, nesse processo, deslizes não são raros.

Muitas vezes, a substituição de alguns termos para palavras mais fáceis ao entendimento popular decepciona e irrita os pesquisadores por pensarem que a adaptação não é adequada. Estejam eles certos ou exagerados, o jornalista deve ter bom senso e sempre perguntar ao titular da pesquisa se é correto ou não interpretar o estudo da forma que deseja divulgar. É um trabalho de intensa negociação que demanda esforços das duas partes.

Apesar de tudo isso, desafio maior para a comunicação científica e para a ambiental talvez seja justamente encontrar a notícia. Isolados em centros de pesquisa ou em universidades, alguns pesquisadores não sabem como divulgar seu estudo. Muitas vezes, uma pesquisa de relevância nacional fica restrita ao local das investigações porque não houve quem fizesse a primeira comunicação: entre o pesquisador e a mídia.

Para mediar essa relação, o trabalho das assessorias de imprensa é essencial. É através delas que a notícia de uma pesquisa chega às redações. Só então o repórter é indicado para procurar o cientista e organizar uma matéria. No exterior, a busca por pautas passa principalmente pela consulta a diversas revistas indexadas.

Existem publicações cada vez mais especializadas, procuradas pelos próprios pesquisadores que desejam obter reconhecimento científico. Os artigos dispostos ali são sempre inéditos e estão sujeitos à revisão dos pares. Algumas das revistas mais famosas são a *Nature*, a *Science* e *La Recherche*, fontes, inclusive, para outras publicações científicas produzidas no Brasil.

No exterior, aliás, o campo do jornalismo científico – e por extensão do jornalismo ambiental – tem crescido bastante nos últimos anos. Especialmente na Europa, onde a cultura da leitura é relativamente maior do que a televisiva (se comparada com o Brasil), o mercado editorial de ciências e meio ambiente se desenvolveu antes. Esse fato, no entanto, não remete a mudanças de mentalidade significativas quanto às questões sócio-ambientais.

Para atender a um público crescente mais crítico, a formação dos jornalistas precisou ser minimamente diferenciada. Ao menos cuidada. Seja em cursos de especialização universitários, ou por interesse próprio do jornalista, o profissional que cobre temas ambientais teve que traçar diversas estratégias para se consolidar nessa área. Por sinal, tal preparação já há muitos anos não é novidade para os jornalistas econômicos e políticos, por exemplo.

## 2.3 Jornalistas ambientais no Brasil e no mundo

### 2.3.1 *Mundo fragmentado, jornalismo isolados*

Se uma das grandes preocupações dos jornalistas é a saturação do mercado, ao menos aqueles que pretendem cobrir assuntos relativos ao meio ambiente podem ficar tranquilos. Campo para explorar existe e é vasto. Basta olhar em volta e perceber o agravamento das questões sócio-ambientais que poderiam ser amenizadas com a ajuda da comunicação, ou então basta identificar e divulgar as inúmeras iniciativas de educação ambiental que estão dando certo mundo afora. No entanto, o desafio é conquistar espaço dentro dos veículos mais assistidos ou criar novos empreendimentos para fortalecer essa área – tudo ao sabor dos investimentos publicitários e dos resultados das vendas para garantir uma sobrevida do novo produto.

Esse raciocínio estritamente dependente da economia influencia os investimentos em jornalismo ambiental de maneira inevitável, embora se deseje o contrário. Felizmente, a criatividade é algo que não se consegue restringir, aflorada especialmente em momentos de crise. E tem sido possível para esses jornalistas atuar de modo ‘sustentável’ no mercado, apesar de pouco rentável, por enquanto.

Na contramão no que tange à organização das classes profissionais, os jornalistas ambientais tentam deixar de ocupar um espaço marginal nos meios de comunicação através da formação de grupos. Em vez de pertencer apenas à ordem dos jornalistas, (como os economistas, os físicos, os advogados) eles tentam se estabelecer como uma classe declaradamente mais segmentada: a dos jornalistas ambientais. Apesar dos esforços, ainda não existe oficialmente uma organização aberta no Brasil própria para eles. Por enquanto, o que se tem são redes de relacionamento pessoais, onde é possível trocar informações e experiências. No entanto, algo até agora precariamente conhecido por qualquer outro que não pertença ao grupo. Mas isso não é pouco. Os jornalistas ambientais estão lá e em cada vez maior número. A maioria participa de uma outra organização, a ABJC, que promove congressos nacionais e internacionais, onde têm igualmente chances de participação.

Com o objetivo de aumentar qualitativa e quantitativamente as reportagens nos meios de comunicação de seu país, os jornalistas ambientais se organizam local, regional ou globalmente, a exemplo dos colegas jornalistas científicos. E compartilham com eles o percurso incerto de uma especialidade historicamente pouco convencional nos meios de comunicação de massa. Essa é uma realidade que atinge não apenas o Brasil, embora em países desenvolvidos tenha aumentado o número de jornalistas ambientais organizados e, por consequência, o de reportagens que visam a sustentabilidade.

A maior entidade do mundo que reúne esses jornalistas é a Federação Internacional de Jornalistas Ambientais (IFEJ). Sediada na França desde 1993, quando aconteceu uma conferência em Dresden, na Alemanha, todos os anos promove encontros internacionais. É uma organização não-governamental com correspondentes de 28 nacionalidades e de associados em mais de 110 países. Ao todo, são cerca de 7.500 comunicadores dos vários veículos de informação que, além do exercício habitual de reportar questões sócio-ambientais, trabalham como consultores de projetos educativos em muitos países.

Em níveis nacionais, há entidades bastante relevantes, como na França (pioneira a organizar profissionais da área ainda em 1968) na Índia e até no Sri Lanka. Os jornalistas americanos organizaram uma das maiores do mundo, a *Society of Environmental Journalists*, fundada em 1990. Conta com cerca de 1.300 integrantes que realizam trabalhos nos meios de comunicação de outros 32 países. A entidade mantém em sua página na Internet informações sobre alguns estudos recentes na área ambiental, além das notícias referentes à própria organização e agenda de eventos.

Os Estados Unidos também sediam a maior organização de divulgadores científicos do mundo, da qual fazem parte muitos jornalistas ambientais, a *International Science Writers Association* (ISWA). E recentemente foi criada a *World Federation of Science Journalists* (WFSJ), estabelecida para integrar e fortalecer jornalistas que cobrem ciências e meio ambiente – um dos resultados da WCJC.

Curiosamente, o país que mais produz conhecimento científico no mundo, inclusive estudos ambientais de ponta, não consegue divulgar adequadamente o que desenvolve. Há sabidamente uma série de boatos envolvendo a ignorância do povo americano sobre as conseqüências de seus hábitos consumistas, da política e da economia do país. Muitos deles com fundamento.

O fato de grande parte da população não ter consciência da gravidade das condições sócio-ambientais para além de suas fronteiras faz da divulgação ambiental uma necessidade, uma prioridade. No entanto, as televisões, os jornais e os demais meios de comunicação, de uma forma geral, pecam pela omissão de preciosos esclarecimentos para os próprios consumidores dos Estados Unidos.

Entre os três maiores jornais americanos de circulação nacional, as matérias publicadas sobre ciências pertencem a segmentos diferenciados. As reportagens podem ser de ‘ciência’ ou de ‘saúde’, conforme delimita o *New York Times*. O periódico subdivide ainda a seção de ‘ciência’ em três partes: meio ambiente, ciências astronômicas (que tem bastante apelo entre os americanos) e espaço para colunistas. O mais interessante é que as matérias de cunho conscientizador, esclarecedor e investigativo a respeito do meio ambiente podem ser encontradas e em quantidade relativamente grande. Pena que ficam tão escondidas. Mesmo assim, são bem superiores às reportagens do *USA Today* e do *Wall Street Journal*, que contam apenas com uma seção de ‘tecnologia’, sem qualquer comprometimento com a sustentabilidade.

Um semelhante exemplo pode ser verificado do outro lado do mundo, embora deliberada e publicamente referenciando natureza ideológica. A *Xinhua News Agency of China* é uma das quatro maiores agências de notícias do mundo. Segundo o jornalista Jiahg Yan <sup>23</sup>, a China entende o jornalismo científico como um dos maiores investimentos do país. De acordo com Yan, que esteve no Brasil durante a WCSJ, existem no país 3 jornais de circulação nacional com conteúdo exclusivo de ciências e mais de 40 diários regionais. Além disso, desde 2001 a China mantém um canal de televisão inteiramente voltado aos assuntos científicos. O governo enxerga uma relação direta e muito clara entre a divulgação científica e o desenvolvimento econômico do país e valoriza o trabalho dos jornalistas.

Se todos os governos fossem assim, certamente as dificuldades quanto à divulgação das ciências seriam minimizadas em níveis globais. Mas, em se tratando do país mais populoso do mundo e com uma das economias potencialmente mais poderosas do planeta, tantos incentivos podem preocupar.

Na agência *Xinhua* existe uma impressionante produção de reportagens e notas sobre ciência, mas quase todas estão voltadas estritamente para o aprimoramento científico, sem que haja relação entre a produção do conhecimento e seu virtual benefício sócio-ambiental.

As raras exceções – como o italiano *Corriere della Sera*, que traz uma seção de ciências recheada de matérias, incluindo temas ambientais – estão localizadas em um meio onde esse tipo de notícia custa a emplacar, independentemente da formação ou do grau de organização dos jornalistas da área. Ainda hoje, aqueles que buscam notícias ambientais não se contentam com a sua chegada em doses homeopáticas nas páginas dos jornais. Pesquisadores, estudantes e os interessados sabem onde encontrar essas notícias: nas revistas especializadas. E, entre aquelas que divulgam com linguagem mais acessível, discurso forte e carregado de credibilidade, destaca-se a britânica *The Ecologist*.

Trata-se de uma das mais antigas e respeitadas revistas sobre ecologia do mundo. E se baseia em artigos dos próprios pesquisadores, que são orientados editorialmente a escrever de forma completa e compreensível. A redação de matérias sobre questões ambientais (e científicas em geral) feitas diretamente por quem elabora os estudos ou

---

<sup>23</sup> Anotações pessoais da WCSJ

quem está intimamente envolvido no assunto não é uma especificidade britânica, mas européia. Essa é uma das maiores diferenças do jornalismo especializado produzido no Brasil em relação às publicações mais lidas no exterior.

Antes de serem jornalistas, os comunicadores de lá são as pessoas mais indicadas para responderem ao que escrevem. Mas, afinal, os pesquisadores publicam em revistas de amplo alcance porque dominam a língua e conseguem se expressar como jornalistas, ou é o público europeu, acostumado a uma quantidade maior de leituras, que compreende o que os pesquisadores dizem sem dificuldade?

Mesmo sem encontrar uma solução, o bioquímico australiano Frank Burnet uma vez sinalizou sobre a mentalidade do governo do Reino Unido sobre essa questão. De passagem pelo Brasil durante a WCJC, ele discursou sobre um relatório desenvolvido pelo parlamento britânico que questionava o trabalho dos jornalistas ao se ‘arriscar’ na área das ciências, sem que tenham formação específica para falar de tais temas a um público leigo. O relatório gerou controvérsias, mas logo algumas iniciativas de comunicação que ausentavam o jornalista começaram a ser testadas. Foi o caso da *Graphic Science*, organizada pelo próprio Burnet.

### 2.3.2 *Jornalistas ambientais brasileiros*

No Brasil, a distinção é evidente. Jornalista é jornalista e cientista é cientista. Mas jornalista pode ser ambientalista e ambientalista pode ser cientista. O modelo três em um é uma raridade por aqui.

O baixo nível de instrução de boa parte dos brasileiros é recorrentemente tomado como uma das justificativas para uma comunicação que necessite imperativamente da mediação do jornalista. A falta de uma cultura letrada forte é, de fato, outro agravante. Pesquisadores e público não conseguem se entender, na maioria das vezes, porque os dois lados ainda são timidamente incentivados a investir na educação escrita, em comunicar com clareza.

Já que, muitas vezes, a mediação do jornalista na comunicação de temas ambientais não é feita de uma forma a permitir o entendimento de grande parte do público, existem outras maneiras tão ou mais honestas de se fazer jornalismo ambiental



sem ter que necessariamente recorrer às ciências. O chefe de redação do programa Globo Ecologia, Elias Fajardo, exemplifica uma estratégia bastante eficaz.

Se você falar com um cidadão comum que sabe sobre o ciclo natural e precisa daquilo pra sobreviver, pra achar o peixe, ele vai ter uma visão tão boa quanto à de um cientista. Aliás, os cientistas mais inteligentes costumam trabalhar em consonância com o saber popular <sup>24</sup>.

Dar credibilidade ao conhecimento popular pode surpreender pela resposta do público. Mesmo que, teoricamente, o saber sem respaldo em cálculos científicos seja facilmente questionável, as ferramentas para o entendimento são mais claras e têm o componente da sensibilidade, já que quem comunica é o próprio detentor-dependente do conhecimento. Seria egoísmo desconsiderar o saber popular como importante estratégia de conscientização ambiental. Essa alternativa na comunicação tem sido adotada com sucesso por programas de televisão como Planeta Terra da TV Cultura de São Paulo. Esse é também um exemplo típico de um trabalho jornalístico, mas sem a presença física do profissional diante das telas.

Enquanto, no exemplo anterior, o jornalista não aparece, mas concebe nos bastidores toda a forma do produto, nas maiores redações do Brasil ele sequer figura entre os funcionários. Poucos são os jornalistas que se assumem ambientais e que insistem em produzir programas de qualidade sobre a área na grande mídia. Muitos são os obstáculos, como o desprestígio do tema frente aos factuais, às matérias de cidade, esportes ou de política.

Liana John permaneceu por 15 anos na AE como responsável pela seção de ciência meio ambiente de um dos jornais mais lidos do país, mas abandonou o posto para se dedicar à revista Terra da Gente, recém lançada no mercado brasileiro – ainda com pouca visibilidade. André Trigueiro é outro exemplo de grande atuação pela causa ambiental nos meios visual, sonoro e impresso. Além de proferir palestras sobre as temáticas ambientais, é consultor e articulista de um *site*, trabalha como voluntário da Rádio Viva Rio AM, emplacou séries muito prestigiadas sobre a causa sócio-ambiental, como “Fogo na floresta: o país das queimadas” (1997), “Planeta Estufa” (2001), “Rio +10: o planeta em foco” (2002), “Água: o desafio do século 21” (2003) e “Cidades e Soluções” (2004), no canal de jornalismo por assinatura da TV Globo, a Globonews.

---

<sup>24</sup> Entrevista de Elias Fajardo concedida à autora em 29 de setembro de 2004.

Mas, conforme tem sido verificado, a tendência mais comum dos profissionais que descobrem a paixão de atuar pela causa ambiental é migrar para mídias alternativas. Há de se compreender que seja desmotivante estar em um veículo de comunicação de grande alcance e não poder aproveitar toda sua cobertura para tratar de assuntos sócio-ambientais com a qualidade que se deseja. A maioria dos jornalistas que se percebem envolvidos com a causa amplia seu trabalho para além das redações, mudam a forma de ver o mundo, a maneira de cuidar de sua própria casa, de sua cidade. Nesse sentido, Wilson da Costa Bueno é pragmático:

O jornalista ambiental [e é isso que precisa ser trabalhado nas escolas e nas redações junto aos profissionais de imprensa do futuro] tem um compromisso que se estende além da jornada de trabalho. Consciente e capacitado, ele será um militante sempre<sup>25</sup>.

O fato de a imprensa raramente permitir que problemas ambientais sejam tratados com profundidade e criatividade dificulta a vida do jornalista ambiental. De duas uma: ou aceita as restrições e continua no veículo ou pede demissão e empreende novos projetos de comunicação ambiental.

O mercado inchado do jornalismo brasileiro ainda precisa encontrar novas maneiras de informar bem com grande alcance. A mentalidade antiga de muitos editores-chefes deixa órfãos muitos daqueles jornalistas idealistas, profissionais que, dentro ou fora dos conglomerados de comunicação, não perdem o pique para persistir nas discussões pelo fortalecimento da classe de jornalistas ambientais.

Sem exageros, pode-se dizer que quase todos os jornalistas brasileiros que escolheram a área sócio-ambiental para trabalhar fazem parte da RBJA – uma lista de discussões pela Internet criada em 1998 para facilitar a troca de experiências, a integração nas diferentes regiões do país, divulgar sugestões de pauta, matérias interessantes, cursos, encontros e etc. Segundo Roberto Villar Belmonte, a Rede tem se tornado cada vez mais sólida e ampla ao longo desses anos – reflexo do aumento de consciência ambiental na sociedade brasileira. O intenso movimento na lista revela a vontade e a qualidade dos comunicadores que as compõem. Na avaliação da jornalista Kristina Michahelles, só com os assuntos levantados na Rede seria possível encher uma revista de pautas diariamente.

---

<sup>25</sup> BUENO. *Op. cit.*

A proposta da união de âmbito nacional dos jornalistas ambientais através de uma entidade é uma idéia que surgiu no início da década de 90, mas apenas oito anos depois ganhou forma (apesar de virtual) através da Rede. A ampla divulgação de acidentes ambientais e descobertas científicas durante a década de 80 instigou a necessidade de valorização da temática ambiental na sociedade brasileira. Por isso, em 1989, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (Fenaj) realizou, em Brasília, o “Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente”, com a participação de especialistas do mundo inteiro. Esse encontro foi o estopim para a criação de núcleos regionais de jornalismo ambiental em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Todos com o objetivo de formar uma esperada representação nacional.

No entanto, dos grupos criados naquela época, o único que sobrevive até hoje é o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul. Roberto Villar Belmonte elenca algumas razões para o ocorrido:

Eu acho que esse grupo sobreviveu pela parceria com o Sindicato dos Jornalistas, com a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Ufrgs [Universidade Federal do Rio Grande do Sul], sempre disposta a promover cursos na área, e de ter surgido dentro do movimento ecológico<sup>26</sup>.

Segundo o jornalista, o fato de os fundadores do núcleo serem militantes e ecologistas deu ainda mais força para a sua continuidade. No entanto, existem excelentes jornalistas ambientais atuando de forma relativamente isolada nos outros estados. Recentemente, tem sido possível verificar, através das discussões da Rede, mais iniciativas para o fortalecimento de novas representações estaduais, como no Rio de Janeiro, em São Paulo, ou regionais, como o grupo de jornalistas da região Centro-Oeste.

---

<sup>26</sup> Entrevista de Roberto Villar Belmonte concedida à autora em 13 de setembro de 2004.

### 3. ROTINAS PRODUTIVAS SOBRE MEIO AMBIENTE

#### 3.1 Trajetória das preocupações ambientais no Brasil

Se hoje o Brasil assume um papel de liderança internacional nas causas ambientais, muito se deve aos esforços isolados desde meados do século XVIII. Obviamente, tomando-se como referência o descobrimento do Brasil, as primeiras preocupações em preservar o meio ambiente são bastante tardias. No entanto, o aspecto atrasado de olhar para os recursos do planeta de maneira sustentável não é exclusividade do país.

Um dos primeiros exemplos a se tornar conhecido foi o espetacular replantio de milhares de árvores no coração da capital do império. No início da década de 1840, o governo ordenou a desapropriação de fazendas cafeeiras no Rio de Janeiro para a recuperação dos mananciais da cidade, que sofria com uma grave crise de falta d'água. Meia dúzia de escravos e um número crescente de trabalhadores assalariados liderados pelo major Manuel Gomes Archer, num primeiro momento, e depois pelo coronel Gastão Luís Henrique de Robert d'Escragnolle empreenderam o reflorestamento da região conhecida hoje como floresta da Tijuca, a maior área de cobertura vegetal em ambiente urbano do mundo.<sup>27</sup>

A postura de recuperar as florestas para evitar problemas de abastecimento na cidade, ao que tudo indica, é resultado de uma embrionária crítica ambiental existente no Brasil no período de 1786 a 1888, conforme estuda o historiador e cientista político José Augusto Pádua. O autor do livro “Um sopro de destruição – pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista” reuniu 150 textos de 50 autores diferentes que indicavam rejeição às práticas econômicas exploratórias dos recursos naturais do país, numa época em que poucos imaginariam esse tipo de debate.

No entanto, apesar de verificado um pensamento ecológico, apenas com a chegada do século XX as providências pela preservação da natureza esboçaram, pela primeira vez, intenção real de perseguir o ritmo da destruição. Mesmo naquela época, a concepção de sustentabilidade não era clara, tampouco figurava entre os principais interesses governamentais o entendimento da relação sociedade-natureza. Ainda assim, a

---

<sup>27</sup> MENEZES, 1998. p. 73-74.

idéia de cuidar do meio ambiente como sinônimo de conservar as áreas verdes – não ocupadas pela expansão das fronteiras agrícola e urbana – começava a ganhar força.

De acordo com esse pensamento, em 1933, um grupo de cientistas, jornalistas e políticos organizou, no Rio de Janeiro, a primeira reunião nacional para discutir políticas de proteção ao ‘patrimônio natural’. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza tinha como objetivo principal a defesa da flora e da fauna nativas. Por mais que o encontro não tenha refletido a opinião pública sobre a questão ambiental, dali surgiram os primeiros instrumentos para a elaboração de um código florestal, no ano seguinte. E como uma esperada consequência, um decreto federal criou, em 1937, em plena ditadura do Estado Novo, o primeiro parque nacional brasileiro, o Parque Nacional do Itatiaia. Dois anos depois, a Serra dos Órgãos (RJ) e a região das Cataratas do Iguaçu (PR) ganharam o mesmo status.

A onda de proteção às florestas brasileiras cresceu a tal ponto, que, em 1958, foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação na Natureza (FBCN), a primeira organização ambientalista a manter presença nacional. A entidade, marco do nascimento do movimento ambientalista brasileiro, se opunha à política de desenvolvimentismo da era Juscelino Kubitscheck. Porém, o discurso ainda incipiente da defesa do meio ambiente seria, em poucos anos, fortalecido por uma visão que responsabilizava com provas e testemunhas a atividade humana no processo de degradação ambiental.

Em 1962, a bióloga americana Rachel Louise Carson atraiu a atenção de muitos países ao lançar o livro “Primavera Silenciosa”, que, pela primeira vez, denunciava a contaminação do meio ambiente por resíduos tóxicos decorrentes do uso de pesticidas químicos. Foi a partir daí que os defensivos agrícolas começaram a ser chamados de agrotóxicos.

Em plena efervescência cultural dos anos 60, aliás, os diversos movimentos que assumiram maior vigor – feminismo, movimento estudantil, hippie, rock, etc – tinham, como ponto pacífico, o respeito pela natureza e a pregação de um estilo de vida que rejeitava os padrões de consumo já daquela época.

O momento foi tão fértil que, anos mais tarde, rendeu frutos para a fundação da considerada primeira entidade ativista do país, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), em 1971. A organização era formada por profissionais liberais liderados pelo ex-militante do Partido Comunista Brasileiro, Augusto Carneiro, e

pelo engenheiro agrônomo José Lutzemberger. Respeitada em todo o país, a Agapan deslanchava barulhentas campanhas contra agressões ambientais no estado, repercutidas na imprensa do restante do país.

Sufocados pela censura, jornais e revistas encontravam, nas lutas da Agapan, as manchetes que não podiam dar sobre assuntos mais estritamente políticos. [...] Atordoadas com aquele novo discurso, que falava de árvores e de baleias, as forças de repressão não agiam. A militância pela natureza era a válvula de escape de que todos precisavam <sup>28</sup>.

Em 1979, depois de retornar do exílio na Suécia, o jornalista Fernando Gabeira reforçou os jornais alternativos brasileiros a idéia de que o desenvolvimento não podia ser buscado a qualquer preço, sem levar em consideração as questões ambientais. Gabeira, que se elegeu deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, foi um dos que primeiro adotaram a estratégia de atacar o governo militar pelo viés ecológico. <sup>29</sup>

Em São Paulo, um movimento inédito e irreverente marcava a insatisfação quanto aos problemas de poluição, principalmente atmosférica. Em 1973, o artista plástico Emílio Miguel Abellá exibiu no centro da maior cidade do país uma máscara contra gases no rosto, marcando o surgimento do Movimento Arte e Pensamento Ecológico (Mape), que reunia artistas em ‘cruzadas ecológicas’ pelo Brasil. Saíam em caravanas e montavam nas cidades visitadas exposições seguidas por palestras e debates. Eram também vanguardistas. Até então, o discurso ecológico raramente era transpassado para a esfera cultural, ficando retido apenas entre cientistas e políticos.

A década de 70 marcaria um retrocesso quanto à imagem do Brasil diante das causas ambientais. As grandes obras de infra-estrutura da época do ‘milagre econômico’ e uma forte política de substituição de importações pretendiam dinamizar a economia do país, e o governo militar não cogitava restrições a esse crescimento.

No entanto, ganhava força na comunidade internacional a idéia de que, em poucas décadas, o mundo estaria refém de uma situação caótica causada pela incompatibilidade entre as atividades humanas que visavam ao desenvolvimento e aos recursos naturais. Uma vasta produção científica apontava, na época, um futuro sombrio. Por isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) se apressou em convocar a Conferência

---

<sup>28</sup> ALMEIDA, 2002. p. 32.

<sup>29</sup> ILHA. Disponível em <[www.portoalegre.rs.gov.br/ecos/revistas/ecos19/reportag.htm](http://www.portoalegre.rs.gov.br/ecos/revistas/ecos19/reportag.htm)>.

Internacional sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Diante das previsões catastróficas, até então, o raciocínio da maioria dos países desenvolvidos era o seguinte: “as nações ricas eram as únicas áreas viáveis do mundo e os países que não haviam enriquecido até aquele momento deveriam desistir de fazê-lo em prol da sobrevivência da vida na Terra.”<sup>30</sup>

A posição do Brasil foi contrária a essa lógica. Entre os principais argumentos do país em Estocolmo estiveram a responsabilização das nações desenvolvidas sobre o ônus da poluição industrial e a política de soberania nacional, a qual previa que os problemas ambientais eram, em sua maioria, de âmbito nacional e não requeriam interferências externas. A vitória brasileira na conferência foi interpretada pela opinião pública como um elogio à poluição. “Mais de um ministro da área econômica deu entrevistas sugerindo que se os países ricos não queriam poluição, suas indústrias seriam bem-vindas no Brasil.”<sup>31</sup>

Em fins da década de 70, muitas indústrias que não sinalizaram mudanças nos processos de fabricação de seus produtos para minimizar os impactos ambientais sofreram com uma perda de credibilidade. Poluir passou a ser crime em diversos países. Nessa mesma época, a crise energética provocada pelo aumento do preço do petróleo colocou em pauta a racionalização do uso da energia e a procura por combustíveis de fontes renováveis.

As empresas estavam, no entanto, ainda incertas sobre que estratégias adotar para conseguir usar ‘racionalmente os recursos naturais’. A elaboração de uma legislação brasileira restringindo algumas práticas nocivas ao meio ambiente estimulava, aos poucos, empresas e governos a agir preventiva, em vez de corretivamente.

Foi então que surgiu oficialmente a expressão ‘desenvolvimento sustentável’, criada por representantes de diversos países, inclusive o Brasil, que formavam a Comissão Brundtland, em 1983, pela ONU. No relatório final dos estudos da comissão, batizado de “Nosso futuro comum”, estabeleceu-se um novo conceito de desenvolvimento. A maior consequência da divulgação desse relatório e dos demais estudos da comissão foi a recomendação para que a Assembléia Geral da ONU convocasse a II Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, 20

---

<sup>30</sup> ALMEIDA, 2002. p. 39.

<sup>31</sup> *Ibidem*. p. 41.

anos depois da primeira, no Rio de Janeiro. Por tudo isso, no final da década de 80, os assuntos referentes ao meio ambiente já começavam a conquistar mais espaço na mídia.

### 3.2 Repercussão do movimento ambientalista nas redações

A evolução do noticiário ambiental veio a reboque do próprio movimento ecológico brasileiro. Se antes era ativista e bem ‘verde’, hoje está em busca de abrangência e consciência. Até o início dos anos 90, a mídia ambiental nos veículos nacionais de informação resumia-se a catástrofes naturais ou a denúncias que, de vez em quando, ganhavam destaque e eram substituídos por outros temas com a mesma rapidez que invadiam a cena. Além disso, as grandes coberturas de ciências e meio ambiente estavam, desde o final da década de 70, associadas à repercussão do que acontecia na imprensa internacional com os primeiros alertas da comunidade científica sobre os buracos na camada de ozônio e o aumento do efeito estufa, do desmatamento na Amazônia e demais florestas tropicais, como defende Fabíola de Oliveira.

No entanto, exceções honrosas marcam a história do jornalismo ambiental brasileiro. Quase sempre fruto do interesse e de esforços individuais, embora em pequeno número, os precursores de maior expressão garantiam algumas páginas de jornal dedicadas às causas ambientais desde meados do século XX. Todos eles foram autodidatas que se viam escrevendo sobre temas ambientais ou fazendo denúncias contra agressões aos ecossistemas simplesmente porque eram apaixonados pelo ofício.

Não há referências de mídias especializadas em meio ambiente nos anos que marcaram o jornalismo brasileiro no último século. Havia, sim, alguns nomes que tinham acesso aos meios de comunicação e – alguns com mais frequência do que outros – dedicavam espaço a temáticas ambientais.

Um dos primeiros a divulgar agressões à fauna e à flora brasileira foi Henrique Luís Roessler (1896-1963). Entre 1957 e 1963, o contabilista escrevia no Suplemento Rural do jornal Correio do Povo – o mais lido na época no Rio Grande do Sul – crônicas semanais em defesa da natureza, como resultado da fiscalização (que fazia por conta própria) sobre a caça e a pesca nos banhados gaúchos. Ao todo, foram publicados 301



artigos que, mais tarde, seriam transformados no livro “O Rio Grande do Sul e a Ecologia – crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo.”<sup>32</sup>

Randau Marques atuou numa fase posterior, mas também é aclamado como um dos pioneiros denunciastas ambientais. Em 1964, quando tinha apenas 15 anos, delatava problemas de saúde dos funcionários de uma indústria de calçados de Franca, no interior paulista. Os trabalhadores sofriam com a inalação de solventes orgânicos misturados à cola de sapateiro e com a contaminação por chumbo através das tachinhas que seguravam com os lábios antes de pegar mais uma sola de sapato. Por causa da divulgação de suas reportagens, Randau foi preso pela ditadura militar. Mas, depois de solto, não desistiu de continuar denunciando. Foi assim que revelou ao público o alto índice de mortalidade por substâncias tóxicas e cancerígenas em Cubatão (SP) e, através de uma série de reportagens para o Jornal da Tarde, mostrou ainda em 1969 que a situação dos engarrafamentos na capital paulista já era considerada caótica.<sup>33</sup>

Tempos depois, no Rio Grande do Sul, cobriu uma das maiores polêmicas ambientais dos anos 70, o fechamento da fábrica de celulose *Borregaard* – um ícone da poluição industrial no país, que contaminava o Rio Guaíba. Além de Randau, esse caso foi amplamente coberto pela equipe de José Lutzemberger, da Agapan.

Outro nome que é absolutamente unânime na cobertura ambiental é o de Washington Novaes. Jornalista há mais de 45 anos, é colunista dos jornais O Estado de S. Paulo e O Popular (de Goiânia), além de consultor de jornalismo da TV Cultura, supervisor e comentarista dos programas Repórter Eco e Biodiversidade Debate. O currículo desse grande comunicador – que em algumas entrevistas demonstrou certo desconforto ao ser rotulado de jornalista ambiental, uma vez que acredita simplesmente cumprir seu papel de jornalista – é ainda engrandecido por ter produzido as séries “Xingu”, “Quarup” e “Pantanal”, e por ter ocupado posições de destaques nos jornais Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, Última Hora, Correio da Manhã e também nas redes Globo, Manchete e Bandeirantes. Escreveu ainda os livros “Xingu” e “A década do impasse”, entre tantas contribuições à comunicação ambiental.

Assim como Washington Novaes, figura entre os grandes nomes do jornalismo ambiental o mineiro Hiram Firmino. Com uma linguagem poética e delicada, ele expressa nos artigos que escreve suas inquietações e revela aspectos das questões

---

<sup>32</sup> NETHER, 1998.

<sup>33</sup> TRIGUEIRO in TRIGUEIRO, 2003. p. 85-86.

ambientais que se diferenciam pela simplicidade, pela qualidade e pelo espírito de luta, que transparecem nos textos que elabora. Hiram Firmino criou sua marca ao conseguir sincronizar a publicação dos artigos no Caderno Estado Ecológico, um suplemento do jornal Estado de Minas, com a primeira lua cheia do mês. A mesma prática se manteve no suplemento assinado por Firmino no Jornal do Brasil, o Caderno JB Ecológico.

Aos poucos, têm aparecido mais nomes que, com muita competência, vêm procurando consolidar o jornalismo ambiental brasileiro. O gaúcho Vilmar Berna, que coordena praticamente sozinho as versões impressa e on-line do Jornal do Meio Ambiente e Renee Capriles, da revista ECO 21 são alguns deles.

Entre os entusiastas que se espelharam na experiência de ícones como Washington Novaes, está Maria Zulmira, apresentadora do programa Repórter Eco, da TV Cultura de São Paulo. A emissora deu espaço para o amadurecimento de mais essa importante e bem mais recente referência no jornalismo ambiental em 1991. A jornalista entrou definitivamente na militância depois de elaborar uma reportagem sobre a poluição no Rio Paraíba do Sul. Sua decepção com a cobertura de outros veículos era motivada pela superficialidade que a maioria das pautas ambientais costumava ser tratada. Por isso, se empenhou para construir uma linguagem atraente e completamente diferente das que existiam no início da década de 90 para falar de meio ambiente.

Além dos já citados, Juarez Tosi, coordenador do núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, e Roberto Villar Belmonte lembram de outras referências importantes.

Jornalistas como Randau Marques e suas matérias sobre poluição industrial, Lúcio Flávio Pinto e as histórias sobre a Amazônia, e Elson Martins, que assistiu de perto ao aparecimento e à liderança de Chico Mendes no Acre, deixaram um legado e um exemplo que não podem ser ignorados pelas novas gerações. Os jovens também devem procurar aprender com os artigos de Washington Novaes, explicando os grandes temas internacionais, as matérias de Regina Scharf, mostrando as implicações econômicas das questões ambientais, as reportagens científicas de Liana John e Marcelo Leite, tradutores dos fatos que envolvem as ciências da natureza. Todos talhados na prática cotidiana das redações<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> TOSI, Juarez; BELMONTE, Roberto Villar. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/ecos/revistas/ecos19/opiniaio.htm>>.

Cada jornalista ambiental de hoje, de uma maneira ou de outra, se inspirou na experiência de outros, contemporâneos ou de gerações passadas. Com Liana John não foi diferente. Ela se recorda de nomes menos folclóricos, mas que, no caso dela, tiveram influência determinante, como Rubens Rodrigues dos Santos. Depois de trabalhar por mais de 35 anos no jornal Estado de S. Paulo, o jornalista e engenheiro fundou o Jornal Verde, onde atuou por 13 anos, até falecer, em 2000, aos 75 anos. Antes, porém, conquistou quatro edições do Prêmio Esso de Jornalismo por reportagens publicadas no Estado de S. Paulo sobre meio ambiente. Em 1959 venceu o concurso por matérias sobre a seca no nordeste. E, como um apaixonado e estando envolvido completamente pelo assunto, se tornou um especialista na área de irrigação.

A jornalista Teresa Urban marcou sua carreira ao também se dedicar às causas ambientais. Escreveu os livros “Saudade do Matão”, sobre a história da conservação da natureza no Brasil e “Missão (quase) Impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil”, sobre o movimento ambientalista. Ela lançou também o manual “Em outras palavras – Meio ambiente para jornalistas” e foi criadora da Rede Verde, um serviço de notícias para ONGs paranaenses que existe desde 1991.

Em Belém, um lutador incansável. O jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, que há mais de 35 anos é envolvido com causas ambientais, tem sempre estado às voltas de polêmicas. Não economiza palavras para denunciar o que julga ser atitudes nocivas ao meio ambiente e faz bom uso da liberdade de expressão. Todo esse empenho lhe custou uma condenação pela Justiça do Pará em julho de 2004, depois de publicar matérias sobre a tentativa de apropriação indébita de áreas no Vale do Xingu pela empresa C.R. Almeida no Jornal Pessoal, publicação quinzenal fundada pelo jornalista há mais de 15 anos. Lúcio Flávio Pinto foi ganhador de quatro Prêmios Esso, dois prêmios da Fenaj e o *Colombe d’Oro per la Pace*, um dos mais importantes conferidos na Itália a jornalistas. O brasileiro ainda trabalhou no jornal Estado de S. Paulo, nas revistas Veja e Istoé, entre outros veículos de informação, e publicou diversos livros, entre os quais “Hidrelétricas na Amazônia” e “Internacionalização da Amazônia”.

### 3.3 Rio-92 - o “milagre” da mídia ambiental

O aumento da consciência ambiental na sociedade brasileira culminou com a realização da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como a Rio-92. Entre os dias três e 14 de junho de 1992, o Rio de Janeiro sediou o maior encontro oficial entre países desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Durante 12 dias, 64 chefes de estado, 46 chefes de governo, oito vice-presidentes, um príncipe e cerca de seis mil delegados de mais de 180 países se reuniram para debater o futuro do planeta. Também na capital fluminense aconteciam eventos paralelos como o Fórum Global, que reuniu 12 mil representantes de 5.600 ONGs de 165 países.<sup>35</sup>

O saldo da Rio-92 foi a aprovação de cinco documentos: a Declaração das Florestas, que, mesmo sem valor legal, resultou em debates acalorados em função de poder comprometer a soberania dos países e revelou a intenção de recompensar as nações que protegessem as matas; a Convenção do Clima, sinalizando, ainda que efusivamente, a necessidade de controle das emissões de gases danosos à atmosfera em decorrência do aquecimento global (o que justificou a elaboração do Protocolo de Quioto, em 1997); a Convenção da Biodiversidade, um conjunto de medidas destinadas a desacelerar o crescente ritmo de extinção da espécies, visando a fortalecer a cooperação entre os países na gestão dos recursos biológicos; a Agenda 21, um plano de ação mundial para alcançar o desenvolvimento sustentável a médio e longo prazos; e, finalmente, a Declaração do Rio, que registra as responsabilidades de cada país na erradicação dos problemas ambientais.

Encontros dessa magnitude estimularam a cobertura da mídia. Só para a Rio-92, cerca de oito mil jornalistas foram credenciados. E, mesmo para eles, a dificuldade de entender alguns conceitos era enorme. Kristina Michahelles, que na época era editora chefe do Caderno Ecologia do Jornal do Brasil, lembra que a própria palavra biodiversidade era nova para esses profissionais e que “90% dos jornalistas escreviam meio ambiente com hífen.”<sup>36</sup>

Mas, no afã de explorar esse novo campo do jornalismo, praticamente todas as redações investiram na cobertura mais completa possível do evento através da criação de

<sup>35</sup> TRIGUEIRO in TRIGUEIRO, 2003. p. 81.

<sup>36</sup> Entrevista de Kristina Michahelles concedida à autora em 30 de setembro de 2004.

suplementos e cadernos especiais que acompanharam dia-a-dia o transcorrer das negociações da Rio-92.

Na falta de jornalistas especializados para preencher todas as vagas abertas, recorreu-se ao auxílio luxuoso de técnicos de diversas áreas alçados à condição de colunistas e articuladores. [...] Uma verdadeira operação de guerra mudou a rotina das redações, onde uma montanha de pautas até então solenemente desprezadas, mais por ignorância do que por má-fé, justificaram coberturas espetaculares<sup>37</sup>.

A imprensa brasileira jamais havia falado tanto sobre meio ambiente. Entre as novas publicações sobre o tema, a referência da época foi o Caderno Ecologia do Jornal do Brasil.

Tendo em vista a aproximação da Rio-92, o caderno foi criado um ano antes da conferência, em junho de 1991. Com seis páginas inteiras para explorar os até então inéditos temas ambientais, se tornou a primeira editoria na imprensa brasileira exclusivamente dedicada a pensar pautas sobre meio ambiente e esteve sob o comando de Kristina Michahelles. Ela, que tinha especialidade em economia e assuntos internacionais, não desperdiçou a chance de montar uma equipe e usar toda sua criatividade para inaugurar concretamente o filão no Brasil. Com a colaboração de correspondentes em outras cidades do país e no exterior, e com a simpatia do resto da equipe do Jornal do Brasil, o Caderno Ecologia tinha possibilidades ilimitadas de abordar as questões ambientais. E foi justamente isso que aconteceu.

A gente tentou abordar o espectro total dos problemas ambientais. Então falávamos desde clima até alimentação natural, passando por ameaças de animais em extinção, poluição industrial, problemas de emissão de veículos, doenças relacionadas a fontes de poluição, educação ambiental, até uma abordagem mais holística. A gente entrevistou várias pessoas, líderes indígenas e outras mais espiritualizadas. Enfim, tentamos abordar tudo isso já com vistas ao evento que aconteceria em 92. Tínhamos a preocupação de avisar ao público leitor o que ia ter lá, que tipo de acordo ia ser assinado, o que era biodiversidade, o que era o problema do clima, o problema da desertificação, agenda 21, etc, que eram siglas que não significavam completamente nada para a maioria das pessoas<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> TRIGUEIRO in TRIGUEIRO, 2003. p. 81.

<sup>38</sup> Entrevista de Kristina Michahelles concedida à autora em 30 de setembro de 2004.

O evento tornou mais palpável a cobertura de assuntos considerados ‘frios’ nas redações. “Foi uma oportunidade de ouro para o jornalismo ambiental, tudo fervilhava, tudo era rico em acontecimentos.”<sup>39</sup> Na imprensa, era visível a tentativa de explicar a cada dia o que havia acontecido e a importância das decisões tomadas na conferência para o futuro do planeta.

Mesmo assim, a jornalista Fabíola de Oliveira considerou a cobertura brasileira rasa em função do despreparo dos jornalistas para abordar de maneira crítica e científica as decisões que estavam sendo tomadas. Durante as coletivas de imprensa que compareceu, Fabíola de Oliveira lembra que os jornalistas brasileiros não faziam perguntas, somente os estrangeiros. E se limitavam a transcrever e a repercutir superficialmente o que constava nos *releases* da assessoria da ONU.

O que pude observar, inclusive pela análise de conteúdo que fiz de jornais na época, é que a cobertura abordou sobretudo os aspectos políticos e folclóricos da conferência, como a presença maciça de chefes de Estado, e o Fórum paralelo que se instalou na praia do Flamengo. Grande destaque também foi dado a personalidades do show bizz internacional, como uma artista que iria fazer um grande show em uma plataforma flutuante na Baía da Guanabara; o constrangimento da presença do Dalai Lama perante a delegação da China, que na época estava em pé de guerra com os lamas do Tibete; os índios que acamparam na frente do centro de convenções e outras curiosidades<sup>40</sup>.

No que se refere ao aspecto político da cobertura, pelo menos a imagem dos países conferencistas após os debates foi plenamente mostrada ao público brasileiro. Esteve em evidência a intransigência do governo norte-americano em não aceitar os compromissos em debate, principalmente quanto à redução da poluição, marcando sua imagem como a do grande vilão do meio ambiente. No lado oposto esteve a reputação do Brasil. Além de ter sido sede do evento, que transcorreu sem grandes problemas, o país conseguiu reverter definitivamente a imagem deixada pela Conferência de Estocolmo, de aliado da poluição.

Mas, apesar de a maioria considerar a conferência um sucesso, o secretário geral da Rio-92, Maurice Strong, deu uma entrevista ao jornal O Globo onde se confessou decepcionado com algumas das principais decisões acordadas durante o evento.

---

<sup>39</sup> *Idem*.

<sup>40</sup> Entrevista de Fabíola de Oliveira concedida à autora em 14 de outubro de 2004.

Por si só ela [a conferência] não altera em nada as causas dos problemas globais debatidos nesses 12 dias. Quanto aos resultados, só podemos avaliá-los diante das ações que governo e sociedade civil venham a adotar. Há 20 anos, ouvi muita gente dizer a mesma coisa que foi dita aqui, mas ainda não chegamos lá, nem conseguimos pôr em prática as propostas de Estocolmo. O problema é que não temos mais 20 anos para desperdiçar. É preciso começar a agir já<sup>41</sup>.

A indefinição sobre a fixação de cronogramas e alvos específicos para reduzir as emissões de dióxido de carbono preocupava o secretário ao fim das negociações. Além disso, ele esperava compromissos mais firmes dos países ricos em relação às finanças. Segundo ele, o sistema de financiamento vigente inviabilizava a oferta de fundos para o desenvolvimento sustentável, sendo necessário haver novas fontes de arrecadação, através de tributos internacionais ou licenças para a emissão de gases tóxicos. São exatamente esses os desafios que ainda estão em pauta, 12 anos depois da Rio-92.

Mesmo com a elevação do nível de importância dos assuntos ambientais depois da Rio-92, a realização da III Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 2002, na cidade sul-africana de Joanesburgo (apelidada de Rio+10), não causou tanto impacto na imprensa brasileira. Talvez por ter sido considerada um fracasso por muitas ONGs, os veículos de comunicação brasileiros acabaram não dando crédito à cobertura do evento. Afinal, além de muitas propostas brasileiras não terem sido aceitas – como o aumento da participação das energias renováveis na matriz energética mundial de 5% para 10% até 2010 – os conferencistas se viram rediscutindo as mesmas questões levantadas com tanta esperança de realização na Rio-92, como temia Maurice Strong 10 anos antes. Foi preciso se passar uma década para que os países discutissem não mais os planos para a Agenda 21, mas como implementá-la, já que muitos se deram conta de que para realizar as estratégias da Agenda, teriam que, de fato, alterar profundamente os padrões de produção, consumo e utilização de recursos naturais.

### 3.4 Depois da euforia, a ressaca: espaço que o meio ambiente ocupa na mídia

Com o término da Rio-92, os cadernos especiais e editorias dedicadas exclusivamente aos assuntos ambientais não tardaram a desaparecer. As principais

---

<sup>41</sup> O Globo, 1992.

exceções ficaram por conta do jornal Estado de Minas, Estado de S. Paulo e Gazeta Mercantil (que continuavam a publicar matérias com regularidade), das revistas ECO21, Ecologia e Desenvolvimento, Ciência Hoje e dos programas Repórter Eco, da TV Cultura de São Paulo, e Globo Ecologia, da Fundação Roberto Marinho.

Um dos primeiros a acabar foi o próprio Caderno Ecologia, do Jornal do Brasil, em julho de 1992, resistindo até meados de 1993 como uma página semanal no jornal. Sem o mote da conferência, as editorias foram perdendo importância diante de outros acontecimentos que afloravam em âmbitos nacional e internacional. O processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Melo rendeu uma intensa cobertura midiática, que não dava mais chance a temas tão novos e meteóricos quanto os apresentados na Rio-92. Fora do país, a reconstrução do leste europeu depois da queda do muro de Berlim e 1ª Guerra do Golfo reconquistaram as manchetes dos grandes veículos de comunicação mundiais. Kristina Michahelles lembra um outro aspecto desse movimento de refluxo:

Houve realmente uma avalanche de informações e de hardnews em torno de meio ambiente durante um ano. Isso foi excessivo e as pessoas acabaram cansando um pouco. E depois, diante de todos aqueles acontecimentos que estavam mexendo com a Europa e com o mundo, o assunto meio ambiente tinha sido mais ou menos visto<sup>42</sup>.

O exagero na divulgação do meio ambiente foi seguido, na opinião de Kristina Michahelles, por um movimento contrário igualmente exacerbado. Poucos profissionais permaneceram nas redações pensando sobre pautas ambientais e atuando na grande mídia. O tema foi engolido por um esquecimento que, para ela, terminou só a partir de 1998. Além de ter influenciado projetos ambientais e ajudado na sua conscientização pela população, um outro legado foi deixado pela conferência: a certeza de que existem muitos assuntos que precisam ser explorados, inclusive, por uma questão de prestação de serviço, além de ter despertado interesse e respeito da classe jornalística pelo tema. No entanto, a despeito dessa atmosfera positiva sobre a 'boa exploração' de assuntos ambientais, grandes jornais como O Globo jamais voltaram a ter editorias de meio ambiente.

---

<sup>42</sup> Entrevista de Kristina Michahelles concedida à autora em 30 de setembro de 2004.



O fim da Rio-92 determinou também mudanças nas linhas editoriais dos programas que resistiram à ressaca pós-conferência, como foi o caso do Globo Ecologia. Segundo Elias Fajardo, o programa sempre acompanhou a evolução do pensamento e da consciência ambientalista no Brasil. Antes da Rio-92, “ele era bem verdinho”<sup>43</sup>, seguia a tendência de valorizar a preservação de parques, reservas e unidades de conservação brasileiros, além de animais ameaçados. Mas depois da conferência, o programa mudou de cara.

Começou-se a pensar mais na questão humana. E afloraram questionamentos como: a miséria causa desequilíbrio ambiental? As relações norte-sul também são desarmônicas? O que o lixo tem a ver com meio ambiente? Nós também somos meio ambiente ou só o miquinho, a baleia e o boto? E depois chegou o pós isso, que faz parte do nosso questionamento atual. Vamos continuar denunciando sem profundidade ou vamos ser agentes de uma construção? Como seremos gerentes dessa positividade? Como é que vamos fazer o Brasil falar mais com consciência de causa da questão ambiental?<sup>44</sup>

Apesar de a Rio-92 não ter conseguido manter tão intensas as coberturas ambientais nos anos subsequentes, as mídias impressas e eletrônicas aumentaram consideravelmente seu volume de produção. E não apenas isso. A qualidade do jornalismo ambiental também aumentou, como destaca Fabíola de Oliveira.

Embora a euforia daqueles dias não se repita no dia-a-dia, vejo que hoje as questões ambientais fazem parte da cobertura diária. Saímos do mero denunciismo e do deslumbramento, para uma cobertura mais madura e crítica, que tem contribuído com a conscientização pública.<sup>45</sup>

Estando boa parte desse conteúdo em mídias independentes, reunidas sob o manto das Eco Mídias (Associação Brasileira de Mídias Ambientais), as vozes dos ambientalistas e dos jornalistas não foram caladas, mas ainda precisam de projeção.

Uma breve pesquisa em busca dos principais programas que oferecem cobertura de assuntos ambientais mostra a grande presença dessa temática na mídia brasileira. Entre os televisivos, um dos mais profundos é o Biodiversidade Debate, da TV Cultura de São Paulo. Veiculado no primeiro domingo de cada mês e fruto da parceria com a empresa de cosméticos Natura, o programa traz reportagens de qualidade sobre as riquezas do

---

<sup>43</sup> Entrevista de Elias Fajardo concedida à autora em 29 de setembro de 2004.

<sup>44</sup> *Idem*.

<sup>45</sup> Entrevista de Fabíola de Oliveira concedida à autora em 14 de outubro de 2004.

país e promove debates que abordam questões da biodiversidade brasileira, sempre na presença de especialistas, formadores de opinião e representantes comunitários.

Como um dos canais que mais valorizam as questões ambientais, a TV Cultura de São Paulo apresenta documentários com regularidade ao longo de sua programação e ainda o Repórter Eco. Trata-se de um programa semanal com matérias orientadas a divulgar crítica e positivamente projetos ambientais brasileiros, além de abordar com detalhes pesquisas para o desenvolvimento sustentável e conservação dos recursos naturais do país. As viagens da equipe de produção têm rendido belíssimos programas desde 1992, quando foi criado.

O Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, veicula dois programas sobre meio ambiente marcados pela qualidade, mas com visões e formatos completamente distintos. Regina Casé está à frente de Um pé de quê, um programa que revela de maneira irreverente e criativa como a história de algumas árvores brasileiras tem a ver com a cultura do povo. Basicamente feito a partir da mistura de conhecimento científico e saber popular, o programa consegue atrair o telespectador para a análise dos benefícios das espécies e para a valorização das culturas comunitárias que dependem dessas árvores. O resultado é um programa cativante que se percebe tratando de questões que não se bastam na abordagem de simples árvores. É inevitável e saudável a expansão dos assuntos para outras esferas, como a política e a econômica, num exercício que é capaz de mostrar a questão ecológica transitando pelas diversas áreas do conhecimento.

Mas, ao se falar de ecologia na televisão, é imprescindível analisar o programa mais antigo e um dos mais assistidos da TV brasileira sobre o assunto: o Globo Ecologia. Veiculado na TV Globo, na TV Educativa, na TV Cultura de São Paulo, na Globonews e na Globo Internacional e com mais de 500 programas exibidos, é fruto dos esforços de uma equipe pequena. Hoje o programa se orienta por uma linha mais construtiva, mostrando a possibilidade de harmonizar a preservação da natureza com atividades econômicas importantes para as comunidades.

Ele se constitui como uma referência no jornalismo ambiental brasileiro. O talento da equipe tem conseguido driblar as dificuldades financeiras e ainda conserva grande aceitação diante do público. Apesar do programa não estar na grade de programação da TV Globo em horário atrativo, o chefe de redação do Globo Ecologia estima que hoje cerca de seis milhões de brasileiros acompanhem o programa. Elias Fajardo diz também

que a repercussão tem sido boa durante todos esses anos e sabe que, ao divulgar um projeto construtivo, facilita sua valorização na sociedade porque lhe confere credibilidade.

Apesar do sucesso do programa, no meio audiovisual, a presença do meio ambiente tem sido cada vez mais constante no formato documentário importado. Elaborados principalmente pela *British Broadcasting Corporation* (BBC), da Inglaterra, e a exibição em canais abertos de materiais do *Discovery Channel* e do *National Geographic Channel* ajudaram a popularizar algumas questões ambientais. Ainda que os efeitos da superexposição de documentários sobre animais e plantas sejam questionáveis, não se pode negar o importante papel de, pelo menos, mostrar a biodiversidade do planeta, de uma maneira muito bem feita.

A vida animal e as aventuras em ambientes remotos continuam fazendo parte de uma fórmula de sucesso para atrair grandes audiências. Esse modelo foi absorvido pelo telejornalismo brasileiro através da exibição dos próprios documentários legendados e através da produção de grandes reportagens que seguem o mesmo estilo em roteiros brasileiros. O Globo Repórter até hoje garante bons índices de audiência em função desse tipo de programa.

A década de 90 viu crescer também a quantidade de produções cinematográficas sobre meio ambiente. Por mais que quase tudo que se elaborou até agora não tenha conseguido entrar no circuito oficial de cinema brasileiro, produções nacionais e estrangeiras têm movimentado festivais alternativos. O maior deles é o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), que acontece anualmente, desde 1998, na Cidade de Goiás Velho (GO). Com uma linha completamente diferente dos documentários comprados do exterior sobre natureza, os filmes do festival são marcados pela crítica ambiental.

No meio radiofônico, destacam-se o CBN Ecologia, que por 3 anos abriu espaço para divulgação de projetos sócio-ambientais com debate de especialistas, e o quadro Mundo Sustentável, com o comentário de André Trigueiro, que também fala na rádio comunitária Viva Rio AM, no programa Conexão Verde. Na rádio Carioca, o jornalista Vilmar Berna comenta assuntos ambientais semanalmente; no Rio Grande do Sul, a Rádio Guaíba divulga o meio ambiente através do Guaíba Ecologia. Ainda em terras gaúchas, ouve-se o programa Sintonia da Terra, veiculado na rádio da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); no Acre, o destaque fica por conta da recente reativação do programa Natureza Viva, da ONG WWF-Brasil e, em São Paulo, a rádio Eldorado AM abre espaço para o programa Terra, Fogo, Mar e Ar.

Um dos destaques entre os jornais que ainda possuem seções ou cadernos fixos de meio ambiente ainda é o Jornal do Brasil, com o JB Ecológico, de Hiram Firmino. Também vale lembrar o Jornal do Commercio de Recife, com a seção Ciência e Meio Ambiente e o jornal O Informativo, de Lajeado (RS), com caderno mensal sobre o assunto. Existem também jornais inteiros dedicados às temáticas ambientais (alguns com circulação nacional) como é o caso do Jornal do Meio Ambiente, da Folha do Meio Ambiente e do Jornal Terramérica.

Mas, entre os grandes jornais do país, a realidade é diferente. Dos quatro maiores jornais brasileiros – Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo e Extra –<sup>46</sup> apenas o jornal O Globo apresenta uma seção fixa destinada à área chamada Ciência e Vida. E, assim como os demais veículos, aborda questões específicas sobre meio ambiente em casos excepcionais de desastres ou questões que ganham grande repercussão internacional na editoria de Cidade ou Mundo. No entanto, em apenas alguns dias da semana existe produção suficiente para ocupar o espaço de meia página ou um quarto de página com notícias da área. Além disso, O Globo traz no Caderno Família, publicado aos domingos, matérias sobre bem estar e saúde. E, na Internet, apresenta uma editoria chamada simplesmente de Ciência (que também não tem atualização diária) sob a chefia da jornalista Ana Lúcia Azevedo. Recentemente, o jornal inaugurou uma revista dominical que abre algum espaço para notas e algumas reportagens sobre meio ambiente e ciências.

A versão on-line da Folha de São Paulo é o jornal com maior volume de notícias sobre o assunto. A publicação dedica uma página na Internet atualizada diariamente com matérias cujas fontes são quase sempre pesquisas internacionais divulgadas em grandes revistas científicas. Traz ainda colunistas e reportagens especiais. Dentro dessa editoria, mas com o nome Ambiente, a Folha On-line abre espaço para matérias relacionadas exclusivamente ao meio ambiente, mas a atualização não é diária.

O portal Estadão também apresenta número relativamente grande de notícias sobre ciências numa só editoria Ciência e Meio Ambiente. Além de matérias internacionais e

---

<sup>46</sup> Maiores jornais brasileiros em circulação em 2003, segundo classificação da Associação Nacional de Jornais.

brasileiras, a página traz uma agenda com os principais eventos científicos do ano, embora esteja se enfraquecendo a cada dia.

E o jornal Extra, o único voltado para as classes populares entre os quatro em questão, dedica praticamente todas as páginas à cobertura policial e de serviços. Não sobra nada para ciências e meio ambiente.

As revistas especializadas são responsáveis por grande parcela das notícias publicadas sobre meio ambiente no Brasil. A mais antiga voltada para a divulgação científica, a *Ciência Hoje*, sempre permitiu ampla abordagem e debate das questões ambientais desde sua criação, em 1982. Seguindo essa linha, tem sido possível encontrar muitos assuntos ambientais em outras revistas de cunho científico, como *Pesquisa Fapesp* e *Agro C&T*, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A *Caminhos da Terra* figura entre as revistas mais populares e apresenta em sua linha editorial a vertente forte do turismo ecológico. As revistas *Ecologia e Desenvolvimento* e *ECO21* são dois bons exemplos de esforços editoriais impulsionados pela Rio-92, que duram até hoje, mesmo não tendo tanta visibilidade. Outras revistas menos conhecidas são *Natureza e Conservação*, da Fundação O Boticário e *Senac Educação Ambiental*. Apesar de não ser totalmente voltadas às questões ambientais, outras publicações trazem o comentário de profissionais respeitados no meio, como Carlos Tautz, na revista *Viração*, e Maria Zulmira, na revista *Estilo Natural*. As recém-lançadas revistas *Terra da Gente* e *Vida Simples* chegaram às bancas para revelar mais formas de perceber as questões ambientais e apresentam olhares progressivos para tratar desses temas.

Mesmo com todas essas iniciativas, nada se compara ao volume de notícias sobre meio ambiente encontrado na Internet. No final da década de 90, a expansão dos *sites* de notícias abriu um espaço praticamente ilimitado para abrigar a produção dos jornalistas ambientais – excluídos (por opção ou não) dos grandes veículos de comunicação. Entre os principais *sites*, destacam-se o da Agência Fapesp, a agência de notícias ambientais *Ecopress*, *Água Online*, *Ambiente Brasil*, *Ambiente Global*, *Ambiente Já*, *Ciência Hoje On-line*, *Ciência e Meio Ambiente na Agência Estado*, *ComCiência*, *Ecoagência Solidária de Notícias Ambientais*, *Envolverde*, *Ecoinforme*, *Informação e Diálogo na Sociedade Amazônica*, *Jornal do Meio Ambiente On-line*, *Planeta Orgânico*, *PNUD Brasil*, *Saneamento Básico*, *O Eco*, *Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente*, *AS-PTA*, *Conservation International*, *Fundação S.O.S Mata Atlântica*, *Greenpeace*,

Grupo Ambientalista da Bahia, Grupo de Trabalho Amazônico, Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, Instituto Socioambiental, Instituto Biodinâmico, Rede Brasileira de Educação Ambiental, Viva Rio, Worldwatch Institute e WWF-Brasil.<sup>47</sup>

### 3.5 Qualidade do jornalismo ambiental que se pratica nas grandes redações

Diante do evidente aumento de interesse dos jornalistas e do público a respeito das temáticas ambientais, seria injusto considerar que exista pouca produção jornalística sobre essa área no Brasil. Tem havido, na realidade, uma expansão das possibilidades de realizar a comunicação ambiental, seja pelo rádio, pelos jornais, pelas revistas, pela televisão, pelo cinema ou pela Internet. No entanto, verifica-se claramente que a crescente produção jornalística ainda não é bem conhecida pelo grande público, que continua a par de notícias ambientais ainda numa situação dependente de grandes acontecimentos que rendam manchetes. A notícia cotidiana ainda não existe para a maioria dos brasileiros.

Apesar da necessidade de a informação ambiental se difundir na grande mídia, Liana John afirma que o papel da mídia alternativa na comunicação ambiental jamais será substituído. Mesmo em pequenos ou médios redutos, os veículos de informação menos conhecidos exercem uma função importante, oferecem linguagens e abordagens diferentes e, por cada uma ocupar um nicho determinado, não competem entre si – são complementares. Isso não justifica, no entanto, o esvaziamento dos jornalistas ambientais nas grandes redações.

Quero crer que as dificuldades na grande imprensa são passageiras e a reconquista de um espaço que já tivemos depende da teimosia dos jornalistas, incluindo os jornalistas mais novos. Precisamos de mais uma geração de

---

<sup>47</sup> Endereço dos *sites* na ordem de citação: [www.agencia.fapesp.br](http://www.agencia.fapesp.br), [www.ecopress.org.br](http://www.ecopress.org.br), [www.aguaonline.com.br](http://www.aguaonline.com.br), [www.agenciabrasil.com.br](http://www.agenciabrasil.com.br), [www.ambienteglobal.com.br](http://www.ambienteglobal.com.br), [www.ambienteja.com.br](http://www.ambienteja.com.br), [www.ciencia.org.br](http://www.ciencia.org.br), [www.estadao.com.br/ciencia](http://www.estadao.com.br/ciencia), [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br), [www.ecoagencia.com.br](http://www.ecoagencia.com.br), [www.envolverde.com.br](http://www.envolverde.com.br), [www.ecoinforme.com.br](http://www.ecoinforme.com.br), [www.amazonia.org.br](http://www.amazonia.org.br), [www.jornaldomeioambiente.com.br](http://www.jornaldomeioambiente.com.br), [www.planetaorganico.com.br](http://www.planetaorganico.com.br), [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br), [www.saneamentobasico.com.br](http://www.saneamentobasico.com.br), [www.oeco.com.br](http://www.oeco.com.br), [www.amda.org.br](http://www.amda.org.br), [www.aspta.org.br](http://www.aspta.org.br), [www.conservation.org.br](http://www.conservation.org.br), [www.sosmataatlantica.org.br](http://www.sosmataatlantica.org.br), [www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br), [www.gamba.org.br](http://www.gamba.org.br), [www.gta.org.br](http://www.gta.org.br), [www.vitaecivillis.org.br](http://www.vitaecivillis.org.br), [www.socioambiental.org.br](http://www.socioambiental.org.br), [www.ibd.com.br](http://www.ibd.com.br), [www.rebea.org.br](http://www.rebea.org.br), [www.ecopop.com.br](http://www.ecopop.com.br), [www.iuma.org.br](http://www.iuma.org.br), [www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br) .

cabeças-duras, como foi a anterior à minha e como foi a minha geração. E acredito que ela está aí, pronta para agir. É preciso cavar as oportunidades <sup>48</sup>.

O ritmo das redações dos maiores jornais e telejornais do país é certamente outro motivo. O lema corriqueiro dos telejornais de que ‘matéria boa é matéria que vai pro ar’ é como um espelho do raciocínio de muitos editores-chefes, que não se preocupam muito com as especificidades temporais que cada reportagem demanda e estabelece um *deadline* (fechamento) quase sempre calcado em exigências comerciais. Os jornalistas são como soldados desse esquema e, como diz André Trigueiro: “É nesse cenário agitado e estressante que os profissionais de imprensa tendem a não entender como notícia o que não se resolve numa escala de tempo fora dos padrões usuais” <sup>49</sup>

Esse modelo é marcado pela crise que ronda, ainda hoje, os grandes conglomerados de comunicação, provocando um enxugamento da força de trabalho nas empresas. Cada vez menos gente produz mais conteúdo. É de se esperar que haja queda de qualidade nesse processo. No caso de não haver editoria especializada de meio ambiente nas redações, qualquer repórter pode, eventualmente, ser chamado para fazer uma reportagem sobre alguma questão dentro do tema. Por mais complexos que esses assuntos sejam, no jornalismo diário, o repórter tem o mesmo tempo para resolver aquela pauta em relação às demais. No entanto, a investigação do fato requer tempo. Muitas vezes, para conseguir explicar um conceito, é preciso recorrer a longas conversas com especialistas, fazer uso de ilustrações, contextualizar a questão. Pela falta de continuidade apresentada em pautas ambientais no jornalismo diário, finalizar uma reportagem sobre algum desses temas pode se tornar um processo mais demorado. E, por mais boa vontade que o jornalista tenha, ele é pressionado pelo horário de fechamento do veículo – isso quando não precisa sair para fazer outra pauta no mesmo dia.

Todos esses agravantes justificam uma certa brevidade e superficialidade das matérias ambientais que, de vez em quando, aparecem na grande mídia. Mas, nem todos os jornalistas que cobrem meio ambiente são apressados e potencialmente estressados como a situação anterior supõe. Existem os que trabalham em assessorias de comunicação de governos, ONGs, ou em programas e cadernos de fechamento um

---

<sup>48</sup> Entrevista de Liana John concedida à autora em 27 de outubro de 2004.

<sup>49</sup> TRIGUEIRO in TRIGUEIRO, 2003. p. 79.

pouco mais flexível. Quando há tempo e espaço, quase tudo contribui para a produção de uma boa matéria.

Além disso, como em qualquer outra área do ramo, para fazer uma reportagem de qualidade, o jornalista deve conhecer minimamente o assunto para que seja possível elaborar as perguntas mais interessantes e explorar a questão da maneira mais completa possível. Uma boa história depende de um bom ponto de vista, depende de entendimento e de opinião.

Isso implica uma questão muito mais controversa e envolve os primos jornalismo científico e jornalismo ambiental. A formação especializada na área é fundamental para o exercício da profissão? Quando perguntados sobre essa questão, os jornalistas do ramo não chegam a um consenso. A editora executiva da revista *Ciência Hoje*, Alicia Ivanishevich,<sup>50</sup> é confiante em uma das posições mais polêmicas. Segundo ela, o bom jornalista é capaz de explorar qualquer tema porque apura para pessoas leigas, portanto, deve fazer perguntas simples e precisas para explicar a questão. Alicia ressalta, no entanto, a importância de o jornalista ter boas fontes e ser interessado pela área que cobre. Para ela, num movimento natural, quanto mais o jornalista pesquisar, apurar e acessar seus contatos, maior será a qualidade do seu trabalho. Trata-se de uma questão de dedicação ao jornalismo.

Kristina Michahelles e Elias Fajardo concordam que, se o jornalista que pretende cobrir a área ambiental já conhece alguns conceitos através de um curso de especialização ou de uma graduação, por exemplo, tem mais condições de realizar melhores trabalhos do que outros que não tiveram a chance – embora na época do *Caderno Ecologia do Jornal do Brasil*, onde trabalhou Kristina, e na equipe que faz o *Globo Ecologia*, onde atua Elias, ninguém começou a tendo esse diferencial. Nem por isso, na opinião de ambos, a qualidade jornalística dos produtos foi comprometida.

Eu mesma senti muita falta de um conhecimento prévio. Você, quando começa a se deparar com termos técnicos sobre poluição, ou tecnologias para purificação de água, por exemplo, é muito facilmente enganado. E se você tem mais ou menos uma idéia principalmente sobre legislação ambiental, eu acho que você se torna mais bem preparado. Hoje, existem vários cursos, mas, como sempre, é preciso selecionar bem<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Entrevista de Alicia Ivanishevich concedida à autora em 15 de setembro de 2004.

<sup>51</sup> Entrevista de Kristina Michahelles concedida à autora em 30 de setembro de 2004.



Elias Fajardo menciona também uma situação que pode colocar até o jornalista mais bem preparado em más condições diante da sua fonte.

Eu prefiro que a pessoa já saiba distinguir o que é um bioma do que é um ecossistema. Acho que vale muito a pena estar bem preparado, e acho que tem pouca gente assim nos meios de comunicação. E quando tem, às vezes, a gente vê essa coisa sectária. A pessoa não sabe nada e já chega achando que já tem a solução para o planeta. Acho que não é bem assim <sup>52</sup>.

Em um artigo publicado na revista *Ecos de Saneamento Ambiental*, em 2001, Roberto Villar Belmonte e Juarez Tosi consideram que o jornalista ambiental que já sai da universidade com essa especialização tem mais clareza para explicar as causas da crise ambiental que ameaça a biodiversidade e a qualidade de vida dos povos.

As universidades não estão acompanhando como deveriam essa nova necessidade social, formando jornalistas qualificados para escrever e falar sobre questões como pobreza em áreas degradadas, poluição industrial, mudanças climáticas, resíduos urbanos, escassez de água e gestão dos recursos hídricos, agricultura sustentável, biotecnologia e transgênicos, manejo florestal, perda da biodiversidade e matriz energética <sup>53</sup>.

Essa posição é endossada pelo jornalista Washington Novaes <sup>54</sup> Considerado por muitos o ‘guru’ do jornalismo ambiental, ele concorda com Juarez Tosi e Roberto Villar Belmonte no sentido de as universidades brasileiras terem carência na formação especializada dos jornalistas ambientais. E acrescenta que se a maioria dos grandes jornais mantivessem uma editoria própria de meio ambiente (e com atualização constante), a cobertura da área ganharia com qualidade.

Silvestre Gorgulho, fundador do jornal *Folha do Meio Ambiente*, acredita na importância de o meio ambiente estar presente não apenas como uma matéria específica nos cursos acadêmicos, mas também na educação básica de uma maneira supradisciplinar. Para ele, a especialização é necessária a jornalistas de qualquer área. “Você consegue fazer alguma coisa pelo meio ambiente quando conhece a natureza,

---

<sup>52</sup> Entrevista de Elias Fajardo concedida à autora em 29 de setembro de 2004.

<sup>53</sup> TOSI, Juarez; BELMONTE, Roberto Villar. *Op. cit.*

<sup>54</sup> MIÚRA, 2001. p. 112

quando aprende a respeitá-la e estuda para fazer, a partir da natureza, coisas inteligentes para o seu bem-estar.”<sup>55</sup>

O dilema da especialização é recorrente também nas demais áreas do jornalismo. Ainda que a ausência de tal aprofundamento não se configure como impedimento para o exercício da profissão, o jornalista Nilson Lage reforça a idéia de que seja pelo menos aconselhável estudar e se dedicar às ciências para compreender com mais desenvoltura determinados conceitos que se encontram durante o processo de investigação da notícia.

Em seis meses ou um ano de leitura e observação, qualquer jornalista competente é capaz de se adestrar para cobrir áreas tão específicas quanto o mercado de capitais ou o setor de saúde de uma metrópole. Evidentemente, o resultado será melhor (mais eficiente, democrático e conforme padrões civilizados) se houver treinamento sistemático desses profissionais em cursos de pós-graduação breves – no padrão de 360 horas previsto para cursos universitários de especialização<sup>56</sup>.

De nada, porém, vão valer as iniciativas de profissionalização na área ambiental se quem estiver por trás das câmeras ou com a caneta na mão não for profundamente tocado pela causa. O jornalismo ambiental de qualidade, carregado de tantos sentidos (conforme foram mencionados na primeira parte deste trabalho), não existe se o jornalista deixar morrer o entusiasmo e o idealismo, tão característicos do início de carreira. O enrijecimento dos sonhos de quem comunica com a intenção de ajudar a mudar o mundo não é compatível com o jornalismo ambiental. É preciso estar permanentemente munido de paixão pelo que se faz e consciência a respeito das relações entre humanidade e meio ambiente para cativar o próximo a transformar seu contato com a natureza até um ponto em que não se possa distinguir o jornalista do ambientalista.

---

<sup>55</sup> *Ibidem.* p. 119.

<sup>56</sup> LAGE, 2001. p. 111.

## 4. O HOMEM E O MEIO AMBIENTE

### 4.1 Mensagens captadas

Superada a necessidade de conscientização do divulgador diante das problemáticas ambientais, delinea-se um dos maiores desafios da comunicação ambiental: garantir que o produto jornalístico, por mais qualidade que tenha, atinja seu público. Como num ciclo, esse desafio depende de esforços mútuos. Ainda que seja praticamente impossível no jornalismo prever com segurança de que maneira as mensagens chegam aos receptores, são fundamentais todos aqueles elementos aprendidos nas escolas de comunicação para fazer bons textos e reportagens: interesse público, boa redação, linguagem clara, etc. Em seguida, o assunto deve estar presente na mídia com alguma recorrência e, por fim, espera-se do público uma abertura mínima para a aceitação de argumentações acerca do meio ambiente. Com todos esses fatores em harmonia é provável que a notícia promova reflexão e mudança de atitude (se estiverem disponíveis ferramentas ao receptor para a aplicação de suas ações).

### 4.2 O que o brasileiro pensa sobre o meio ambiente?

Entretanto, pelo grau de interesse de muitos jornalistas ambientais, atualmente a elaboração de reportagens ruins não está entre os fatores mais determinantes para a comunicação ambiental. Ao que tudo indica, a conscientização do público sobre a importância das notícias que recebe e sobre seu próprio relacionamento com o meio ambiente fora da esfera midiática ainda estão entre os impasses mais graves, o que se transforma em mais um desafio para os comunicadores.

Uma série de pesquisas de opinião coordenadas pela historiadora Samyra Crespo revela, entre outros fatores, que a consciência ambiental do brasileiro tem crescido ao longo da última década – embalada provavelmente pelo aumento de consciência dos próprios comunicadores depois da Rio-92. Mas, mesmo assim, ainda se encontra em um nível baixo diante da urgência das questões ambientais.

A escassez de pesquisas de opinião sobre como o brasileiro percebe o meio ambiente impede que políticas públicas sejam elaboradas de acordo com as necessidades

e intenções dos cidadãos. O fato de os políticos não saberem o grau de importância que o meio ambiente tem tomado na sociedade provoca uma espécie de cegueira social que retira da lista de prioridades as ações pela sustentabilidade do meio ambiente.

No Brasil, a popularidade de problemas ambientais começou a ser traduzida em números por pesquisas isoladas há cerca de 20 anos. Mas todas eram incipientes, irrepresentáveis. Às vésperas da Rio-92, Samyra Crespo se deu conta da inexistência de parâmetros estatísticos a respeito da consciência ambiental daqueles que seriam, em menos de um ano, os anfitriões do mundo para a discussão dos problemas de natureza ambiental mais atuais.

O ambientalismo brasileiro, então denominado pejorativamente de ‘ecologismo’, era incipiente, pouco conhecido como ideologia, pouco vivido como prática social, pouco pensado como atividade intelectual ou de pesquisa

<sup>57</sup>

A exemplo do que aconteceu com a imprensa brasileira durante e depois da Rio-92, o reflexo meteórico do aumento de interesse pelos temas ambientais tem sido constatado na sociedade brasileira. Para a historiadora, em muito pouco tempo, o ambientalismo deixou de fazer parte de uma moldura provinciana que o colocava na ‘caixinha da contracultura’ e rapidamente começou a ser relacionado a uma série de eventos dramáticos que a pauta dos problemas globais fez emergir.<sup>58</sup>

Isso foi comprovado por Samyra Crespo, que esteve à frente de uma pesquisa intitulada “O que o brasileiro pensa da ecologia?”, em 1991, encomendada ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), com 3.650 entrevistas domiciliares em todo o país. O resultado foi um painel dividido em 4 blocos temáticos (conceito de meio ambiente, conhecimento de problemas ambientais, disposição da população em ajudar na solução dos problemas identificados e desempenho das instituições que são responsáveis por proteger o meio ambiente) – alvos de sondagens posteriores em 1992, 1997 e 2001.

Entre as principais conclusões das pesquisas, constatou-se que, quanto mais alto o nível de escolaridade, mais consistentes são o interesse, o conhecimento e a preocupação com as questões ambientais. Além disso, as pesquisas revelaram que o perfil do

---

<sup>57</sup> CRESPO in TRIGUEIRO, 2003. p. 61.

<sup>58</sup> *Ibidem* p. 62.

brasileiro ambientalista inclui moradia em grandes centros urbanos, idade entre 22 e 45 anos, e dependência da televisão para se manter informado sobre os problemas ambientais. Até que se atingisse esse perfil, as sondagens ao longo dos anos tornaram visíveis os momentos de incorporação desses assuntos. Segundo Samyra Crespo, em 1992 47% da população era incapaz de identificar espontaneamente um problema ambiental na sua cidade ou no Brasil. Cinco anos depois, esse percentual baixou para 36% e, em 2003, mais ainda, para 25%.

Mas quando perguntados sobre os pontos positivos da vida no Brasil, o meio ambiente foi bem lembrado. Na pesquisa de 2001, intitulada “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável?”, 39% dos brasileiros citaram algum recurso natural como vantagem do país em comparação com outras nações, com claro reconhecimento de que a Amazônia é um ‘tesouro’ verde do país (13%).

Além disso, embora os problemas ambientais globais sejam pouco conhecidos entre os brasileiros, de 1997 a 2001, o número de pessoas que afirmam ter ouvido falar do efeito estufa evoluiu significativamente, de 46% para 56%. E, desses que ouviram falar, 72% foram capazes de explicar corretamente o fenômeno. O aumento da consciência ambiental do brasileiro também ficou evidente no que se referem às práticas danosas ao meio ambiente. Entre 1997 e 2001 houve um aumento de 23% para 31% do número de pessoas que passou a concordar mais com a idéia de que são necessárias grandes mudanças no hábito de produção e consumo das populações para conciliar desenvolvimento e proteção do meio ambiente. Desde 1992, mais da metade dos entrevistados (51%) já dizia preferir menos poluição à geração de empregos e esse número se manteve na sondagem de 2001.

E mais: para os brasileiros, desenvolvimento vem com a preservação do meio ambiente e justiça social, aspectos estruturadores do conceito de desenvolvimento sustentável. Quando perguntados sobre qual deveria ser a prioridade do governo, além da preocupação com o meio ambiente, 58% dos entrevistados disseram que a distribuição de renda é mais importante do que o crescimento econômico (22%).

#### 4.2.1 A natureza lá e eu aqui

Uma conclusão alarmante dessa pesquisa impõe para os comunicadores ambientais uma reavaliação de roteiros e prioridades, se quiserem contribuir com uma visão sustentável dos recursos que os cercam. Ao longo das três sondagens, e independentemente de classe social, escolaridade, cor, sexo e religião, os brasileiros consideram meio ambiente o mesmo que cuidar da fauna e da flora e de animais em extinção, especialmente se eles estiverem em uma realidade distante. “Ser ambientalista é defender a ‘natureza’.”<sup>59</sup>

Trata-se da preocupação com o meio ambiente ‘verde’ das florestas, dos rios, dos mares, da vida selvagem, enfim, o planeta natural excluindo-se o homem e suas ações. Tal constatação põe em xeque os efeitos dos famosos documentários sobre a vida natural exibidos há anos e queridos por públicos espalhados pelo mundo inteiro, *à la Discovery* ou *National Geographic*. Para André Trigueiro, se por um lado essas produções contribuem de maneira extraordinária para a disseminação de uma cultura preservacionista, “parecem reforçar involuntariamente a idéia de que meio ambiente seja sinônimo de fauna e flora”.<sup>60</sup>

O Globo Repórter, exibido pela TV Globo desde 1973, entendeu o fascínio que os ‘mistérios da vida selvagem’ provocavam no público e tratou de ser um dos primeiros programas brasileiros a mostrar esse tipo de reportagem e depois se encarregar de fazer os próprios documentários sobre paisagens nacionais.

A primeira edição que tratava do meio ambiente foi ao ar no dia 23 de outubro de 1974.<sup>61</sup> O tema era: O instinto animal, que fazia parte da linha Globo Repórter Ciência. O objetivo do documentário era mostrar como o homem conseguiu se tornar o senhor do planeta Terra, depois de ‘lutar’ contra das ‘forças hostis da natureza’, como glaciações, vida nas florestas africanas, etc – uma flagrante visão de que homem e natureza seriam elementos distantes. Dois meses depois da exibição do programa, veio a constatação de que ele tinha sido um sucesso de audiência. Em dezembro do mesmo ano, o Globo Repórter dedicava mais uma vez uma edição inteira para falar do homem primitivo e da luta pela sua sobrevivência. O último parágrafo do boletim de programação é,

---

<sup>59</sup> *Ibidem.* p. 66.

<sup>60</sup> TRIGUEIRO in TRIGUEIRO, 2003. p. 76.

<sup>61</sup> BARCA, 2004. p. 277.

novamente, revelador: “Finalizando, o documentário mostra os problemas do Homem moderno (sic.), a violência urbana e a avançada tecnologia, que assim como os fenômenos naturais ameaçam a raça.”<sup>62</sup>

A resposta do público foi tão boa que no ano seguinte a Rede Globo comprou uma série de 24 programas da *National Geographic Society* chamada “O Globo em que vivemos”, composto por “animais, peixes, pássaros, répteis e insetos, além de aventuras reais onde o homem desafia a natureza: escaladas de montanhas, viagens marítimas por rios selvagens, as profundezas do oceano, etc.”<sup>63</sup>

Mais de 30 anos depois, a linha dos programas Globo Repórter e quadros do Fantástico que abordam questões ambientais raramente apresentam uma visão mais crítica a respeito do meio ambiente. No entanto – não se pode negar – em algumas edições esse caráter pôde ser verificado como, novamente, reflexo de mudanças na consciência ambiental de brasileiros expectadores e brasileiros produtores de televisão. Ainda assim, esse caráter do Globo Repórter é embrionário, principalmente quando se revelam as degradações ambientais, com direito a longas viagens e imagens belíssimas, mas não abordando a causa da degradação, nem sinalizando maneiras de contê-la, como, por exemplo, na reportagem sobre a morte do rio Taquari, no Pantanal.<sup>64</sup> Na ocasião, foram ouvidos moradores da região, especialistas da Embrapa que explicavam de que maneira o rio Taquari perdia seu leito e invadia áreas secas, inundando para sempre fazendas e destruindo milhares de hectares de matas que não resistiram à permanência da água. No entanto, os responsáveis pelo desastre ambiental não foram sequer citados ou questionados no programa.

Mesmo sendo raridade identificar uma reportagem ambiental de cunho mais questionador e crítico, especialmente quando elas se referem a santuários ecológicos e detalhes jamais vistos sobre a fauna, o jornalista Elias Fajardo lembra que, assim mesmo, esse tipo de abordagem é válido.

Quando você vê um microcosmo, besouros, formigas, aquelas imagens, aquelas lentes super potentes e aquilo vai pro Fantástico, considero muito redutor. E concordo com André [Trigueiro] no sentido de que, na verdade o ‘verdinho’ na mídia tenha reduzido a discussão. [...] Então, eu não gosto de

---

<sup>62</sup> *Ibidem.* p. 278.

<sup>63</sup> *Ibidem.* p. 279.

<sup>64</sup> GLOBO, 2003.

ver um pedacinho de não sei de onde, mas prefiro ver esse pedacinho a não ver nada. Prefiro ver o planeta Terra <sup>65</sup>.

Omitir dos meios de comunicação as causas e as responsabilidades das questões ambientais não implica apenas restringir o conhecimento sobre a natureza. É também obscurecer o entendimento de problemas sociais, políticos, econômicos, demográficos, culturais, institucionais e, sobretudo, históricos do país e do mundo.

A negligência do homem, nesse sentido, é reforçada pela convivência da mídia ao não se empenhar em incentivar mudanças estruturais na sociedade. A fórmula de apresentar as relações ambientais como ‘o homem faz e a natureza responde’, e o contrário ‘a natureza se enfurece e o homem reage’ só reduz a discussão a um inconsistente dualismo e reforça a idéia de que os dois sejam elementos distintos.

#### 4.3 Perda das referências ecológicas e sensibilização pelas causas ambientais

Apesar de historicamente recente, essa concepção do mundo tem sido responsável pela avassaladora destruição dos recursos naturais do planeta. A separação e a valorização do homem sobre a natureza apaga o preceito fundamental de que um faz parte do outro. A dinâmica das relações humanas, de uma maneira geral, vem carregada de elementos controversos, como o fato de a sobrevivência das civilizações ‘avançadas’ estar supostamente ligada à continuidade da exploração das fontes esgotáveis de energia da Terra. Imaginar populações social e tecnologicamente tão sofisticadas como as dos países desenvolvidos é praticamente inconcebível fora dos padrões atuais – e extremamente nocivos – de aproveitamento dos recursos do planeta.

Se atingir o grau de desenvolvimento dos tempos de hoje exige necessariamente a exploração desses recursos, isso é algo que jamais será possível saber. O fato é que o modelo de crescimento capitalista, que prioriza os bens financeiros em detrimento dos naturais, anda por um caminho sem volta e está cada vez mais próximo do fim. A cruel previsão é embasada na constatação de que o ritmo de destruição dos recursos que mantêm as sociedades em funcionamento tem sido muitas vezes maior do que o ritmo de desenvolvimento de mecanismos que se propõem capazes de substituir qualitativa e quantitativamente a natureza.

---

<sup>65</sup> Entrevista de Elias Fajardo concedida à autora em 29 de setembro de 2004.



Curiosamente, na medida em que destrói, o homem parece adquirir mais consciência de que ainda é totalmente dependente dos recursos naturais – contudo, sem repensar com mais cuidado sobre essa questão. Hoje, por exemplo, ainda se faz guerra pelo mesmo motivo do início dos tempos: disputa territorial pelos recursos naturais. Esse tipo de conflito mostra, por um lado, o reconhecimento de que os recursos em disputa sejam efetivamente importantes. Mas, por outro, no lugar de conservá-los, as nações persistem em se matar umas às outras pelo ganho do pouco que resta. Conforme vai se tornando escassa, a natureza se converte cada vez mais em um aspecto exótico da vida humana.

Mas o que levou às sociedades a esse estágio? As respostas ainda parecem ser tão complexas e contraditórias quanto as próprias relações atuais de desenvolvimento. Como referência permanente da origem das características ocidentais, o estudo da sociedade clássica grega tem muito a contribuir. Data daquela época a caracterização da natureza à semelhança do homem, de seus sentimentos e medos.

A cultura antropomorfizada é um retrato da visão de que a natureza é, ao mesmo, tempo superior ao homem, mas reage como tal. A criação do mito é o estabelecimento de uma instância superior, do reconhecimento da regência da natureza sobre o homem. Percebe-se, já daí, a noção de não pertencimento entre os dois elementos, mas o estabelecimento de uma relação de respeito e de uma concepção coletiva da existência. Como se acreditava que as leis naturais eram regidas pelos mitos, desobedecê-los implicava conseqüências generalizadas. Por isso, a crença na mitologia garantia um certo cuidado e uma visão conservacionista da natureza: a natureza sacralizada.

No entanto, desde que foi possível ordenar a vida de maneira cartesiana – desde que o nascimento e o pôr-do-sol não foram mais referências para atividades produtivas (nem as estações do ano, as marés ou a lua) – o homem separou-se definitivamente da natureza. A utilização e a exploração de todas as forças naturais para alcançar o crescimento ilimitado e a obtenção de lucro se tornou um dever a ser passado de geração a geração especialmente depois que o advento da ciência moderna pôde fornecer as ferramentas para esse domínio. O lema de Francis Bacon representa bem o início dessa era: “subjugar a natureza, pressioná-la para nos entregar seus segredos, amarrá-la a nosso serviço e fazê-la nossa escrava.”<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Francis Bacon *apud* BOFF, 2004. p. 23.

As conseqüências do exagero industrial e capitalista colocam em risco não apenas a natureza (leia-se, na concepção vigente: recursos naturais), mas a vida humana, na medida em que as desigualdades sociais aumentam, assim como as chances de conflitos armados em escala planetária pela posse de reservas naturais. No entanto, as ameaças de desertificação, inundações, ciclones e tudo aquilo que se convencionou apelidar de ‘fúria da natureza’ não parecem tocar profundamente os principais atores desse processo. Afinal, há tempos se preconiza um mundo catastrófico e – por mais que se verifiquem mudanças desde já – os efeitos ainda estão previstos para daqui a 50 anos – tempo suficiente para que a geração que hoje agrava o desequilíbrio ambiental não esteja na Terra para viver as conseqüências.

Mentalidades assim negam completamente os princípios do desenvolvimento sustentável sem aparentemente conseguir se envolver de forma sólida em ações voltadas para esse fim. De acordo com o relatório Brundtland, já mencionado: “desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades”.<sup>67</sup>

Mesmo que tenha sido verificada uma tomada de consciência por parte da população quanto aos efeitos nocivos da visão da natureza como objeto, tal percepção não vem acompanhada de mudanças suficientemente expressivas a ponto de mudar o quadro. No entanto, a própria pesquisa de Samyra Crespo revela que cada vez mais brasileiros têm buscado enxergar a natureza de uma forma ainda rotulada, mas sagrada, acreditando utopicamente que o homem não deveria interferir nela. Essa era a opinião de 57% dos entrevistados em 1992. A percentagem subiu apenas dois pontos em 1997 mas, em 2001, alcançou 67%.

Essa aparente contradição que envolve conceitos (reduzidos sobre o que seja natureza) e números representa a dificuldade das sociedades em agir positivamente diante da problemática ambiental.

O cidadão fica confuso com tantos interesses desencontrados. De um lado há o discurso de entidades públicas clamando pelo zelo da qualidade do ar e da vida urbana; de outro, integrantes do mesmo governo solicitam que empresas e consumidores incrementem o mercado automobilístico para gerar mais emprego e renda. A própria mídia mostra-se incoerente: apresenta na sua

---

<sup>67</sup> MOUSINHO in TRIGUEIRO, 2003. p. 348.

programação procedimentos de educação ambiental e, em outros momentos, anúncios e programas com apelos consumistas <sup>68</sup>.

A divulgação homeopática de boletins científicos sobre o estado do planeta e a insuficiência nas abordagens midiáticas das maneiras alternativas de sobrevivência e de uma possível recuperação dos recursos da Terra retarda ainda mais esse processo.

Por isso, para o mundo leigo, tem sido até hoje tão complicado entender uma lei natural descoberta no século XVIII para viabilizar o estudo da química – e tão útil para elucidar e sensibilizar as populações quanto ao destino do planeta. Antoine Laurent de Lavoisier comprovou que “na natureza nada se cria e nada se perde, tudo se transforma” <sup>69</sup> e, a partir dessa premissa, se tornou bem mais simples compreender que a apelativa ‘fúria da natureza’ nada mais é do que a maneira como o planeta se compensa diante das ações provocadas pelo homem para desequilibrá-lo, pois o que é desordem para um serve de ordem para outro e assim a vida se mantém.

#### 4.4 Busca pela natureza, busca pela espiritualidade

Aos poucos, a venda que cobre os olhos dos homens no que diz respeito à doença da natureza vai sendo retirada. Fica exposta para o mundo a situação de quase irreversibilidade no processo de destruição da Terra. E, ao adoecer, a humanidade revela-se igualmente enferma. O teólogo Leonardo Boff encontrou, no estudo da ecologia, o núcleo que fornece as respostas para desequilíbrios derivados em campos como o da política, da ética e da filosofia.

O estado do mundo está ligado ao estado de nossa mente. Se o mundo está doente é indício de que nossa psique também está doente. Há agressões contra a natureza e vontade de dominação porque dentro do ser humano funcionam visões, arquétipos, emoções que levam a exclusões e violências <sup>70</sup>.

No entanto, a percepção da gravidade dos problemas ambientais e suas derivações no campo social, econômico e político, por exemplo, não tem sido um processo rápido

---

<sup>68</sup> FILHO, 2004. p. 21.

<sup>69</sup> ROCHA, 1988. p. 3.586.

<sup>70</sup> BOFF in TRIGUEIRO, 2003. p. 21.

nem fácil. Para que o indivíduo se sensibilize com esse tipo de questão, dois grandes caminhos podem ser tomados: o científico e o espiritual.

Não é correto dizer que apenas pessoas com alto grau de instrução são capazes de observar as ações do homem diante dos recursos do planeta e perceber uma relação infértil a partir daí. Este argumento é facilmente refutável uma vez que os países desenvolvidos – que ostentam índices formidáveis de escolaridade – são justamente os que mais contribuem para o desequilíbrio natural. Por outro lado, não se deve negar os benefícios que a educação e os estudos podem trazer a crianças, jovens e adultos, de qualquer classe social, para que compreendam melhor as relações entre homens, animais, plantas e seres inanimados, enfim, para que vejam como o planeta é frágil e o que a humanidade pode fazer para mantê-lo vivo. Ainda assim, é prudente lembrar: ter educação formal não garante qualquer envolvimento com as causas ambientais. Por mais que alguns críticos considerem o conhecimento popular limitado e superficial, ele é também uma das principais ferramentas de mobilização comunitária para a identificação e solução de algumas questões justamente porque tem a ver com a sobrevivência direta da maioria das pessoas que o detêm.

A partir da compreensão de que todas as coisas no planeta estão interligadas e precisam funcionar harmoniosamente, fica mais fácil mudar de atitude e refletir sobre o que cada um pode fazer, mesmo que em âmbito familiar, para não alimentar mais os sistemas nocivos ao equilíbrio do planeta. De qualquer forma mesmo que internalizada a questão não se perceba como contribuir, ao menos é mais natural que se busque a discussão do problema com os meios de comunicação, projetos de governos, ONGs, etc.

Um outro caminho – e talvez seja ingenuidade considerá-lo um ‘outro’, quando pode estar inserido nas demais estratégias de sensibilização – pode vir voluntariamente ou não, por meio de uma crise. Ao suscitar momentos de profunda reflexão decorrentes de problemas profissionais ou familiares, é provável que o indivíduo se volte à procura de respostas sobre a essência do ser. Ao se deparar com a falta de referências, ao se perceber em busca de um sentido para a existência, recorrentemente a qualidade de vida é evocada. Ao refletir sobre o que seja isso, é natural que a relacione com a felicidade. E ser feliz certamente não é demorar horas no trânsito, respirar um ar poluído, ter discussões no trabalho, dormir pouco, não conseguir pagar dívidas, perceber a violência e a pobreza ao redor sem saber bem o que fazer, assistir a notícias catastróficas e tantos

outros aspectos preferíveis que não existissem. Também não se trata de defender um modo de vida bucólico, mas de simplesmente reconhecer que o que é fundamental para cada um é distante de tantas obrigações materiais do dia-a-dia. A natureza ganha mais sentido nesse cenário.

Os momentos de reconhecimento da crise são também quando se percebe que tentar estar sobre as coisas e não com elas é danoso à harmonia do planeta e a si próprio.<sup>71</sup> E que a vontade de dominar está deixando a humanidade dominada, refém dos imperativos de uma Terra degradada em busca de um reequilíbrio, que não precisa ser benevolente com a espécie humana.

À procura de um entendimento sobre o papel do ser humano e de todas as outras coisas no planeta, a retomada da espiritualidade coincide com a busca da própria espiritualidade do planeta. Nesse momento de incessante procura por respostas, as religiões surgem como saída para as angústias, para a sensação de isolamento do homem. São elas que elaboram as grandes utopias da humanidade, oferecem um sentido à vida, são um campo fértil para novas perspectivas. No entanto, elas não são o único caminho porque a espiritualidade é um conceito mais abrangente do que as doutrinas religiosas e pode emergir independentemente dos determinismos. “A espiritualidade surge quando a doutrina deixa de ser doutrina e passa a ser experiência interior, quando passa do intelecto para o coração.”<sup>72</sup>

Ao retomar as referências e reencontrar sua posição dentro do contexto da vida na Terra, as pessoas se tornam mais centradas em ações que contribuam para o estabelecimento de um novo equilíbrio. Elas também vislumbram seu real poder de interferência e reconhecem-se potencialmente mais responsáveis sobre suas atitudes.

Aparece o espírito quando na nossa consciência nos sentimos parte e parcela do Todo que nos desborda. E quando emerge em nós a responsabilidade pelo mundo ao nosso redor, damos-nos conta de que podemos ser o Satã da Terra, bem como seu anjo bom e protetor<sup>73</sup>.

É ainda mais fácil se sensibilizar com as causas ambientais quando se tem uma visão mais ampla sobre o planeta, considerando-o um super-organismo vivo, frágil e

---

<sup>71</sup> *Ibidem.* p. 23.

<sup>72</sup> BOFF, 2004. p. 39.

<sup>73</sup> *Ibidem.* p. 40.

sutilmente equilibrado (ainda) a favor da sobrevivência humana. Essa idéia foi defendida pelo médico e biólogo inglês James Lovelock, que definiu a Terra como Gaia, uma entidade complexa que abrange a biosfera, a atmosfera, os oceanos, o solo e todos os demais componentes que promovem a vida e que, além disso, é tão minuciosamente perfeito que pequenos desvios na composição dos gases ou da temperatura, por exemplo, poderiam significar catástrofes irreparáveis.

Caso subisse [o nível de oxigênio do planeta, que está em 21%] para 23% haveria incêndios por toda a Terra, a ponto de dizimar a capa verde da crosta terrestre. O nível de sal nos mares é da ordem de 3,4%. Se subisse para 6% tornaria a vida nos mares e lagos impossível, como no mar Morto. Desequilibraria todo o sistema atmosférico do planeta <sup>74</sup>.

Ao se deparar com mais dados apresentados por Leonardo Boff, também se torna clara a percepção de quanto a humanidade está organicamente ligada e dependente do equilíbrio natural. Em seu livro “Ecologia: Grito da Terra, grito dos pobres”, o autor revela que existe uma calibragem do planeta que não é apenas externa ao ser humano. Ela se verifica no próprio homem, que contém em seu corpo mais ou menos a mesma proporção de água que o planeta Terra (71%) e a mesma taxa de salinização do sangue que o mar apresenta (3,4%). <sup>75</sup> Esse tipo de abordagem é capaz de provocar tamanha reflexão que, pelo menos, faria o mundo parar por alguns segundos para repensar o que são e que papel desempenham no lugar onde vivem.

#### 4.5 Consumismo selvagem

Mesmo conscientizado sobre essas questões, ainda não é possível ver mudanças expressivas na configuração do planeta sem que sejam alterados com profundidade os padrões de consumo na sociedade capitalista. Esse é um desafio que se impõe para as futuras gerações, e que implicará coragem para estabelecer novos modelos de consumo antes da instalação de uma situação caótica.

O discurso ambientalista atual demonstra, nesse aspecto, muito mais maturidade. Diante da complexidade das sociedades e das relações econômicas internacionais, um

---

<sup>74</sup> BOFF, 2004. p. 34.

<sup>75</sup> *Idem.*

racha no modelo vigente poderia provocar conflitos ainda mais graves e violentos do que os já vistos hoje em dia. O que se cogita é uma transição de modelos, do exploratório para o sustentável. Aliás, isso tem sido discutido no cenário internacional desde a década de 70 e o que se propõe agora não é mera repetição, mas esforços reais para a colocação de idéias sustentáveis em prática.

Para que isso seja possível, muitos governos preocupam-se com a questão econômica – regida por leis tão superficiais e especulativas – em que nada aparenta com a questão ecológica. Teme-se que mudanças na matriz energética, nas relações comerciais ou na exploração dos recursos naturais afetem negativamente a economia dos países. Essa é a razão de tantas discussões e atrasos para a aplicação de novas medidas que venham a minimizar o desequilíbrio natural na Terra. Alguns países são irresponsavelmente demorados nesse sentido, como é o caso dos Estados Unidos, berço da produção científica de ponta. Principalmente lá, pesquisadores ainda não conseguiram convencer os governos e a própria população de que seus padrões de consumo são insustentáveis para a continuidade da vida e que suas práticas influenciam de modo crucial todos os outros países do mundo.

Já existe tecnologia disponível para se pensar concretamente na migração de bases energéticas esgotáveis para a adoção de recursos renováveis sem que a economia seja deixada numa situação prejudicial. São as chamadas tecnologias limpas, que em um dos artigos do Protocolo de Quioto foram denominadas “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)”, ou seja, fontes energéticas que não implicam emissão de gases danosos à atmosfera, agravantes do efeito estufa.

É possível, hoje, repensar toda a estrutura energética do planeta com a redução drástica da dependência de combustíveis fósseis (como petróleo, gás e carvão). Em vez disso, podem ser mais aproveitadas hidrelétricas (com o cuidado de realizar estudos sérios de impactos ambientais no caso da inundação de áreas e mudança no curso de rios), energia eólica, energia solar, combustíveis oriundos de fontes vegetais, como o álcool, o óleo de mamona (e de outras plantas) ou até mesmo do esgoto. Inclusive, no Brasil, há tecnologia para o aproveitamento do gás metano, resultante da decomposição orgânica, em energia limpa. Fala-se também no desenvolvimento de motores a hidrogênio e aproveitamento energético a partir das ondas do mar, além de outras idéias menos difundidas.

Para que essas medidas entrem em vigor em uma escala que atenda, no mínimo, a população mundial de hoje, os governos precisam assumir essa mudança de estrutura, pensando no estado do planeta daqui a poucos anos. Por outro lado, as sociedades devem rever não apenas seus hábitos de consumo, mas a relação desses hábitos com a situação de desigualdade e exclusão social no mundo. Devem olhar para a realidade dos povos da África, por exemplo, exauridos por guerras civis e governos corruptos, que há décadas se vêm morrendo de fome porque, mesmo se tivessem condições financeiras de investir na agricultura, não poderiam fazê-lo, uma vez que as conseqüências do desequilíbrio natural (provocado por sociedades que sequer sabem da sua situação) já estão surtindo efeito ali. A falta de chuvas, a seca dos rios, a fuga dos animais ou as enchentes inviabilizam uma cultura alimentar mínima, deixando aqueles povos permanentemente reféns de ajudas humanitárias periódicas e temporárias. São povos empobrecidos pela falta de liberdade civil e pela perda de biodiversidade.

Essa relação de causa e efeito precisa ficar mais clara para as populações do mundo. E a mídia tem papel determinante na difusão desse pensamento. O agravamento das questões ambientais deveria impulsionar os meios de comunicação a desvelar os efeitos do consumismo.

A cada objeto que se compra, a cada vestido, sapato, aparelho eletrônico de última geração, consome-se energia. Ao tomar um banho demorado, ao manter as luzes acesas, ao deixar aparelhos elétricos ligados por muito tempo, ao usar o ar condicionado desnecessariamente, joga-se fora parte da preciosa energia que mantém o mundo capitalista em funcionamento. Como as matrizes energéticas mundiais ainda estão calcadas na exploração de recursos não renováveis, percebem-se já dois problemas. O primeiro está ligado ao esgotamento dessa fonte de energia – geralmente combustíveis fósseis – e o segundo refere-se às conseqüências ambientais dessa exploração, já que o resultado do uso desmedido desses recursos implica liberação de gases nocivos à camada de ozônio em estado avançado de degradação. Não é demais lembrar que o fato de a camada de ozônio apresentar buracos compromete o equilíbrio climático do planeta (grau de salinidade de rios e mares, regimes de secas, derretimento de geleiras, elevação do nível médio das marés, aumento de temperatura, etc).

Por certo, mudar a própria concepção de consumo é confrontar-se com padrões de beleza, de moda, de status e de riqueza material referendados pelo sistema capitalista



através da mídia. Mas o reconhecimento de que o planeta precisa de cuidados transcende todas essas questões. Não se trata de fazer apologia ao fim do consumo – haja vista exemplos dos países do leste europeu, que viveram períodos de ‘euforia’ consumista depois que se viram livres do regime socialista – mas de reeducar essa prática até que assumam bases sustentáveis e minimamente igualitárias.

20% da população mundial nos países de mais alto rendimento totalizam 86% das despesas de consumo privado, e os 20% mais pobres, um minúsculo 1,3%. Mas especificamente, o quinto mais rico da população consome 45% de toda carne e peixe [o quinto mais pobre, 5%], 58% da energia total [o quinto mais pobre, menos de 4%], tem 74% de todas as linhas telefônicas [o quinto mais pobre, 1,5%], consome 84% de todo o papel [o quinto mais pobre, 1,1%], possui 87% da frota de veículos a nível mundial [o quinto mais pobre, menos de 1%]<sup>76</sup>.

O consumo do que não é essencial é como uma praga num planeta que procura se recuperar. A mídia vende a idéia de que quanto mais se consome, melhor – em todos os sentidos. Uma roupa nova por evento, produtos que mudam de rótulo sem necessariamente apresentarem diferenças em relação à versão antiga, utensílios cada vez mais descartáveis (em lugar dos mais duráveis), para que acabem logo e o indivíduo volte a consumir novamente são exemplos banais do ciclo nocivo que as sociedades estão sujeitas a alimentar.

Pior do que constatar essa realidade, que já é vigente nos países desenvolvidos, é perceber que a universalização desse padrão de consumo vem atingindo com força cada vez maior os países em desenvolvimento. A criação de necessidades e a fixação de aspirações de consumo ameaçam os recursos que ainda restam no planeta. Se já é urgente frear os padrões de consumo entre os países desenvolvidos, o que dizer da possibilidade de ampliação desses padrões para os países em desenvolvimento, com populações diversas vezes maiores? Um exemplo a esse respeito já está em curso. É preocupante observar a globalização de certos hábitos alimentares, como o consumo de carne bovina que abastece as lucrativas redes de *fast-food* e outras situações que não prevêem a sustentabilidade das matérias-primas.

A expansão da culinária japonesa pode exercer enorme pressão sobre os estoques de algumas espécies importantes desses peixes, como o atum, de

---

<sup>76</sup> FELDMAN in TRIGUEIRO, 2003. p. 148.

modo que já hoje existem iniciativas internacionais que procuram regulamentar sua pesca. Infelizmente o atum não é um caso isolado; o bacalhau e o salmão do Atlântico também se encontram sob ameaça<sup>77</sup>.

Viver de forma alternativa ao modelo vigente não é uma excentricidade ambientalista, não é remeter aos anos efervescentes da década de 60, quando tudo que era do contra era aclamado, estava na moda, quando o conceito de contracultura apareceu na mídia e ficou marcado pelo exotismo e pela efemeridade. É tomar consciência e agir responsável e respeitosa com o planeta para que o próprio homem possa usufruir sua sobrevivência. Mas também é enxergar cada um dos indivíduos como criaturas tão frágeis e pequenas diante dos problemas ambientais.

A propaganda, que vende os padrões de consumo ocidentais para o resto do mundo e acentua as dificuldades pela harmonização do planeta, pode se converter numa fundamental aliada no processo de reeducação ambiental. Como recentemente se viu, a indústria de cigarros sentiu os efeitos da restrição publicitária quanto à venda da droga. Pressionados pela opinião pública que se tornou mais consciente em relação à saúde da coletividade, os publicitários tiveram que mudar de estratégia e entenderam que estavam influenciando de modo crucial uma questão de saúde pública.

Esse exemplo confere esperança aos anseios ambientalistas na tomada de consciência da mídia face um investimento mais agressivo na divulgação de problemas e de soluções que visem à melhoria da qualidade de vida das sociedades – exercendo um papel que não passa de uma obrigação.

Quando diversos setores sociais – mas, em especial, a mídia – se movimentarem com o objetivo de diminuir as desigualdades sócio-ambientais, sem a interferência voraz dos departamentos comerciais, terão inevitavelmente de repensar suas atitudes.

Há que se fazer um enorme esforço no sentido de diminuir a ignorância do consumidor sobre as repercussões das suas escolhas, ou seja, torná-lo ciente do impacto delas, que pode ser tanto negativo ou positivo. Nessa direção torna-se necessária uma ação criativa, inovadora e inclusiva que permita o engajamento de todos os atores sociais relevantes, desde governos, instituições internacionais, sociedade civil, setor empresarial, com a finalidade de enfrentar a grande demanda ética da Humanidade: conferir a cada indivíduo deste planeta um sentido existencial que lhe permita viver com dignidade<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> *Ibidem.* p. 152.

<sup>78</sup> *Ibidem.* p. 157.

#### 4.6 *Insight* jornalístico: a percepção da natureza em nível local

Um dos maiores dilemas que acometem aqueles que já foram sensibilizados pela idéia de mudança, de sustentabilidade, é querer agir, mas não saber exatamente como. Mais uma vez, o indivíduo tem a oportunidade de sentir o seu tamanho diante de todas as outras coisas e se achar como um ser insignificante que, sozinho e, em pouco tempo, não consegue promover mudanças expressivas.

Essa dificuldade se deve à visão estereotipada da natureza e ao pensamento historicamente consagrado do conservacionismo, de enxergá-la como estanque, como se ela devesse existir para permanecer intocada. Essa sacralização da natureza – recorrentemente retratada nos meios de comunicação – promove um descolamento das atitudes cotidianas do homem em relação às conseqüências desses atos. Assim, torna-se muito mais difícil perceber a intensidade de interferência na natureza de cada um, seja ela positiva ou negativa.

A abordagem da natureza rotulada como belas paisagens e santuários ecológicos que não se relacionam com a experiência sensível do público pode provocar efeitos nocivos à consciência ambiental das comunidades, mesmo já adquirida. A visualização excessiva de aspectos da vida selvagem e da biodiversidade acaba reforçando a idéia de que pouco cada um é capaz de fazer para cuidar do meio ambiente.

Algumas conseqüências desse pensamento foram mostradas na pesquisa de Samyra Crespo. Ela concluiu que, quando perguntada sobre o que deveria ser feito para preservar a natureza, a maioria dos moradores da região sudeste respondeu que a prioridade para proteção era a Amazônia. E para os nordestinos, as prioridades para a proteção deveriam ser dadas à Floresta Amazônica e à Mata Atlântica.

Desse modo, mesmo as pessoas que são mais esclarecidas em relação a essa problemática apresentam-se, em sua maioria, incapazes de mudar ações do cotidiano e atuar de maneira conseqüente. Isso revela a necessidade da interferência da mídia no sentido de fornecer subsídios à promoção de mudanças.

Apesar desse cenário, ao longo da última década, tem sido possível verificar um aumento da consciência ambiental, principalmente quanto ao vigor das notícias de caráter sócio-ambiental que conseguem espaço nos meios de comunicação. Às vezes

motivado por grandes acontecimentos, ou por ter sido muito bem preparado, esse tipo de matéria carrega consigo a potencialidade da mudança em escalas micro e macro.

Com sua experiência na área da comunicação ambiental, Liana John tem notado que o brasileiro está deixando de perceber o meio ambiente como “só uma restrição ao desenvolvimento para ver que é um compromisso de todos”<sup>79</sup>. E, como todo compromisso é estabelecido para ser cumprido, é preciso mostrar os instrumentos para a ação. Não se trata apenas da necessidade de incentivos vindos de ONGs, de empresas e governos, mas de estímulos dos próprios meios de comunicação em descobrir o que está ao alcance do público e divulgar as medidas propostas, ou de dar voz às iniciativas que dependem de mais divulgação para se concretizarem.

Nos meios de comunicação, quanto mais local for uma determinada questão, mais chances ela tem de ser realizada. Ela pode tocar um público específico que se perceba responsável e capaz de realizar transformações em seu ambiente. O problema do lixo nas grandes cidades é flagrante. Para estimular a população a não jogar dejetos pessoais em vias públicas, em encostas ou no leito dos rios, é preciso mostrar justamente ao grupo de pessoas que tem esse costume os motivos pelos quais esse tipo de ação pode ser prejudicial ao meio ambiente e à sua própria qualidade de vida, revelando, nesse diálogo, soluções e medidas alternativas.

Essa estratégia de comunicação, ou seja, o incentivo a um jornalismo localizado visando a interesses específicos de um certo grupo, é também potencialmente o jornalismo mais eficaz em termos de resposta. Quando o público percebe que ele é responsável e capaz de transformar a sua realidade com determinados instrumentos, a conscientização é facilitada. Daí a relevância da produção e da qualidade de meios de comunicação regionalizados que abordem, entre outros assuntos, as questões ambientais.

É claro que a percepção é maior em relação ao que faz parte do cotidiano das pessoas. A tendência é do público perceber muito mais a contaminação da água que serve sua casa do que a extinção de uma espécie amazônica. [...] Mas mesmo pessoas simples, sem muita instrução, têm noção e vontade de conservar. Ainda falta saber como e isso é algo em que os jornalistas deveriam investir: no aproximar os temas tratados da vida das pessoas, dizer o que elas podem fazer para mudar a realidade, para dar sua contribuição<sup>80</sup>.

---

<sup>79</sup> Entrevista de Liana John concedida à autora em 27 de outubro de 2004.

<sup>80</sup> *Idem*.

As reportagens locais têm mais impacto social porque se relacionam diretamente com a vida das pessoas. Tanto nos grandes ou nos pequenos veículos de comunicação, a abordagem regional das notícias tem o poder de sanar dois grandes problemas do jornalismo ambiental: a falta de eficácia das matérias sobre meio ambiente e a falta de emprego nas grandes empresas de comunicação para uma quantidade crescente de jornalistas que deixam as universidades. O medo do desemprego do jornalista pode ser amenizado com talento, estudo e estratégia ao decidir investir em um campo como o ambiental – carente de recursos, mas com uma área que oferece amplas abordagens e utilidade para quem faz e quem recebe as notícias.

A criação de pequenas e médias empresas de comunicação para atender públicos regionalizados pode encontrar no nicho ambiental boa repercussão social e eficácia na promoção de esclarecimentos e mudanças positivas no relacionamento entre sociedade e meio ambiente. Essa é apenas uma proposta que pode garantir mais expressividade às demandas ambientais através da mídia, mas não exclui a possibilidade de comunicar bem e com eficiência por meio de pautas mais amplas.

Uma matéria sobre a Amazônia pode interessar a um sertanejo do Nordeste na medida em que o jornalista consiga fazer conexões ou comparações. Na medida em que contenha informações consistentes. O bom jornalismo é lido em qualquer parte porque as pessoas são curiosas por natureza. Conte bem a história e você terá leitores, sejam eles de onde forem <sup>81</sup>.

Ainda que se invista em um jornalismo mais globalizado, voltado para questões importantes para as sociedades e que demandam esforços internacionais para obterem algum resultado, ao se estabelecer uma comunicação regionalizada, é possível transformar a própria imprensa e torná-la mais representativa de seu público. Trata-se de um dos maiores objetivos do ‘jornalismo cidadão’, do jornalismo público, feito pela e para a comunidade, visando à democratização das informações e elevação na qualidade de vida do grupo.

O jornalismo regional, capaz de abordar diversos assuntos, pode romper com a estrutura centralizadora das grandes empresas de comunicação. Por não ter compromissos tão limitadores com setores comerciais (que não necessariamente representam a ideologia da empresa) e por, teoricamente, apresentar mais flexibilidade de pautas, o exercício do jornalismo regional tem a possibilidade de conferir aos

---

<sup>81</sup> *Idem.*

assuntos ambientais o papel de interlocução com as outras áreas do conhecimento como política, economia e cultura – aspecto tão raro nos grandes meios de comunicação. Segundo o teórico português João Carlos Correia, algumas especificidades do jornalismo que são marginalizadas têm tudo a ganhar com o aprofundamento de algumas questões orientadas pelo interesse comunitário no compito do jornalismo regional.<sup>82</sup>

---

<sup>82</sup> CORREIA. Disponível em: <[bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.html](http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.html)>.

## 5. JORNALISMO AMBIENTAL REGIONAL: O CASO BAÍA DE GUANABARA

### 5.1 Esquema metodológico do estudo de caso

A fim de ilustrar de que maneira o jornalismo tem tratado algumas problemáticas ambientais de extrema relevância em nível local, propõe-se uma breve análise de um exemplo representativo. Para as comunidades da região metropolitana do Rio de Janeiro, a despoluição da Baía de Guanabara é uma questão sócio-ambiental de enorme importância para a manutenção da qualidade de vida de milhares de pessoas. A economia e a política do Rio de Janeiro já perderam diversas oportunidades de promoção da cidade em função dos problemas ecológicos na Baía de Guanabara. Por seu tamanho, localização, importância geológica, biológica e social, esse ecossistema tão recorrentemente identificado como um dos símbolos da população fluminense está em avançado estado de degradação, assim como aquelas que mais diretamente dependem dele.

Por todas essas questões, uma rápida análise no comprometimento da imprensa na cobertura e no acompanhamento das problemáticas ambientais da Baía de Guanabara se faz necessária. Por isso, este estudo de caso pretende promover um levantamento do tipo de abordagem local que alguns dos jornais impressos de maior circulação na região metropolitana do Rio de Janeiro deram ao tema, num universo de dois anos para, por fim, abordar a eficácia de sua divulgação.

### 5.2 Importância do ecossistema e história de degradações

Desde os primeiros anos do descobrimento do Brasil, o recorte do litoral do Rio de Janeiro e, em especial, a formação da Baía de Guanabara impressiona viajantes, naturalistas e turistas. Trata-se de “uma das combinações de heranças da natureza de máxima excepcionalidade na face da Terra”.<sup>83</sup> Formada por restingas, praias, ilhas, pontões, falésias, enseadas, estuários, lagunas, sistemas fluviais, brejos e manguezais, até hoje é um dos principais cartões postais do estado do Rio de Janeiro e da capital estadual. A Baía é símbolo da imponência da natureza impressionante – à distância. Ao

---

<sup>83</sup> AB' SABER, 2003. p.190.

se aproximar para admirar tanta beleza, o forte odor pode afastar os visitantes. O mau cheiro do entorno da Baía de Guanabara e a escuridão de seu espelho d'água revelam a sua podridão e o descaso na contenção das degradações.

A bacia hidrográfica da Baía de Guanabara tem cerca de quatro mil km<sup>2</sup>, com um espelho d'água reduzido a 377km<sup>2</sup> em decorrência de assoreamentos e aterros ao longo de sua história. Essa área era de 468 km<sup>2</sup> em 1500, tendo sofrido uma perda de 91 km<sup>2</sup> (ou 29,1%) até os dias de hoje. Com 53 praias, 42 ilhas e uma profundidade média de apenas 7,6 metros, a Baía de Guanabara também é foz de 35 rios. Apesar de suas dimensões, em relativamente pouco tempo a região se deteriorou a tal ponto de estar considerada morta. O que um dia foi refúgio para grandes mamíferos aquáticos, local economicamente relevante para centenas de pescadores e importante região de procriação de diversas espécies, hoje é um ecossistema que agoniza em decorrência da ocupação urbana e da industrialização.

No entanto, não foram apenas intervenções recentes que levaram esse ecossistema ao estágio atual de degradação. Existem registros em sambaquis e em determinados pontos do litoral fluminense que indicam a presença de habitantes nos entornos da Baía há aproximadamente oito mil anos. Por menores que tenham sido, essas populações também causaram impacto na Baía de Guanabara. Nada, entretanto, comparável aos processos iniciados com a chegada dos portugueses no Rio de Janeiro.

Um dos primeiros grandes marcos de degradação da Baía data do período entre 1500 e 1565, quando começou a exploração do pau-brasil, o genocídio dos índios tamoios e a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Destacam-se, nos séculos seqüentes, a exaustão dos recursos naturais em função da instalação de monoculturas como a cana-de-açúcar e o café, que provocaram o assoreamento dos rios da região em virtude dos desmatamentos.

A triste história dos aterros da Baía começou em meados do século XVII, quando a lagoa de Santo Antônio (situada no centro histórico do Rio de Janeiro) foi dessecada. Na segunda metade do século XVIII era a vez das praias da atual Praça XV. A partir da destruição desses ecossistemas periféricos, a cidade do Rio de Janeiro começou a sofrer com inundações.

A primeira grande intervenção da orla da Baía de Guanabara ocorreu nos primeiros anos do século XX, quando toda a faixa costeira entre o Caju e Copacabana foi aterrada



e modificada. Desapareceram o Saco de São Diogo, as enseadas da Gamboa, Saúde, Valongo, Valonguinho, Prainha e Glória, assim como todas as praias naturais desse trecho do litoral, que ficou irremediavelmente desfigurado.

A partir de 1925, aterros de grandes proporções foram realizados na Baía para a construção dos aeroportos de Manguinhos (1928-1930), Santos Dumont (1934), Galeão (1949) e Internacional do Rio de Janeiro (1977). Na década de 50, começaram a haver mudanças expressivas na qualidade da água, na balneabilidade das praias, declínio da atividade pesqueira na Baía, além de uma queda da biodiversidade local em decorrência dos aterros que acompanharam a abertura da Avenida Brasil. A isso foram conjugados a expansão das indústrias poluidoras, principalmente químicas, farmacêuticas e refinarias, e ainda ao crescimento populacional e expansão urbana. Os efluentes industriais, em escala cada vez maior, passaram a contaminar a Baía com óleo, metais pesados, substâncias tóxicas e carga orgânica.

Nas últimas décadas, a Baía sofreu com a fase das grandes obras rodoviárias, como o Aterro do Flamengo, a ponte Rio-Niterói, a Rodovia Niterói-Manilha e a Linha Vermelha. Ao mesmo tempo, diversas instalações ligadas à indústria do petróleo, como a Refinaria de Duque de Caxias/Reduc (1961), 16 terminais de petróleo, oleodutos, gasodutos, dois mil postos de serviço e depósitos se estabeleceram no entorno e nas ilhas da Baía.

Atualmente são despejados todos os dias cerca de  $18 \text{ cm}^3$  por segundo de esgotos domésticos na Baía de Guanabara, dos quais apenas  $2,5 \text{ cm}^3$  são tratados. Além disso, 485 toneladas de matéria orgânica são descarregadas diariamente. Os resíduos industriais são responsáveis por 100% de substâncias tóxicas e metais pesados na região. Afinal, existem mais de 14 mil indústrias no entorno da Baía. Em suas margens são depositadas cerca de oito mil toneladas de lixo por dia e são derramadas 3,5 toneladas de óleo no mesmo período. Por todos esses descuidos, quase todas as praias da Baía são impróprias para o banho, alguns rios estão completamente sem oxigenação e muitas espécies marinhas são contaminadas ou desapareceram, prejudicando a pesca artesanal em diversas comunidades.<sup>84</sup>

---

<sup>84</sup> AMADOR. Disponível em: <://www.crea-rj.org.br/crea/divulgacao/publicacoes/revistas/revista11/baia.htm>

### 5.3 Programas de saneamento para a melhoria do ecossistema

Aos sinais críticos de degradação desse ecossistema, alguns programas de recuperação foram colocados em prática. Todos sem sucesso. O primeiro deles foi proposto pelo governo Carlos Lacerda, na década de 60. Na época, pretendia-se montar um grande cais, o Cais de Saneamento. A idéia era aterrar as áreas poluídas da Baía e aproveitar o espaço para uma construção providencial: a Avenida Brasil. O resultado desse projeto foi a perda de áreas importantes de praias e manguezais – prática que teve continuidade nos projetos seguintes.

No final da década de 70, a poluição e a ocupação das margens da Baía pareciam ainda questões que preocupavam os poderes públicos. Em 1979, o governo federal instituiu o Projeto Rio, que previa a urbanização do conjunto de favelas que hoje forma o Complexo da Maré. O programa conseguiu retirar as construções de palafita sobre o espelho d' água, mas às custas de novos aterros. As intervenções do Projeto Rio modificaram drasticamente o estuário do Rio Meriti, provocaram assoreamentos na região dos estaleiros do Caju e do cais do Porto e inundações na Avenida Brasil em função de alterações no curso e na vazão do rio Timbó. Esse projeto foi acompanhado de um programa de despoluição da Baía através da criação de estações de tratamento de esgoto secundárias (isto é, que demandavam tratamento prévio), dragagem e correção de assoreamentos em certos pontos da Baía e desativação de aterros sanitários. Nenhuma dessas medidas foi realizada.

Pouco depois, a Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema) desenvolveu estudos de despoluição da Baía que fundamentaram o Programa de Despoluição Gradual do Ecossistema da Baía de Guanabara, lançado em 1987. A exemplo das outras iniciativas, o programa não promoveu melhorias e não impediu que a situação da poluição continuasse se agravando.

### 5.4 Programa de Despoluição da Baía de Guanabara: uma fachada para o descaso

Embalada pela proximidade da Rio-92, a administração municipal do Rio de Janeiro tratou de reunir diversos projetos de saneamento e despoluição. Afinal, ninguém queria que a sede do maior encontro de chefes de estado para debater questões

ambientais fosse uma cidade com problemas ecológicos visíveis. Para a realização das obras, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi procurado e aceitou fornecer um empréstimo. Nessa época, os governos municipal e estadual eram orientados pelo mesmo partido, o Partido Democrático Trabalhista, e isso facilitou as negociações entre as duas esferas de poder. A administração estadual criou a Comissão de Gerenciamento de Projetos Especiais para a Baía de Guanabara, substituída em dezembro de 1991 pelo Grupo Executivo da Despoluição da Baía de Guanabara (GEDEG). O governo federal negociou com o BID, em Washington, que etapas seriam financiadas.

De acordo com o projeto brasileiro, esse programa de despoluição custaria quatro bilhões de dólares e demoraria 15 anos para ficar pronto, com a conclusão de quatro estágios de obras. Durante a negociação, estabeleceu-se que o BID ajudaria apenas na primeira etapa do projeto e os cinco pontos privilegiados seriam saneamento, limpeza urbana, macro-drenagem, mapeamento digital e coleta fiscal, além de programas ambientais complementares de recuperação das regiões de entorno. O município do Rio de Janeiro realizou contratos separados com o BID, assim como a Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro (Cedae). Como o governo estadual não tinha condições de entrar com uma alta contrapartida, o BID recuou e decidiu diluir suas responsabilidades com o Banco Japonês para Cooperação Internacional (JBIC). Durante a Rio-92 foi anunciado o resultado das negociações: o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG).

Dos quatro bilhões de dólares previstos, o programa utilizou cerca de 860,5 milhões de dólares. Além disso, o PDBG apresenta uma série de falhas técnicas e ainda não foi concluído. A maior parte dos investimentos está concentrada no esgotamento sanitário, através da construção de um cinturão de saneamento em torno da Baía. Ao longo da orla, uma série de estações de tratamentos seria construída – grandes obras de responsabilidade dos organismos internacionais. Nesse sentido, não há mais o que fazer. As estações estão prontas, mas deterioradas por falta de uso. O governo do estado tinha a responsabilidade de construir as redes de esgoto que levariam os dejetos das residências até as estações e essa etapa não tem sequer previsão de ser concluída no curto prazo. Estavam previstas obras de saneamento em 27 favelas na baixada fluminense, que seriam articuladas com o programa Favela Bairro, da prefeitura do Rio de Janeiro. É

importante lembrar que as demais prefeituras não podem interferir na execução do PDBG porque não participaram das negociações.

Por isso, nem ao menos a primeira parte do programa está pronta. Se ela já estivesse concluída, haveria uma redução pela metade dos quase 20 mil litros por segundo lançados nas águas da Baía. E mesmo com a finalização de todas as etapas, não haveria propriamente uma despoluição da Baía no que diz respeito ao espelho d' água. O PDBG não prevê limpeza, mas redução da carga de poluentes, deixando por parte da natureza, dos movimentos e das correntes naturais da Baía o encargo pela despoluição.

O PDBG não vai melhorar a qualidade da água na Baía. A situação aqui já é super grave. A gente pode esperar uma melhora na qualidade da água a muito longo tempo, quer dizer, vai ser lançado menos esgoto in natura na Baía. Assim, a gente tem que esperar o prazo biológico de própria renovação das águas. Temos que ter um horizonte de uns 8, 10 anos, longo, pra que volte a ter vida aquática porque não há nenhuma proposta, por exemplo, pra tratar a água que já está poluída, como houve no rio Tâmis, na Inglaterra – um projeto caríssimo. Quer dizer, não só parar de lançar esgoto como tratar a água que já está poluída<sup>85</sup>.

Quase 40% dos recursos do programa foram mobilizados para investimentos no sistema de distribuição de água, mas eles não aconteceram conforme o previsto. Os reservatórios feitos pelo BID na baixada fluminense estão vazios porque não se pensou como a água chegaria até eles. A retomada de projetos iniciados em governos estaduais passados vem sendo feita aos poucos, e num ritmo bastante lento. Mas com a conclusão dessa parte do programa, a geógrafa Ana Lucia Britto aponta um possível problema: o descontrole do uso da água, se a rede de esgotamento não estiver pronta. Até o final de 2003, os percentuais de realização de obras de rede de esgotamento eram mínimos, algo em torno de 20%, 15%, 10% em cada município. Em algumas audiências públicas, os próprios representantes da Cedae disseram que não tinham recursos pra fazer as obras.<sup>86</sup>

Entre outras necessidades, o PDBG previa também a instalação de três complexos de destinação final de resíduos dotados de usina de reciclagem e compostagem, um aterro sanitário e um incinerador de lixo hospitalar. No entanto, essas medidas não foram realizadas. O monitoramento de dejetos industriais emitidos na Baía de Guanabara e a

---

<sup>85</sup> Entrevista de Ana Lucia Britto concedida à autora em 3 de junho de 2004.

<sup>86</sup> *Idem*.

execução de programas sustentáveis de coleta e tratamento de lixo e educação ambiental parecem abandonados, mas estavam previstos.

Curiosamente, de acordo com os documentos de base do programa, não há referências a instrumentos participativos. Para tentar romper essa estrutura centralizadora, em 1995, a sociedade civil cobrou da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) a elaboração de um Fórum de Acompanhamento do PDBG, o Fadeg, para garantir transparência do programa. O fórum, no entanto, também nunca chegou a funcionar.

Em termos de participação, o que existem são associações de moradores que eventualmente pressionam as autoridades pela realização das obras, especialmente as de saneamento, que mexem mais com o cotidiano das comunidades. Há, por exemplo, o Comitê Político de Saneamento da Baixada Fluminense, que envolve representantes das federações da associação de moradores da região e acompanham o andamento das obras de saneamento. Em auxílio a essa entidade, participam o Observatório das Metrôpoles (um laboratório de estudos da UFRJ), que envolve o Instituto de Planejamento Urbano Regional (Ipur), a Pós-Graduação de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (Prourb) e a ONG Fase, além do Ministério Público. Desde 1996, esses organismos exercem a pressão que podem para conseguir informações, principalmente da Cedae e do governo do estado para formar um banco de dados e saber o que realmente está deixando de ser feito no PDBG.<sup>87</sup>

Segundo a geógrafa Ana Lucia Britto, da Prourb, as dificuldades para a obtenção de informação são enormes. Quando o grupo recebe os relatórios de prestação de contas dos agentes financiadores, eles conseguem uma relação detalhada sobre o que já foi feito, mas quando são as obras com recursos do governo do estado, através dos serviços da Cedae, tudo é mais difícil e o grupo de monitoramento tem recorrido ao Ministério Público.

Mesmo assim, grupos como o de Ana Lucia Britto e outras ONGs ainda são escassos. Poucas entidades preocupam-se formalmente com a questão da despoluição. Para a geógrafa, a mobilização deveria ser bem maior.

Eu acho que uma proposta interessante era criar um grande seminário, um fórum de debates pra ver o que foi feito efetivamente, o que não foi feito, e

---

<sup>87</sup> *Idem.*

como podemos encaminhar uma renegociação. Uma segunda etapa do programa, porque tem áreas que não foram contempladas <sup>88</sup>.

Com o passar dos meses e dos anos, as dívidas do Brasil com os organismos internacionais que emprestaram dinheiro para a realização das obras do PDBG aumentam sem que o resultado desse investimento seja visto. Mesmo com dinheiro sobrando por parte do BID e do banco japonês, as verbas dos organismos internacionais vêm com uma destinação já indicada.

Conhecendo a Cedae e o governo do estado, seria mais interessante se eles pudessem organizar o financiamento de outra forma. É claro que tratar esgoto é fundamental, mas num primeiro momento quando se vai pra Baixada e se encontra uma situação de vala negra, de esgoto a céu aberto, talvez fosse mais importante tirar o esgoto lá da porta do indivíduo do que começar criando estação de tratamento. Mas isso não tem renegociação <sup>89</sup>.

Diante dos atrasos e da insuficiência do PDBG, existe a proposta de realização de uma segunda parte do programa de despoluição, o PDBG 2, como uma complementação de obras para que fossem aprimoradas as capacidades das estações, etc. Em função da conclusão da parte que cabia aos organismos internacionais, a ampliação das estações, por exemplo, já está sendo feita de certa forma, uma vez que o dinheiro não pode ser reinvestido nas atividades as quais cabem ao governo do estado. No entanto, é complicado pensar em dar continuidade a um trabalho que não terminou.

Apesar dos equívocos de execução e de montagem do PDBG, seria possível pensar numa efetividade do programa se, pelo menos, houvesse cumprimento dos compromissos por parte do estado. Outros dois programas com o mesmo perfil de financiamento do PDBG têm dado certo no Brasil: o Baía Azul, em Salvador, e o Pró-Guaíba, no Rio Grande do Sul. Os grupos que acompanham a realização das obras apontam a Cedae como o principal entrave ao PDBG, por ser uma companhia deficitária, sem condições de investir com recursos próprios. Havia uma expectativa de captação de recursos estaduais sobre o Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam) abastecido com *royalties* do petróleo, multas ambientais. No entanto, as esperanças de obtenção de recursos estaduais desapareceram depois que a governadora do estado

---

<sup>88</sup> *Idem.*

<sup>89</sup> *Idem.*

Rosinha Matheus cortou em 85% as verbas do fundo em meados de 2003: cerca de R\$ 400 milhões anuais.

Por tudo isso, Ana Lúcia Britto aponta em seu estudo sobre o acompanhamento do PDBG uma série de falhas que justificam os atrasos e a ineficácia das estratégias de despoluição. Entre os principais problemas, destacam-se: a ausência de uma avaliação dos sistemas de saneamento existentes na região, o que implicou na realização de grandes obras sem que fosse verificada a capacidade de abastecimento dos reservatórios construídos com empréstimos internacionais; ausência de avaliação quanto à capacidade das prefeituras em assumir compromissos de infra-estrutura; falta de planejamento sobre os reais recursos de que o governo estadual dispunha; falhas técnicas na concepção do programa e, por fim, falta de canais de interlocução com a sociedade.

### 5.5 Problemática da Baía de Guanabara repercutida nos jornais

Não é preciso ter em mãos essa riqueza de detalhes técnicos em relação ao PDBG para, pelo menos, supor que o dinheiro público não esteja sendo corretamente aplicado para solucionar um dos mais graves problemas sócio-ambientais do Rio de Janeiro – algo que se pode inferir a partir da falta de melhoria da qualidade de vida dos moradores da baixada fluminense e da capital estadual, especialmente quanto a problemas de esgotamento sanitário e saúde pública.

Com base nesses aspectos, visíveis todos os dias aos que vivem na região metropolitana do Rio de Janeiro, é de se esperar que a mídia local perceba esse problema como uma das prioridades de investigação jornalística em virtude de seu imenso interesse público.

O peso de uma cobertura jornalística sobre as etapas do programa de despoluição, o questionamento de dados oficiais, a opinião de técnicos, os depoimentos das comunidades e a cobrança de soluções para esses problemas são deveres das empresas de comunicação.

Pautas, como essa, que têm condições de estarem permanentemente nos jornais, são exemplos de como o jornalismo ambiental não se restringe à abordagem pura e simples ecossistemas como a Baía de Guanabara. É impossível elaborar uma reportagem séria e elucidativa sobre o problema da despoluição sem mencionar questões sanitárias,

educacionais, econômicas, culturais, históricas e políticas. A cobertura ampla, didática e recorrente poderia se estabelecer como um dos instrumentos mais eficazes e importantes para a promoção não apenas da consciência ambiental, mas da cidadania.

As chefias de redação de pequenos e grandes jornais precisam ter reforçada a noção de como reportagens bem fundamentadas sobre questões como a Baía de Guanabara são efetivamente ferramentas de mudança. Matérias de cunho ambiental podem ser abordadas de maneiras muito variadas, enfocando aspectos mais ou menos ecológicos ou políticos, por exemplo, em cada edição. No entanto, é imprescindível ter em mente que o compromisso de manter um público ampla e profundamente informado passa pela certificação de que ele compreendeu o que se pretendeu dizer. Isso implica em numa simplificação de linguagem, no uso de recursos gráficos ilustrativos, na contextualização e na concisão das reportagens.

O jornalismo, afinal, se transforma em instrumento de mudança não na hora da publicação da reportagem, mas quando ela consegue atingir plenamente seu público. Quando é lida e discutida entre os moradores de uma comunidade qualquer, que pensa não ter opção para o descarte do lixo, ou para a captação de água, por exemplo. E, ao se sentirem bem informados e preparados, eles próprios passam fazer a sua parte e exigir dos órgãos públicos as providências que lhes cabem.

Ana Lucia Britto lembra que as matérias sobre má aplicação dos recursos para o PDBG têm ajudado o Ministério Público a tomar providências nesse sentido, e, por isso, a geógrafa vê tanta importância no papel da mídia ao investigar periodicamente o andamento de políticas ambientais.

Ao analisar as reportagens sobre despoluição da Baía de Guanabara que foram publicadas principalmente nos jornais O Globo e Jornal do Brasil entre 2002 e 2004, a quantidade de notas e grandes matérias foi surpreendente. O período era rico em acontecimentos, propício a exploração de muitos temas. Pelo fato de 2002 simbolizar os 10 anos de divulgação do PDBG e dos 500 anos da descoberta da Baía, e o ano de 2004, os 10 anos do início das obras, foi possível verificar uma cobertura que tinha o mote do balanço de uma década de programa. Às vezes, motivados por acontecimentos ‘ganchos’, outras por iniciativas consideradas ‘frias’, de uma maneira geral, não se pode condenar por completo o compromisso dos maiores jornais que circulam na região metropolitana do Rio de Janeiro em abordar questões sobre a Baía de Guanabara.



No entanto, apesar de haver periodicidade na divulgação de matérias sobre a despoluição do ecossistema, a garantia de sua visualização era colocada em risco. O desprestígio desse assunto frente a questões do cotidiano ou escândalos políticos de relevância nacional deixava à parte reportagens locais como as que falam da Baía de Guanabara. Outro aspecto importante desta análise foi a grande quantidade de notas e pequenas reportagens sem contextualização, que abordavam negociações, liberação de verbas para o PDBG, e, principalmente, promessas de conclusão do programa. Foi até interessante perceber, que, num período de dois anos, vários políticos tenham anunciado datas diferentes para o adiamento do fim da primeira fase do PDBG uma dezena de vezes.

Em fevereiro de 2002, muitas matérias que saíram sobre a Baía de Guanabara procuravam ainda dar repercussão ao derramamento de 1,3 milhão de litros de óleo pelos dutos da Petrobras, em 2000. O mote da reportagem veiculada no *Jornal do Brasil* sobre esse tema era de mostrar o que estava sendo feito por parte da empresa responsável pelo acidente em termos de recuperação e monitoramento da poluição. Na mesma época, o jornal *O Globo* aproveitou para divulgar um longo e aprofundado artigo, também motivado pelas conseqüências que o acidente da Petrobrás provocou, voltado às exigências quanto ao cumprimento das leis ambientais. Bem contextualizado, o texto mostrou, sem o rigor de números e análises técnicas, que uma abordagem crítica e cronológica pôde embasar uma produção jornalística com alto potencial de conscientização.<sup>90</sup>

O *Jornal do Brasil* voltou a falar da Baía de Guanabara no dia 25 de fevereiro de 2002 para denunciar mais um derramamento de óleo. Como tantos navios que despejam diariamente quantidades mais ou menos expressivas de poluentes, o caso chamou a atenção por se tratar de um dos maiores transatlânticos do mundo. Apesar de dúvidas sobre a quantidade exata do vazamento de óleo, a matéria tinha claramente a intenção de revelar a extensão visível do derramamento, mas não de abordar de maneira mais ampla as conseqüências e a recorrência do fato.

Um bom exemplo de potencial ampliação na abordagem de uma pauta aparentemente simples pôde ser verificado ao analisar as reportagens sobre a Baía de Guanabara veiculadas pelos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* no mesmo dia. No dia 1º

---

<sup>90</sup> ÁGUAS da Guanabara. *O Globo*. 14 fev. 2002.

de março de 2002, uma pequena reportagem de O Globo abordou o término das obras que eliminavam os pontos de despejo clandestino de esgoto no bairro da Urca. E mencionou uma melhora na qualidade da água no bairro, apesar de o mar ainda estar sujo em função da circulação de águas poluídas na Baía.<sup>91</sup> À primeira vista, o leitor pôde se considerar, em pouco tempo, bem informado e até com uma visão positiva sobre o andamento das obras do programa de despoluição da Baía. Mas, ao tratar do mesmo fato, o Jornal do Brasil conseguiu ser mais crítico e amplo. A reportagem ouviu moradores contrários e a favor à obra executada pela Cedae e mostrou que nem todas as ligações clandestinas tinham sido realmente eliminadas. A matéria era praticamente tão curta quanto à do jornal O Globo, mas também teve o diferencial de mencionar que a obra tenha sido alvo de propaganda política, já que moradores denunciaram a colocação de placas e faixas em agradecimento ao governo de Anthony Garotinho.<sup>92</sup>

Uma nota composta por apenas três parágrafos veiculada na versão on-line do Jornal do Brasil tentou abordar o interesse do BID em apoiar a segunda fase do PDBG, no dia 14 de março de 2002. Sem ao menos mencionar o que estava previsto e o que foi concluído da primeira parte, ao se conter em falar da segunda, nem assim a nota foi clara. Não mostrou, na prática, que obras seriam feitas, nem os motivos. Ateve-se a divulgar os procedimentos políticos de negociação, como a reunião do então governador do estado com o secretário de saneamento e recursos hídricos e números sobre a quantia de dinheiro que ia ser solicitada ao governo federal para a realização de obras.<sup>93</sup> Um bom exemplo de limitação na apuração.

No dia seguinte, a abordagem foi bem diferente. O JB On-line teve visivelmente tempo para pensar sobre uma reportagem mais fundamentada. A informação de que o Ministério do Planejamento liberaria o dinheiro para a continuidade das obras do PDBG apenas em 2006 esteve envolvida por uma maior gama de detalhes. A matéria mencionou que o pedido de ajuda ao governo federal foi idêntico ao de 1998 e mostrou a opinião do secretário-executivo da Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente (Apedema), que justificou por que o dinheiro seria usado em um programa incapaz de despoluir a Baía de Guanabara.<sup>94</sup>

---

<sup>91</sup> RODRIGUES, 1º mar. 2002.

<sup>92</sup> DESPOLUIÇÃO limpa Urca e Lagoa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 2002.

<sup>93</sup> BID confirma interesse em apoiar 2ª fase da despoluição da Baía. *JB On-line*. Rio de Janeiro, 14 mar. 2002.

<sup>94</sup> VERBA para despoluição da Baía de Guanabara vai demorar. *JB On-line*. Rio de Janeiro, 15 mar. 2002.

No mesmo dia, o Globo On-line falou desse assunto. E, numa reportagem relativamente longa para os padrões da Internet, conseguiu não ser claro ao falar do que foi realizado na primeira etapa do PDBG. O jornalista não obteve informações concretas sobre o que foi feito nem sobre a efetividade de algumas obras mencionadas por representantes do governo. Ao citar a construção de diversas estações de tratamento de esgoto, não soube fazer a distinção de que esse compromisso foi cumprido pelos organismos internacionais, conforme era mesmo previsto. E que todas essas obras pouco ajudaram na despoluição, já que se trata de estações que não recebem materiais para serem processados porque as redes de esgotamento – que cabem ao governo do estado – não estavam prontas. Percebe-se, nessa reportagem, que houve um esforço do jornalista em procurar números e enunciar obras feitas ou em andamento. Mas, por falha de interpretação desses dados, justamente pela falta de conhecimento prévio, não foi possível explicar a importância dessas obras nem o que elas representam em termos de despoluição.<sup>95</sup>

Nos dias que se seguiram, uma série de micro-notas veiculadas apenas nos jornais on-line falava dos números do novo financiamento, das informações oficiais, além de ser extremamente carente quanto ao fornecimento de explicações sobre o PDBG.

No dia 4 de abril de 2002, o jornal Tribuna da Imprensa divulgou o lançamento do Observatório de Políticas Ambientais do Estado do Rio de Janeiro (OPA), que tinha o objetivo de identificar programas que deveriam ser adotados pelas futuras gestões. A reportagem ouviu pesquisadores, comunidades e técnicos em meio ambiente para comentar a iniciativa, mas falhou num ponto importante: o título, que pouco ilustrava o conteúdo do texto e, provavelmente, não conseguiu atrair a atenção de muitas pessoas.<sup>96</sup>

O JB On-line anunciou a criação efetiva do Fadeg, no dia 11 de abril de 2002 – projeto de acompanhamento externo das obras do PDBG, que foi concebido como lei em 1995. A matéria falava sobre como o monitoramento de ambientalistas e das comunidades seria feito e da importância desse fórum, mas não mencionava os problemas que causaram o atraso de mais de 7 anos da implantação do Fadeg, nem a falta de transparência do governo do estado na prestação de contas com a sociedade.<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> US\$ 400 MILHÕES para o PDBG. *Globo On-line*. Rio de Janeiro, 15 mar. 2002.

<sup>96</sup> OPA É lançada e receberá R\$ 144 mil de compensação da Petrobras. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 4 abr. 2002.

<sup>97</sup> DESPOLUIÇÃO da Baía de Guanabara terá obras fiscalizadas. *JB On-line*. Rio de Janeiro, 11 abr. 2002.

Mas até o dia 13 de maio de 2002, o Fadeg não tinha sido retomado. O jornal O Globo deu continuidade a uma reportagem que conquistou grande destaque na edição do dia anterior, denunciando atrasos no andamento do PDBG, que tinha boas fotos e infográficos.<sup>98</sup> Ouviu o autor da lei que previa o Fadeg, Carlos Minc, que reforçou as críticas ao programa de despoluição. A reportagem não evidenciava muito bem os motivos dos atrasos, inclusive da implementação do Fadeg, mas contava com um importante recurso de conscientização: belas imagens. A fotografia de um menino caminhando pela praia do Catalão, na Ilha do Fundão, impressionava. A imagem ocupava um quarto de página e mostrava que a praia não era coberta por areia, mas por lixo. Madeiras, sacos plásticos, garrafas e toda espécie de sujeira. A legenda da fotografia informava: “8.600 litros de dejetos não teriam sido lançados na Baía nos últimos dois anos se cronograma original fosse cumprido”<sup>99</sup>

Dois dias depois, o Globo On-line e o jornal O Globo sugeriram que as irregularidades do PDBG poderiam ser investigadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Nos dias 18 de maio e 9 de julho de 2002, pequenas matérias, escondidas entre as demais reportagens do jornal O Globo, abordavam a preocupação dos financiadores japoneses do PDBG diante dos atrasos nas obras, exigindo reuniões com representantes do estado do Rio. As reportagens mostravam o factual, ou seja, as negociações de representantes brasileiros e japoneses quanto ao andamento do programa de despoluição, e denunciavam a falta de comprometimento estadual em retomar as obras. Novamente, os títulos não expressavam o teor das reportagens, que não tinham fotografias e ocupavam um espaço muito pequeno na página.<sup>100</sup>

O Jornal do Brasil divulgou no dia 5 de julho de 2002 que acontecia na cidade de Miguel Pereira, no Rio de Janeiro, o 7º Congresso Estadual da Apedema, para discutir, entre outras questões ambientais, os atrasos na criação dos comitês das bacias hidrográficas do Rio de Janeiro. Em uma nota pequena, o jornal mostrou preocupação em acompanhar o andamento das discussões, mas talvez não tenha percebido ou podido

---

<sup>98</sup> MARQUEIRO; SCHMIDT. *O Globo*, 12 mai. 2002.

<sup>99</sup> PORTO. *O Globo*. 13 mai. 2002.

<sup>100</sup> MARQUEIRO. *O Globo*. 18 mai. 2002. e MATHEUS. *O Globo*. 9 jul. 2002.

realizar uma estratégia bem mais útil: enviar um repórter à cidade-sede do evento para acompanhar as discussões e ouvir especialistas.<sup>101</sup>

Com base num relatório de técnicos japoneses que financiam o PDBG, O Globo elaborou uma reportagem em tom de denúncia no dia 10 de agosto de 2002. Ela revelava que, em pelo menos quatro pontos da Baía de Guanabara, praticamente não havia mar, mas esgoto puro. A reportagem usou ilustrações e ouviu especialistas brasileiros para comentar o relatório, além de citar com frequência fontes japonesas cobrando atitude do governo do estado na execução das obras, mas sem esclarecer muito bem o papel de financiadores do PDBG.<sup>102</sup> Isso tem provocado, em alguns casos, reações distorcidas por parte dos moradores da região metropolitana do Rio que se dizem informados sobre o programa.

Quando perguntados sobre os motivos de a Baía de Guanabara continuar poluída, muitos consideram a região ‘vendida’ aos japoneses e aos americanos, como se os financiadores externos não tivessem cumprido grande parte do que lhes cabia no PDBG, não conseguindo perceber o papel dos governos estaduais no programa.<sup>103</sup> Iniciativas como a dos japoneses, em disponibilizarem mais dinheiro para cobrir o que seria responsabilidade do governo estadual, poderiam dar mais esperança à conclusão das obras e à eficiência de pelo menos parte do programa. O Globo voltou a abordar essa proposta japonesa no dia 27 de novembro de 2002. Na ocasião, a reportagem mereceu destaque no jornal e deixava claro o que estava acontecendo com o governo do estado: mais endividamento, sem que esses esforços fossem suficientes para finalizar o programa.<sup>104</sup>

A corrupção que não deixa o PDBG avançar começou a ser investigada pela primeira vez apenas em março de 2003, com a instalação de uma CPI da Alerj. Numa pequena reportagem do jornal O Globo, de 20 de março de 2003, havia a menção de que os desvios de recursos do programa poderiam chegar a 800 milhões de dólares.<sup>105</sup> Mais uma vez, a matéria era importante, mas não foi paginada com destaque. Ao citar nomes de cargos e pessoas envolvidas na corrupção, a matéria poderia ser enriquecida com gráficos mostrando o que já foi investido, o dinheiro que sumiu, o que foi mal aplicado,

---

<sup>101</sup> ENCONTRO debate recursos hídricos. *Jornal do Brasil*, 5 jul. 2002.

<sup>102</sup> MATHEUS. *O Globo*, 10 ago. 2002.

<sup>103</sup> Depoimentos concedidos à autora.

<sup>104</sup> BRANDÃO. *O Globo*, 27 nov. 2002.

<sup>105</sup> ALECRIM; AUTRAN. *O Globo*, 20 mar. 2003.

etc., para esclarecer ao leitor exatamente os motivos da instalação da CPI. Nos meses seguintes, uma série de notas sobre o andamento dessa CPI foi publicada no jornal e, ao final das investigações, O Globo elaborou uma grande reportagem revelando que a corrupção no PDBG provocou um prejuízo de mais de 900 milhões de reais aos cofres do estado e o indiciamento de 10 administradores por diversos crimes. Essa reportagem contou com matérias coordenadas e infográficos.<sup>106</sup>

No dia 15 de abril de 2003, o Jornal do Brasil realizou uma bela reportagem sobre a estação de tratamento de esgoto de Paquetá, a primeira ser considerada concluída pelo PDBG. A reportagem ouviu moradores, deputados envolvidos na CPI do PDBG e revelou-se num tom bastante crítico, mas não conferiu uma idéia de totalidade do programa.<sup>107</sup> Aliás, a maioria das reportagens que mencionam o PDBG retrata o programa como única opção para salvar a Baía de Guanabara, e não abordam seus equívocos técnicos. No lugar de um excesso de notas e reportagens que pouco informam sobre o que se pode fazer de efetivo para melhorar as condições das águas da Baía de Guanabara, seria mais promissor investir na apuração de projetos alternativos, recorrendo-se aos centros de pesquisa para embasar os questionamentos aos políticos.

Apesar de destaques pontuais dos assuntos ambientais em O Globo, foi apenas no Dia Internacional do Meio Ambiente que reportagens mais críticas e maiores foram publicadas no jornal. Com belas fotos e a opinião dos pesquisadores, O Globo mostrou que é capaz de elaborar matérias instigantes e interessantes sobre a Baía de Guanabara quando convém. Mesmo assim, era fácil identificar falhas, como a ausência de uma abordagem das conseqüências sociais e econômicas da poluição.

Obviamente, essa data não poderia passar sem ao menos uma reportagem que destacasse o meio ambiente. E, por melhor que tenha sido, em raras oportunidades é possível verificar matérias desse tipo quando uma forte e apelativa motivação não está por trás.<sup>108</sup>

Menos de duas semanas depois do Dia Internacional do Meio Ambiente, nem ao menos o vazamento de mais de 800 litros de óleo na Baía de Guanabara mereceu, em O

---

<sup>106</sup> PESSOA, Flávio. *O Globo*, 19 out. 2003.

<sup>107</sup> DARIANO. *Jornal do Brasil*, 15 abr. 2003.

<sup>108</sup> SCHMIDT. *O Globo*, 5 jun. 2003.

Globo, um destaque maior do que uma nota escondida no meio de outras matérias na editoria Rio.<sup>109</sup>

Apenas no final de julho de 2003, O Globo deu novamente destaque à questão das obras do PDBG. Uma grande reportagem denunciava o abandono dos reservatórios que estavam prontos e o desperdício do dinheiro do programa. Os locais que deveriam tratar esgoto, abrigavam traficantes. A matéria foi um exemplo isolado de como assuntos ambientais como o PDBG podem ser bem investigados e colocados numa esfera mais próxima do público.<sup>110</sup> Essa denúncia provocou reação do ministério público, que intimou o governo do estado a explicar o atraso nas obras do PDBG, sendo claramente motivo de outras matérias de repercussão sobre o assunto.

O Jornal do Brasil publicou uma matéria em agosto de 2003 que anunciava o mapeamento de empresas poluidoras do entorno da Baía de Guanabara. Os objetivos eram identificar empreendimentos que representassem riscos ambientais e desenvolver um sistema de informações que permitisse a atuação da Feema em casos de emergência. Uma boa pauta, que mostrou ao público uma iniciativa governamental para evitar mais desastres. No entanto, a reportagem não poderia ter acabado sem sinalizar repercussões, sem atuar por conta própria na investigação das irregularidades e não esperar medidas do governo estadual.<sup>111</sup>

No dia 17 de agosto de 2003, O Globo publicou uma reportagem que deveria servir de exemplo para os demais jornais que pretendem ampliar minimamente a cobertura ambiental. Sem aparentemente estar baseado em ‘ganchos’ factuais, o jornalista Túlio Brandão elaborou um texto impecável sobre a situação de degradação dos manguezais afetados pelo vazamento de óleo da Petrobras, três anos antes. As conseqüências ainda eram visíveis, moradores da região foram ouvidos, assim como fontes em ONGs, empresas, universidades e governo. Ainda que não contasse com fotografias e infográficos bem elaborados, a reportagem era muito completa, conseguiu resgatar um tema quase esquecido e levá-lo novamente ao debate público, abordando aspectos econômicos e ambientais dos danos provocados pelo derramamento do ano 2000.<sup>112</sup> Em

---

<sup>109</sup> MAIS DE 800 litros vazam na Baía. *O Globo*. Rio de Janeiro, 17 jun. 2003.

<sup>110</sup> MENEZES. *O Globo*, 27 jul. 2003.

<sup>111</sup> ESTADO faz mapa da poluição na Baía: empresas do entorno serão vistoriadas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 ago. 2003.

<sup>112</sup> BRANDÃO. *O Globo*. 17 ago. 2003.

abril de 2004, depois do acidente completar quatro anos, o *Jornal do Brasil* elaborou uma grande matéria no mesmo estilo.<sup>113</sup>

Em 24 de maio de 2004, O Globo voltou a falar de problemas ambientais relacionados à má administração pública e, ao mencionar diversos tipos de irregularidades em municípios do estado do Rio, não deixou de falar dos atrasos nas obras do PDBG. Uma reportagem de página inteira, novamente investigativa como de tempos em tempos se vê.<sup>114</sup> Não demorou muito para o *Jornal do Brasil* realizar uma matéria parecida, mas abordando a falta de licitação de muitas obras do PDBG, dando voz a especialistas, com direito a foto e matérias coordenadas sobre o programa.<sup>115</sup> No mesmo dia, o *Jornal do Brasil* cobrou atitudes de gestores e políticos sobre os rumos do PDBG. Na ocasião, a reportagem foi feita com o objetivo claro de elucidar o público em relação à ineficiência técnica do PDBG. Ainda que não tivesse apresentado um número expressivo de cifras e datas de conclusão das etapas (como a maioria das matérias), a reportagem tentava mostrar que, ao menos algo poderia ser feito pelo bem das águas da Baía, se fossem criados mais comitês gestores das bacias hidrográficas e se for logo tombada a orla da Baía, para evitar novas agressões.<sup>116</sup> Até o final do mês de maio, o *Jornal do Brasil* ainda realizou mais duas grandes reportagens investigativas, mesclando denúncias de má gestão de recursos com retratos dos ecossistemas devastados, prejuízo a moradores e pescadores, mas não abordando de modo satisfatório o papel das comunidades na solução dos problemas ambientais na Baía de Guanabara.

---

<sup>113</sup> ALMEIDA. *Jornal do Brasil*. 11 abr. 2004.

<sup>114</sup> MENDES. *O Globo*. 24 mai. 2004.

<sup>115</sup> ALMEIDA; CARNEIRO. *Jornal do Brasil*, 30 mai. 2004.

<sup>116</sup> À ESPERA da recuperação ambiental. *Jornal do Brasil*. 30 mai. 2004.



## 6. CONCLUSÃO

Mudanças imediatas e radicais geralmente não se sustentam por muito tempo. Por isso, apesar de se movimentar totalmente no sentido de uma transformação que se faz urgente na mídia nos dias de hoje, o jornalismo ambiental tem se mostrado preocupado com uma conquista de espaço que pode ser mais lenta, porém, definitiva. A sua própria história recente é um exemplo de que boas propostas levadas adiante com argumentos incipientes têm grandes chances de serem tratadas com efemeridade pela mídia.

A análise das matérias sobre a Baía de Guanabara foi apenas um exemplo de distanciamento e de reflexão possíveis sobre a orientação da produção jornalística. Com mais tempo disponível para a apuração e montagem das reportagens – sem contar com a noção quanto ao que seria mais adequado para tentar garantir a compreensão do público – os jornalistas poderiam usar estratégias mais interessantes para encaminhar as matérias. Na verdade, ao fechar uma reportagem, sempre vai haver um olhar diferente sobre o que aquela pauta poderia ter sido.

Entretanto, já é sabido que as limitações são muitas e vêm de todos os lados. Jornalistas apressados ou com pouco senso crítico para levar questões mais importantes ao público, e as exigências de tempo e espaço da empresa são alguns dos principais fatores responsáveis pela abordagem rasa e confusa de algumas das matérias trabalhadas.

As dificuldades e a instabilidade que o jornalista enfrenta no mercado de trabalho o fazem pensar que atualmente não há muito que escolher ao deixar a universidade. Pelo número de jornalistas que se formam por ano e, em virtude da crise econômica que ronda as principais empresas de comunicação no Brasil, as poucas vagas que são abertas não absorvem todos que efetivamente podem ocupá-las. Por isso, ao conseguir uma dessas difíceis oportunidades por meios dignos, é praticamente unânime a intenção de permanecer na empresa. Isso implica em obediência e promessas de gradual crescimento – aspectos que podem limitar o potencial do jornalista e todo o vigor que traz desde a fase de estudante.

Dizem que todo jornalista tem vontade de mudar o mundo. No caso do jornalismo ambiental, essa frase não poderia estar mais acertada. Especialmente nesse ainda jovem campo da comunicação, a ideologia e o sonho são visíveis em cada artigo, programa de rádio ou televisão que se prestem à causa. E isso só é possível porque o jornalista que

está por trás desse tipo de produção não se rendeu às limitações impostas em sua rotina de trabalho (sejam elas contratuais ou não). Essa insistência não se deve apenas à busca por espaço na mídia, mas à própria índole do profissional, uma vez que, sem sombra de dúvidas, não existe jornalista ambiental que não esteja profundamente envolvido pessoalmente com o que faz. Não há jornalista ambiental que não seja, em alguma instância, um militante.

Esse comprometimento com as questões ambientais é, muitas vezes, involuntário. Independentemente de aspirações profissionais que podem ser ambiciosas, o jornalista que persiste em defender pautas de relevância sócio-ambiental que valorizem o que há de mais essencial no planeta e, principalmente, que sejam alvo de uma profunda e cuidadosa investigação até serem traduzidas ao público da forma mais sincera e clara possível, vai se sentir realizado.

É certo que essa busca permanente por aperfeiçoamento profissional e pessoal não é privilégio dos que escolhem a especialidade ambiental. Parece evidente que qualquer jornalista tenha não só o direito de atingir essas metas, mas o dever como cidadão e como elemento influenciador de opinião pública. No entanto, essas características são mais visíveis no jornalismo ambiental, pois se espera que, com conhecimento e presteza, o jornalista dessa área saiba enxergar com um olhar mais distanciado as reportagens de todas as outras áreas. Perceber a transversalidade entre elas e as conseqüências sócio-ambientais provocadas pelo tratamento de matérias de política, cultura, esportes ou economia, por exemplo, é um exercício vital à sociedade.

Sem necessariamente terem que promover uma revolução nas redações, os jornalistas podem contribuir pela valorização da sustentabilidade ao comentar a pertinência ou o encaminhamento de uma pauta qualquer, ao fornecer uma visão mais abrangente sobre a própria produção jornalística, ou ao apurar projetos e idéias que devam ser mais divulgadas, independentemente da tradição da empresa em relação ao tema. É provável que, nesse caminho, ele esbarre em impasses comerciais da empresa, mas isso é algo com que o jornalista deve aprender a lidar e driblar, apresentando contra-argumentos para fazer valer seu ponto de vista. Mas, algumas vezes, cabeças jovens e arejadas encontram-se em cargos de chefia e esperam ansiosamente por idéias novas para iniciar uma mudança conceitual em termos de produção de notícia.

Por isso, mais uma vez, o jornalista, seja ele de qualquer área, não pode perder o vigor de efetivamente ser o mediador de fatos sociais relevantes. De apurar ao máximo, de tentar tornar realidade o conhecido ditado recorrentemente comentado nas universidades, o de mudar o mundo. Em pequenas ou grandes redações, pelo fato de o jornalista ambiental ter interesse em uma área ainda considerada marginal, deve usar e abusar do seu potencial e da sua teimosia para fazer o trabalho valer.

Para Liana John, por exemplo, o esforço de colocar pautas ambientais na mídia deve ser do jornalista. Se ele ainda percebe a necessidade de retomar o debate nos meios de comunicação, de aprofundar a questão, deve lutar por isso. A jornalista acredita que, com insistência, boa apuração e exaustiva negociação, sempre é possível emplacar uma pauta ambiental em qualquer meio de comunicação.

Diante de, pelo menos, parte da história do ambientalismo brasileiro e da percepção quanto à realidade do mercado jornalístico atual, é possível afirmar, sem falsas pretensões, que um engajamento maior e mais qualitativo dos meios de comunicação sobre as causas ambientais é uma questão de tempo. O agravamento das relações ecológicas no planeta está entre as tendências mais fortes e previstas, mas há uma outra razão.

Felizmente, já se pode notar com mais frequência nas redações a valorização do profissional interessado na área ambiental. Nomes sempre lembrados no jornalismo diário, como Kristina Michaelles, Paulo Marqueiro, Selma Schmidt e Túlio Brandão são a prova de que o jornalismo ambiental pode deixar de ser marginal.<sup>117</sup>

Simplemente pelo fato de assumir seu gosto pela área, além de demonstrar brevemente suas idéias e propostas de trabalho, o jornalista encontra reconhecimento entre os colegas. Essa bem vinda aceitação – ainda com tímidas dimensões – tem obtido expressividade. Qualquer público e qualquer jornalista, por mais diversas que sejam as suas formações, são capazes de identificar claramente quando estão diante de uma grande reportagem, de um produto jornalístico que julguem ser de muita importância para a coletividade. Tal percepção também tem sido verificada nas pautas ambientais – reconhecidas com premiações mais frequentes.

A simples presença de um jornalista que se declare ambiental dentro de uma redação já provoca o despertar de novos interesses. Os próprios comunicadores ao redor

---

<sup>117</sup> Paulo Marqueiro, Selma Schmidt e Túlio Brandão são jornalistas do jornal O Globo.

acabam, de maneira direta ou indireta, se envolvendo com o tema em ascensão. Seja na hora de discutir uma pauta, ou ao perceber um assunto que acredite ser de âmbito de uma editoria de ciências e meio ambiente, por exemplo, os demais jornalistas se situam e voltam a tomar contato com a essencialidade do seu próprio trabalho. Eles também transformam sua concepção.

O reconhecimento dos colegas, no entanto, nem sempre é acompanhado de mudanças significativas. Trata-se de uma relação ainda vulnerável. Ao mesmo tempo em que se vê diante de um novo conceito, de uma área que pode ser encarada de maneira menos fantasiada e mais real, esse jornalista, às vezes, apresenta bastante dificuldade para levar a experiência do trabalho para sua vida pessoal, num movimento contrário ao que geralmente acontece com os jornalistas ambientais – que carregam para as redações as motivações mais nostálgicas e utópicas da juventude ou da experiência pessoal de contato com a natureza.

A capacidade de identificar os elementos mais essenciais para a sobrevivência no planeta e a vontade para investir em estratégias sustentáveis de vida são desafios que se impõem no mundo contemporâneo. O distanciamento, a reflexão, a crítica e a ação constituem os fatores-chaves para uma importante transformação dos hábitos excessivamente danosos à vida em sociedade. Nesse sentido, o jornalismo ambiental se presta a um papel fundamental de conscientização. Esse nicho tem conquistado mais importância nos meios de comunicação ao longo de sua história, todavia está longe do ideal.

Ainda assim, é possível explorar os espaços novos e também os tradicionais, que se mostram mais abertos às temáticas sócio-ambientais. E para suprir esse espaço, é preciso haver pessoas qualificadas, grupos de interesse que, por sua vez, carecem de suporte nas escolas de jornalismo, muitas delas ainda presas a antigas referências de ensino da comunicação. Trata-se de uma relação perigosa e que parece envolver até um jogo de palavras: a necessidade da informação, às vezes, não encontra respaldo numa formação crítica e abrangente para exercer a comunicação.

De estudantes a políticos, todos são majoritariamente informados a respeito dos temas ambientais através de veículos de comunicação diários que, por uma questão de aprimoramento histórico, apenas muito recentemente têm começado a apresentar algum conteúdo sério, de qualidade e de repercussão sobre isso. O jornalismo ambiental tem o

potencial de se consolidar como a prática capaz de devolver ao campo da comunicação o papel de formar, ao lado da educação, cidadãos inquietos, críticos e responsáveis em relação aos seus próprios recursos – aos recursos da casa, da cidade, do país, do mundo, de Gaia.

## 7. REFERÊNCIAS

- À ESPERA da recuperação ambiental. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 mai. 2004.
- AB’SABER, Aziz Nacib. *Litoral brasileiro*. São Paulo: Metalivros, 2003.
- ÁGUAS de Guanabara. *O Globo*. Rio de Janeiro, 14 fev. 2002.
- ALECRIM, Michel; AUTRAN, Paula. CPI da Alerj investigará a despoluição da Baía: deputados vão apurar denúncias de desvio de recursos do programa de US\$ 800 milhões. *O Globo*. Rio de Janeiro, 20 mar. 2003.
- ALMEIDA, Fernando. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ALMEIDA, Gustavo de; CARNEIRO, Mariana. A hora de pagar a conta. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 mai. 2004.
- ALMEIDA, Gustavo de. Quatro anos contaminada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 abr. 2004.
- AMADOR, Elmo. Baía de Guanabara e Agenda 21. *Revista do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.crea-rj.org.br/crea/divulgacao/publicacoes/revistas/revista11/baia.htm>. Acesso em 25 jan. 2004.
- AMADOR, Elmo. *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: homem e natureza*. 1997. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- BARCA, Lacy. *Iguarias na Hora do Jantar: o espaço da ciência no telejornalismo diário*. 2004. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- BELMONTE, Roberto Villar. *Jornalismo ambiental – evolução e perspectivas*. Agir Azul. Disponível em: <http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>. Acesso em 3 ago. 2004.
- BID confirma interesse em apoiar 2ª fase da despoluição da Baía. *JB On-line*. Rio de Janeiro, 14 mar. 2002.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BOFF, Leonardo. Espiritualidade. In: TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 35-43.

- BRANDÃO, Túlio. Japoneses dão mais R\$ 100 milhões para Baía: banco financia parcialmente contrapartida do estado, mas programa não será concluído até julho de 2003. *O Globo*. Rio de Janeiro, 27 nov. 2002.
- BRANDÃO, Túlio. Manguezal ainda guarda marcas do vazamento: três anos após desastre na Baía, manchas de óleo continuam poluindo área em Magé, afugentando siris e aves. *O Globo*. Rio de Janeiro, 17 ago. 2003.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas S.A., 2003.
- BRITTO, Ana Lucia. *Implantação de infra-estrutura de saneamento na região metropolitana do Rio de Janeiro: uma avaliação das ações do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Proureb, 2003.
- BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo ambiental: navegando por um conceito e por uma prática*. Portal de Comunicação em Agrobusiness e Meio Ambiente. Disponível em <[www.agricoma.com.br/artigowilbuenojornalismoambiental.htm](http://www.agricoma.com.br/artigowilbuenojornalismoambiental.htm)>. Acesso em 21 ago. 2004.
- CALDAS, Graça. *Jornalistas e cientistas: uma relação de parceria*. Disponível em: <[www.jornalismocientifico.com.br/comtexto/telaartigojorciengraçarelacienjornal.htm](http://www.jornalismocientifico.com.br/comtexto/telaartigojorciengraçarelacienjornal.htm)>. Acesso em 21 ago. 2004.
- CORREIA, João Carlos. *Jornalismo regional e cidadania*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <[bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.html](http://bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.html)>. Acesso em 21 ago. 2004.
- CRESPO, Samyra (coord.). *O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável?* Rio de Janeiro: Iser/ Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- CRESPO, Samyra. Opinião Pública. In: TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 59-73.
- DARIANO, Daniela. Única estação concluída ainda polui a Baía: moradores de Paquetá dizem que despejo nas ruas e no mar é rotina. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 abr. 2003.
- DESPOLUIÇÃO da Baía terá obras fiscalizadas. *JB On-line*. Rio de Janeiro, 11 abr. 2002.
- DESPOLUIÇÃO limpa Urca e Lagoa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º mar. 2002.
- ENCONTRO debate recursos hídricos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 jul. 2002.

- ESTADO faz mapa de poluição na Baía: empresas do entorno serão vistoriadas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 ago. 2003.
- FELDMAN, Fabio. Consumo. In: TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 143-157.
- FILHO, Gino Giacomini. *Ecopropaganda*. São Paulo: Senac, 2004.
- FUKS, Mario. *Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- GLOBO. Globo Repórter. *Fazendas submersas*. Programa exibido no dia 18 dez. 2003.
- ILHA, Flavio. Continuamos os mesmos. *Revista Ecos de Saneamento Ambiental*. Disponível em <[www.portoalegre.rs.gov.br/ecos/revistas/ecos19/reportag.htm](http://www.portoalegre.rs.gov.br/ecos/revistas/ecos19/reportag.htm)>. Acesso em 21 ago. 2004.
- IVANISSEVICH, Alicia. Divulgação científica na mídia. *Ciência & Ambiente 23 – Divulgação Científica*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2001.
- JOHN, Liana. Imprensa, meio ambiente e cidadania. *Ciência & Ambiente 23 – Divulgação Científica*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2001.
- LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LAGO, Antônio; PÁDUA, José Augusto. *O Que é Ecologia?* São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos)
- MAIS 800 litros de óleo vazam na Baía. *O Globo*. Rio de Janeiro, 17 jun. 2003.
- MARQUEIRO, Paulo. Despoluição da Baía preocupa Banco Japonês: Implementação de troncos coletores e redes tem de ser concluída até junho do ano que vem. *O Globo*. Rio de Janeiro, 18 mai. 2002.
- MARQUEIRO, Paulo; SCHMIDT, Selma. A Baía longe da despoluição: passados sete anos, estações tratam apenas 15% do esgoto despejado no mar. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12 mai. 2002.
- MATHEUS, Letícia. Agência cobra do estado as obras de despoluição: secretário promete a japoneses obter verba até agosto para instalar tubos coletores de esgoto. *O Globo*. Rio de Janeiro, 9 jul. 2002.



- MATHEUS, Letícia. E o mar virou esgoto, em 4 pontos da Baía: relatório de técnicos japoneses mostra que poluição aumenta e cobra cumprimento do cronograma de obras. *O Globo*. Rio de Janeiro, 10 ago. 2002.
- MENDES, Taís. Dinheiro jogado fora. *O Globo*. Rio de Janeiro, 24 mai. 2004
- MENEZES, Maiá. Tráfico ocupa reservatórios abandonados. *O Globo*. Rio de Janeiro, 27 jul. 2003.
- MENEZES, Pedro Cunha de. *Novas trilhas do Rio*. Rio de Janeiro: Sextante, 1998.
- MIÚRA, Juliana. *Os caminhos do jornalismo ambiental: estudos de casos de especialização em meio ambiente*. In: Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico, 6. Resumos. Florianópolis: Associação Brasileira de Jornalismo Científico/ Universidade Federal de Santa Catarina/ Federação Nacional dos Jornalistas, 2001. p. 107-124.
- MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 333-367.
- NETHER, Jairo Ivã. *Ecojornalismo Impresso: análise do jornalismo ambiental em Porto Alegre*. 1998. Monografia. Universidade Luterana do Brasil. Porto Alegre.
- NETO, Ernani Fornari. *Dicionário prático de ecologia*. Brasília: Alhambra, 1992.
- OLIVEIRA, Fabíola de. *Jornalismo Científico*. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Comunicação)
- OPA É lançada e receberá R\$ 144 mil de compensação da Petrobras. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 4 abr. 2002.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- PESSOA, Flávio. Castigo para quem não despoluiu. *O Globo*. Rio de Janeiro, 19 out. 2003.
- PORTO, Bruno. Deputado diz que fórum vai supervisionar PDBG: levantamento feito pela Alerj mostra que R\$ 90 milhões do programa de despoluição foram desperdiçados. *O Globo*. Rio de Janeiro, 13 mai. 2002.
- RESULTADOS da Rio-92 deixam Maurice Strong decepcionado. *O Globo*. Rio de Janeiro, 15 jun. 1992.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

- ROCHA, Ruth. *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988. v. 18.
- RODRIGUES, Alexandre. Obras na Urca acabam com ligações clandestinas de esgoto para a Baía. *O Globo*. Rio de Janeiro, 1º mar. 2002.
- SCHMIDT, Selma. Muitas obras ambientais, poucos resultados: ecologistas reclamam do ritmo quase parando e nada comemoram no Dia Internacional do Meio Ambiente. *O Globo*. Rio de Janeiro, 5 jun. 2003.
- SLATER, Don. *Cultura do consumo & modernidade*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.
- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- TOSI, Juarez; BELMONTE, Roberto Villar. Jornalismo ambiental: onde estão as faculdades de comunicação? *Revista Ecos de Saneamento Ambiental*. Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/ecos/revistas/ecos19/opiniaio.htm>>. Acesso em 22 ago. 2004.
- TRIGUEIRO, André. Mídia. In: TRIGUEIRO, André. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 75-89.
- US\$ 400 MILHÕES para o PDBG. *Globo On-line*. Rio de Janeiro, 15 mar. 2002.
- VERBA para despoluição da Baía de Guanabara vai demorar. *JB On-line*. Rio de Janeiro, 15 mar. 2002.
- VIEIRA, Cássio Leite. *Jornalismo Sobre Ciência: a linguagem, a formação e o erro. Ciência & Ambiente 23 – Divulgação Científica*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2001.
- VIEIRA, Cássio Leite. *Pequeno manual de divulgação científica: dicas para cientistas e divulgadores de ciência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ciência Hoje/Faperj, 1999.
- VITTE, Antônio Carlos; GUERRA, Antônio José Teixeira (org). *Reflexões sobre a geografia física no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- WALDMAN, Maurício. *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Caminhos da Geografia)

**Sites consultados**

Associação Nacional de Jornais <[www.anj.org.br](http://www.anj.org.br)>

Ciência Gaiata <[www.jornalismocientifico.org.br](http://www.jornalismocientifico.org.br)>

Corriere della Sera <[www.corriere.it](http://www.corriere.it)>

Ecopop <[www.ecopop.com.br](http://www.ecopop.com.br)>

International Federation of Environmental Journalists <[www.ifej.org](http://www.ifej.org)>

Jornal do Meio Ambiente <[www.jornaldomeioambiente.com.br](http://www.jornaldomeioambiente.com.br)>

New York Times <[www.nytimes.com](http://www.nytimes.com)>

Society of Environmental Journalists <[www.sej.org](http://www.sej.org)>

The Ecologist <[www.theecologist.org](http://www.theecologist.org)>

USA Today <[www.usatoday.com](http://www.usatoday.com)>

Wall Street Journal <[www.wsj.com](http://www.wsj.com)>